

HELDER MACEDO DE HELD

O HOMEM QUE ORIENTALIZAVA: o oriente de Malba Tahan

ASSIS  
2012

HELDER MACEDO DE HELD

O HOMEM QUE ORIENTALIZAVA: o oriente de Malba Tahan

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade – Linha de Pesquisa: Política: Ações e Representações)

Orientador: Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

ASSIS  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – FOA / UNESP

H474h Held, Helder Macedo de.  
O homem que orientalizava : o oriente de Malba Tahan /  
HelderMacedo de Held. - Assis : [s.n.], 2012  
181 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

1. Malba Tahan 2. Literatura infantil 3. História e literatura  
4. Discurso orientalista I. T.

CDD 809

FOLHA DE APROVAÇÃO

Helder Macedo de Held

Dissertação de Mestrado em História: O homem que orientalizava: o oriente de Malba Tahan

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

Prof. Dr. Aureo Busseto

Prfa. Dra. Cristiane Coppe de Oliveira

Assis, .... de Agosto de 2012.

HELD, Helder Macedo de. **O HOMEM QUE ORIENTALIZAVA: o oriente de Malba Tahan**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

## RESUMO

O presente trabalho dissertativo tem como objetivo apresentar o Oriente criado por Malba Tahan ao longo de sua carreira literária e intelectual. Partindo da análise de parte de sua extensa bibliografia o texto parte da premissa que o conjunto de sua criação foi elemento facilitador da aceitação da cultura árabe/oriental em terras brasileiras. Criado por Júlio César de Mello e Souza o pseudônimo Malba Tahan, diferente de outros autores nacionais que inseriram ou trataram da cultura arábica em suas obras, não apenas buscou a inserção de personagens orientais na realidade nacional, mas, apresentou e fez o leitor aproximar-se daquela realidade. A alteridade construída pelo pseudônimo baseou-se na criação de cenários mágicos, longínquos e com aspectos religiosos e sociais que diferenciavam-se da realidade vivida pelo leitor, mas que eram misturados com características conhecidas pelos mesmos. Esta mistura de realidades fez com que sua obra fosse consumida nas mais variadas faixas etárias e em diferentes suportes, como páginas de jornais e livros a partir da segunda década do século passado até os dias atuais.

Palavras-chave: Malba Tahan; Literatura infantil; História e literatura; Discurso orientalista.

HELD, HelderMacedo de.**THE MAN WHO DIRECTED TO EAST: the east of MalbaTahan.**2012. 181 f. Dissertation (HistoryMaster'sdegree). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

#### ABSTRACT

The presented dissertational work has the aim to introduce the East created by MalbaTahanthroughout his literary and intelectualcareer. Based on the analysis of part of its intensive bibliography. The text assumes that the set of its creation was a facilitator element of acceptance of the Arab culture/Eastern of Brazil soil. Created by Julio Cesar de Mello the pseudonym MalbaTahan ,differen t from other authors who have inserted or treated the Arabic culture in their works, not only searched for the inclusion of oriental characters on the national reality, but presented and made the reader closer to that reality. The alterity built by the pseudonym was based on the creation of magical scenery, distant religious and social aspects that differed from the reality experienced by the reader, but were mixed with known characteristics by the same. This mix of realities caused his work to be consumed in various age groups and in different media as newspapers and books from the second decade of the last century to present days.

**KEYWORDS:** MalbaTahan, Infant Literature, History and Literature, Eastern Speech

*A minha família, em especial a Sérgio e Sirlei.*

## AGRADECIMENTOS

Aos professores Dra. Karina Anhezini de Araújo e Dr. Áureo Busseto pelos comentários e sugestões e a preocupação na leitura e atenção empregada durante o Exame de Qualificação.

À paciência, tolerância e grandiosidade do prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva durante os anos de orientação deste trabalho. À dedicação e profissionalismo dispensado.

Ao corpo docente do departamento de História da Faculdade de Ciência e Letras de Assis também merece meus agradecimentos. Assim como, a todos os funcionários desta instituição que de uma maneira ou de outra contribuíram para minha formação.

Ao CNPq pelo apoio à pesquisa.

E por fim, aos amigos que me acompanham na memória ou em atividades virtuais que são fruto da vivência neste lugar, próspero e singular: Unesp Assis.

*Gastei uma hora pensando um verso  
que a pena não quer escrever.  
No entanto ele está cá dentro  
inquieto, vivo.  
Eles está cá dentro  
e não quer sair.  
Mas a poesia deste momento  
Inunda minha vida inteira.*

Carlos Drummond de Andrade

## Sumário

|                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. Considerações iniciais.....</b>                                     | <b>11</b>  |
| <b>2. Intelectuais e Estado: polígrafos, expertos e funcionários.....</b> | <b>16</b>  |
| 2.1 Malba Tahan: um árabe em seu tempo .....                              | 25         |
| 2.2 Abrindo as Portas: Malba Tahan e seus prefaciadores .....             | 29         |
| <b>3. Imigração e Política.....</b>                                       | <b>41</b>  |
| 3.1 Sírios, Turcos ou Libaneses?.....                                     | 50         |
| 3.2 Sírio-libaneses em ação: diferenciando-se dos indesejáveis.....       | 60         |
| <b>4. Literatura e Árabes no Brasil.....</b>                              | <b>71</b>  |
| 4.1 O Árabe na produção Literária Nacional.....                           | 73         |
| 4.2 O Exótico e o Exotismo na Literatura de Malba Tahan.....              | 82         |
| 4.3 A Sombra do Arco-Íris: Malba Tahan e o público.....                   | 84         |
| <b>5. Malba Tahan: a Invenção .....</b>                                   | <b>93</b>  |
| 5.1 Mello e Souza: o criador .....                                        | 93         |
| 5.2 Criador e criatura: MalbaTahan .....                                  | 97         |
| <b>6. O Oriente de MalbaTahan.....</b>                                    | <b>111</b> |
| 6.1 Literatura Infantil (in)formando a criança brasileira.....            | 115        |
| 6.2 Calculando um novo Oriente.....                                       | 121        |
| 6.3 Maktub: uma nova percepção.....                                       | 136        |
| 6.4 Relatando um novo Oriente .....                                       | 142        |
| <b>7. Terra de Tratado.....</b>                                           | <b>149</b> |
| 7.1 A Mulher.....                                                         | 158        |
| 7.2 O Longínquo.....                                                      | 165        |
| 7.3 Dar al-Muahadah: a Religião em Malba Tahan.....                       | 169        |
| <b>8. Bibliografia .....</b>                                              | <b>175</b> |
| <b>9. Fontes .....</b>                                                    | <b>181</b> |

## Considerações Iniciais

Em 1993, a *Harvad Review* publicou uma resenha da versão em língua inglesa do maior sucesso editorial de Júlio César de Mello e Souza, assinada como Malba Tahan, *O Homem que Calculava*. O livro que conta a história de um exímio calculista, o protagonista Beremiz Samir, e é apresentado como de autoria do próprio Malba Tahan, contudo, existe um erro no texto apresentado pela revista. O autor da resenha Lewis Hammond Stone apresenta a autoria da obra como do árabe, contudo, entre parênteses atribui o texto a Helio Marcial de Faria Pereira, genro de Mello e Souza.

O romance publicado pela primeira vez em 1938 é o livro mais conhecido e o mais vendido de Malba Tahan, ainda hoje comercializado pela Editora Record e consumido em sebos e livrarias do país e traduzido para mais de doze idiomas. Em algumas bibliotecas públicas as obras do autor possuem seções específicas que guardam o conjunto de seus escritos e esta tem destaque especial.

O erro cometido por Stone, décadas após o lançamento da obra deve-se a um desejo do próprio Júlio César, a de criar um personagem escritor escondendo assim sua identidade real. Este personagem ganhou notoriedade e foi conquistando espaço não apenas no mundo literário, mas também no mundo real. O que antes era apenas entendido como um meio de propaganda para a venda de seus escritos acabou por tornar-se um indivíduo, uma identidade própria no mundo do autor.

Malba Tahan tornou-se não apenas um ‘companheiro’ de trabalho de Júlio César, mas acabou por inverter os papéis. Não era Júlio que levava Malba Tahan, mas o inverso. Criador e criatura acabaram por se fundir, ao passo que até a atualidade muitos dos que

lêm ou já leram alguma de suas obras desconhecem a real origem e sua verdadeira história.

O árabe Ali Iezid Izz-Eduim Ibn Salim Hank Malba Tahan, seu nome completo, acabou ocupando um espaço inimaginável na vida do escritor carioca. Autor e personagem, criador e criatura acabaram se fundindo e confundindo o público que, durante anos desconheceu a verdade sobre o árabe, algo que o próprio Júlio César chamou de “mistificação literária”, ao ser produto e produtor de si, mesclando realidade e fantasia. Nesta construção surgiu uma literatura híbrida que, ao reunir curiosidade, imaginação e (in)formação, edificou uma ponte, um caminho transitável, entre a cultura oriental, em especial a árabe, e a brasileira da época em que escrevia.

Inserido no período em que se discutia a constituição da nacionalidade brasileira, a obra de Malba Tahan emerge em um diferencial: ela não argumenta sobre as potencialidades e as características do brasileiro enquanto uma identidade, mas sim apresenta uma nova. O final da década de 1920 e início da seguinte são momentos marcados pela discussão entre as elites de como era constituído o brasileiro e como deveria ser este brasileiro e é neste contexto que surge uma identidade árabe que se mostra bastante propícia a estas elites, ou seja, as contribuições árabes para a uma identidade nacional balizada nas melhores características das etnias que formaram o povo brasileiro.

Este trabalho, dividido em seis partes, tem como objetivo buscar uma compreensão não apenas essa nova identidade criada por Mello e Souza, mas também esse Oriente e o Outro deste espaço que habita a literatura de Malba Tahan. Dividida em cinco capítulos o texto tem como objeto de estudo algumas obras escritas pelo autor, principalmente, entre o início de sua carreira e meados da década de 1940, tomado como referência o ano de publicação da primeira edição de cada obra. Contudo, foi preciso avançar no período de

escritura para apresentar algumas características que estão presentes no conjunto de sua obra.

Na primeira parte, *Intelectuais e Estado: polígrafos, expertos e funcionários*, tendo como base os textos de Sérgio Miceli, Monica Veloso e Lúcia Lippi Oliveira, apresenta o contexto intelectual em que Júlio César estava inserido. Como a classe intelectual estava condicionada, em sua maior parte, aos trabalhos oferecidos pelo Estado e como este utilizava-se desta classe para auxiliar na disseminação da ideologia estado novista. Centrado na figura de Gustavo Capanema, as diretrizes ideológicas para que outros, mediadores, encontrassem os meios facilitadores, a fim de que as mensagens e representações acerca daquele regime chegassem a um número maior de receptores, o que Bobbio chamou de intelectuais expertos.

Na segunda parte, *Imigração e Política*, insere-se a discussão acerca da criação do modelo de Nação e de nacionalidade forjada pelos ideólogos do regime varguista. Nesta discussão são utilizados textos de Geralda Seyferth e Oswaldo Truzzi que constroem um panorama de como foi criada um ideal nacionalista balizado na tentativa de branquear não a pele, mas a cultura brasileira utilizando-se um discurso de valorização da mestiçagem. Jeffrey Lesser vai trazer subsídios para o entendimento da interação cultural entre imigrantes e nacionais, o que o autor denominou de hifenização, ou seja, adentrar a cultura receptora sem abrir mão de características trazidas das terras de origem. Nesta parte também será tratada da inserção dos imigrantes de origem árabe na cultura nacional e como estes criaram mecanismos de manutenção de sua cultura original.

Em *Literatura e Árabes no Brasil*, é feito um panorama acerca das imagens criadas pela literatura nacional nos personagens árabes que aparecem ao longo da produção de autores nacionais. Apresentando também uma diferenciação entre textos tidos como

exóticos e exotistas e as características de cada modalidade dentro do conjunto da obra de Malba Tahan.

Na parte *Malba Tahan: a Invenção*, é apresentada a biografia de Júlio César de Mello e Souza, assim como, a criação do personagem Malba Tahan. Personalidade que acabou por ganhar vida e desvincular-se de seu criador, deixando de ser uma criação para tornar-se um produtor literário. São mostradas alguns dos principais feitos acadêmicos e profissionais de Júlio César de Mello e Souza.

Em o *Oriente de Malba Tahan*, é apresentada uma discussão acerca da literatura como fonte histórica, tendo como base textos de Sidney Chalhoub e Nicolau Sevcenko. Nesta parte também é apresentada a criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil e sua repercussão na produção literária nacional, assim como, uma análise da obra *O Homem que Calculava*, livro de destaque na produção de Malba Tahan, buscando entender a construção do Oriente e do árabe em seus escritos.

Na última parte, *Terra de Tratado*, encerra o trabalho trazendo uma análise de três características presentes nas obras analisadas do autor. Entendendo seus escritos com um facilitador para a aceitação, naquele contexto histórico, da cultura árabe, são apresentados *O Longínquo*, *A mulher e A religião*, temas centrais em seus trabalhos literários. Sua literatura baseada no hibridismo cultural ganhou espaço entre os leitores abrindo espaço para a cultura do Outro, do diferente, tornando-se um espaço plural e múltiplo.

Para a escrita deste trabalho, foram utilizadas nove obras publicadas por Júlio César e assinadas por Malba Tahan: *A Sombra do Arco-Íris (Vols. I, II e III)*, *Maktub: Estava Escrito*, *O Homem que Calculava*, *Lendas do Deserto*, *Minha Vida Querida*, *O Livro de Aladim e Melhores Contos*. A primeira ocupa, segundo depoimento ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, o status de sua obra predileta, *Maktub* e *Lendas do Deserto* são

coletâneas de contos onde podem ser apreciadas caracteres centrais trabalhados pelo autor e *O Homem que Calculava* é sua obra mais vendida e reconhecida.

As dificuldade em trabalhar com textos literários foram muitas, mas, ao fim deste trabalho admiro a produção literária e de personalidade criada por Júlio César e seu fiel escudeiro Malba Tahan, ou vice-versa.

## **Intelectuais e Estado: polígrafos, expertos e funcionários.**

“Servir com o mesmo devotamento às armas e às letras”.

O trecho acima faz parte de um artigo cujo título é “*O dever do escritor*”<sup>1</sup>, publicado pelo jornal *A Manhã*<sup>2</sup>, em 04 de abril de 1943. Por meio dele, fica claro o posicionamento que o governo pretende do intelectual, se possível a serviço do Estado. No período em que ficou na presidência, Vargas cercou-se de intelectuais cujo papel estaria em demonstrar como o liberalismo seria o responsável pelas desgraças causadas à nação, pois, sendo uma doutrina importada, não servia para auxiliar na construção de um novo Brasil.

Portanto, fica clara a identidade intelectual surgida no período varguista e, principalmente, durante o Estado Novo: um intelectual que saísse de sua torre de marfim e uma atuação pública em estrita consonância com o Estado. Nesta perspectiva, “se o Estado é que traça as diretrizes da política nacional, o intelectual deverá necessariamente circunscrever sua esfera de ação aos domínios oficiais” (VELLOSO, 1987, p. 20).

A noção de intelectualidade toma, assim, uma formatação de um mediador entre as políticas governamentais e a população. Ao ser eleito intérprete da sociedade, por conhecer os anseios e as múltiplas faces e manifestações do social, os intelectuais seriam os responsáveis por aproximar povo e ideologia, por meio de representações que buscassem a mudança, contudo, dentro da manutenção da ordem.

VELLOSO, discutindo a intelectualidade daquele período, cita o texto “O Estado Autoritário e a realidade Nacional”<sup>3</sup>, publicado em 1938 por Azevedo Amaral, o qual distingue os intelectuais como seres diferenciados dentro do corpo social e, por isso,

---

<sup>1</sup> *O Dever do Escritor*. A Manhã, Rio de Janeiro, 04 de Abril de 1943. Apud. VELLOSO, Mônica Pimenta (1987).

<sup>2</sup> O veículo era órgão oficial do governo de Getúlio Vargas.

<sup>3</sup> AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

deveriam servir aos interesses do Estado, visto que, segundo Amaral, eles seriam os portadores do “senso de ordem e organização”. Portanto, o regime de Vargas ofereceu à figura do intelectual a chancela de protagonista na construção social, não obstante, este teria que mostrar que o Estado seria o grande líder dessas transformações e, ainda, deveria, cada um a seu modo, facilitar o entendimento da ideologia estatal entre a população.

Não obstante, como coloca MICELI<sup>4</sup>, mesmo com toda essa robusta atenção dada à classe intelectual pelo Estado, naquela conjuntura, o mercado editorial expandia-se de forma que, diferentemente do que ocorria no período anterior ao golpe de 1930, o recrutamento intelectual não ocorria somente em função da rede de relações sociais que eles estavam em condição de mobilizar, mas passa também a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior daquele mercado.

Com as novas demandas criadas com a ampliação da população urbana e com o crescimento das classes ligadas às funções públicas, as elites burocráticas passam a dispor de recursos financeiros que lhes permitem ampliar os interesses e necessidades de recursos de capital educacional. Essa redefinição dos canais de acesso estava ancorada na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente, o que deu origem aos ministérios, como o da Educação e o da Saúde Pública, em 1930; do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; assim como uma série de organismos vinculados à Presidência da República, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e os Conselhos de Imigração e Colonização e de Segurança Nacional.

Segundo MICELI, os intelectuais que serviram ao Estado, naquele período, concentraram-se em cargos com padrões de vencimento elevados, além de disporem de uma série de regalias e vantagens na hierarquia burocrática.

---

<sup>4</sup> MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados (2001, p.208).

Para o autor, a constituição de uma carreira dentro de instâncias públicas passou a ser um trunfo indispensável para o êxito nas demais instâncias do campo intelectual. Além disso, maior que a valorização pecuniária foi o valor social conferido aos participantes dessa elite que obtiveram lucros simbólicos derivados de eleições para a Academia Brasileira de Letras e locais, e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das designações para o desempenho de representações oficiais no exterior ou mesmo da participação de colegiados nacionais e internacionais.

Essa fusão cria uma situação de dependência material e institucional que passa a moldar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público, cujos subsídios sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, e definem o volume de ganhos parte a parte. Dessa relação, os intelectuais ligados às exigências do poder monopolizaram as instâncias de financiamentos que lhes deram o controle das concessões públicas de serviços e recursos nessa área e a autoridade intelectual para externar juízos em assuntos culturais, o que lhes rendia um mercado paralelo de bens culturais, cuja força derivava do jugo que passaram a exercer nas instâncias de consagração que vieram a substituir os veredictos do mercado privado (MICELI, 2001, p.217).

Uma realidade em que os intelectuais – em geral, oriundos de setores decadentes da classe dirigente, acossados pela ampliação do mercado cultural e pela disseminação de

diplomas, e ameaçados pela perda de prestígio decorrente de sua posição – recorreram ao Estado que se fortalecia, em um movimento de centralização, como forma de fazer valer seus interesses e o *status* dentro da sociedade. Os anos em que o ideal nacionalista foi comandado por Getúlio Vargas foram um marco para a literatura, pois esta e seus colaboradores agiram em prol da consolidação de uma política entusiasta do Estado corporativista, atuando em um esforço de propaganda que legitimasse e exaltasse o Estado e sua nova concepção e, dentro desse ideal, a manutenção de um corpo de intelectuais ligados a funções e cargos públicos, uma forma de atração e manutenção da ligação entre intelectuais e o regime Vargas (MARTINS, 1979, p.89).

A atuação do Estado deveria perpassar pelas esferas política e cultural, segundo as indicações estatais, e temas deveriam ser retratados pelos escritores em geral. A ideia era enfatizar ao leitor a noção de novo, pois o novo regime, implantado após 1930, prometia criar homem, sociedade e país novos. Deveria, portanto, ficar evidente nas criações o contraste entre o antes e o depois, de forma que o *antes* deveria ser representado pela negatividade total, e o *depois* como a expressão do bem, assim como a glorificação do futuro. Utilizando-se de uma cultura política complexa e abrangente, o Estado assumiu para si a realização e o incentivo a bens culturais, com o objetivo de apontar à população, por meio do campo cultural, o cerne da nacionalidade.

Este modelo define um campo cultural ao demarcar as questões que merecem a atenção dos pensadores; traz os autores para o mesmo debate, ainda que se mantenham posições distintas; e importa destacar, opera ao nível da ideologia, explica o passado e o presente, orienta os cidadãos e confere legitimidade ao sistema político (OLIVEIRA, 1990, p.197).

Portanto, o interesse era a superação de um passado cujo símbolo era o atraso; agora, imagens e símbolos eram difundidos com o objetivo de formar e informar os

cidadãos. Nas representações criadas, portanto, havia a preocupação em converter a cultura em instrumento de doutrinação, apelando para expressões, ideias e valores populares. Desta forma, buscava sintonizar-se ideologicamente com o conjunto da sociedade.

Assim, é impossível dissociar das produções culturais do período seu caráter político, pois a atuação de uma classe de escritores e de uma elite foi de extrema ajuda para a disseminação da ideologia e das expectativas do novo regime, o que facilitou a criação de uma nova representação da ideia de uma tradição brasileira. Temas bastante presentes nas discussões intelectuais e políticas do período foram raça, imigração e identidade nacional.

Questões nas quais a elite de pensadores da nação, cada qual com seu posicionamento, se debruçou acerca da formação, ou melhor, a formatação de um povo brasileiro, tendo como ponto de partida os ideais de civilização e modernidade defendidos pelo governo. O posicionamento político explicitado por esta classe em início do século passado pretendia a imposição de valores morais por meio da ideia da funcionalidade da arte (REINHEIMER, 2007, p. 171).

Dentro dessa realidade de cooptação dos mais diferentes pontos de vista para o trabalho junto ao Estado, MICELI diferencia em dois grupos os intelectuais a receberem os benefícios estatais, são eles: os “escritores-funcionários” e os “funcionários-escritores”. Para ele, a origem social e o capital escolar e cultural de que dispunham, fez a diferença no trato que o regime dispensou a ambos. No primeiro caso, estão os intelectuais que mantinham laços de amizade com o alto escalão estatal. Estes formavam um grupo de interesse político ao regime, pois se inscreviam em uma estratégia que consistia em esfacelar a autonomia das oligarquias estaduais e atraí-los ao centro dominante onde estaria o poder econômico e político. Já entre os funcionários escritores estariam aqueles que iniciaram a carreira na capital do país sem contar com o apoio de um grupo que auxiliasse de alguma forma suas carreiras ou mesmo complementasse de alguma forma suas rendas.

Entre os “*escritores-funcionários*”, encontram-se figuras de renome, as quais se transferiram para o Rio de Janeiro a chamado dos chefes políticos do regime, como Carlos Drummond, convidado para exercer a chefia de gabinete do Ministério da Educação e Saúde Pública. Outros nomes são elencados por MICELI, como o de Augusto Meyer, o qual se transfere do Rio Grande do Sul para a capital federal a fim de dirigir o Instituto Nacional do Livro (2001, p. 232). Situados entre objetos de devoção e entre os grupos de letrados, estes intelectuais buscam distanciar, o quanto possível, suas obras dos laços de clientela de que são beneficiários.

Os “*funcionários-escritores*”, por sua vez, sendo quase provenientes de estados periféricos em relação aos centros culturais e políticos, são portadores de diplomas superiores de baixa diferenciação social no mercado. A estes, a carreira pública torna-se a sobrevivência física e profissional, ao passo que relegam a carreira intelectual. Não obstante, esses dois grupos de intelectuais, atraídos para a órbita do Estado, não tiveram que pagar o mesmo preço à administração federal e ao mecenato oficial de que faziam jus, pois enquanto aos funcionários-escritores coube curvarem-se às diretrizes impostas pelo regime, aos escritores-funcionários coube uma capa de neutralidade benevolente perante o Estado, o que lhes permitiu publicar muitas de suas obras longe das disputas ideológicas que pairavam na vida e carreira dos pensantes da Nação (MICELI, 2001, p.237).

Como colocado na passagem retirada do Jornal *A Manhã*, o escritor deveria “servir com o mesmo devotamento às armas e as letras”, comparando, então, o intelectual a um membro de um exército que lutaria em prol de sua Nação. Contudo, assim como em um batalhão militar, dentre os membros de um pelotão existiriam aqueles que, dentro de uma hierarquia, ocupariam um lugar de destaque. Seriam os que deveriam dar as ordens a serem cumpridas pelo seu exército. É nessa perspectiva que MICELI, dentro da divisão disposta acima, inclui ainda a categoria “homens de confiança”, ocupantes de cargos designados em

portarias, nas comissões de eficiência e nas seções de segurança nacional, por meio das relações de amizade tanto com funcionários-escritores como com figuras de projeção nacional.

Com isso, vê-se uma hierarquização ora gerada por relações de sociabilidade, ora por conveniência acadêmica e de conhecimentos especializados. É o que coloca Norberto Bobbio quando discorre sobre a relação entre os intelectuais e o poder e sobre o protagonismo intelectual, quando este se coloca a serviço de determinado discurso ideológico e cumpre o seu papel especificado na manutenção ou não de determinada política. (1997)

O autor italiano<sup>5</sup> mensurou ainda a importância do intelectual em função de sua facilidade em mudar, não uma mudança material, mas uma mudança de posicionamentos.

O autor argumenta que,

ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra. (BOBBIO, 1997, p.11-12)

Ademais, assim como o meio do poder político são as armas, do poder econômico é a acumulações de bens; o “principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra e com a palavra” (Idem).

Dentro das colocações enunciadas por Bobbio estão as que se referem ao engajamento e a responsabilidade do intelectual. Segundo o autor, as análises acerca das produções ideológicas devem partir da ideia de responsabilidade daquele que produz ou

---

<sup>5</sup> BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

reproduz determinada forma de pensar ou posicionamento, pois o que conta é a “causa pela qual alguém se engaja” (Idem, p.100). Para o autor,

importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das conseqüências que dela derivam (Ibidem, p.100).

Em seu texto *Os Intelectuais e o Poder Político*, BOBBIO propõe uma definição para a figura do intelectual. Segundo ele, uma configuração diferente de uma definição ampla, segundo a qual intelectual seria aquele que executa qualquer forma de trabalho manual, diferente de outra muito restritiva, segundo a qual a ideia de intelectual ficaria restrita aos grandes pensadores, “*maîtres penseurs*”. De acordo com Bobbio, a figura do intelectual seria forjada dentro da seguinte definição: “criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes” (BOBBIO, 1997, p.72).

Esta classificação teria duas categorias: os intelectuais ideólogos e os intelectuais expertos. Como critério de distinção, Bobbio entende por ideólogos aqueles que “fornecem princípios guias” e, por expertos, aqueles que “fornecem conhecimentos-meio” (idem, p.73), como argumenta o autor:

Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é legitimada-, pelo fato de estar conforme os valores escolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de determinado fim, fazem com que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo (...) quem, levando em conta todas as informações que os expertos podem oferecer, escolhe esse meio e não um outro realiza uma ação racional com respeito ao objetivo (Bobbio, 1997, p.73-4).

Portanto, como coloca o autor, o protagonismo de um intelectual não ficaria à mercê apenas das relações entre as esferas da política e da cultura nas diferentes conjunturas sócio-históricas, mas também das tarefas específicas a que são chamados a desempenhar cada qual no mesmo processo. Assim, como colocado até aqui, caberia a uma classe intelectual de confiança, exemplificado na figura de Gustavo Capanema, dar as diretrizes ideológicas para que outros, mediadores, encontrassem os meios facilitadores, a fim de que as mensagens e representações acerca daquele regime chegassem a um número maior de receptores, o que Bobbio chamou de intelectuais expertos.

Estes, como lembrou GOMES (1996, p. 19), formavam um conjunto plural de posições, mas que, mesmo de forma contraditória, serviram aos interesses do Estado durante o governo de Getúlio Vargas. Tal fato deu mais notoriedade ao ministério Capanema, pois conseguiu trazer para o regime, intelectuais de origens e posicionamentos distintos e divergentes entre si ou até mesmo em desarmonia com a própria ideologia estatal.

Das mais diversas formas, estes pensadores e mestres das palavras utilizaram as artes com fim utilitarista, tendo como base um dos postulados centrais do pensamento político autoritário, que é entender o conjunto da sociedade como um ser imaturo, indeciso e indefeso, portanto, carente de um guia capaz de lhe apresentar normas de ação e conduta (VELLOSO, 1987, p.156).

## **Malba Tahan: um árabe em seu tempo**

Personificar padrões éticos de comportamento e apelar para a empatia e as emoções foram recursos amplamente utilizados pelo governo e pelos intelectuais reunidos em torno da ideia de promoção do regime. “Para atrair os olhos femininos e infantis (nesta categoria estão também os operários), nada melhor do que os contos, as crônicas e as estampas” (VELLOSO, 1987, p.163).

Por meio desses gêneros literários, as construções das histórias e personagens deveriam ser pautadas pelo pensamento resumido em fórmulas ou apenas sugerido de maneira a não provocar muito esforço por parte daquele que lê; assim como a busca por impor símbolos e mitos de fácil universalidade que reduziriam a individualidade e o caráter concreto das experiências. Nessas formulações, os contos, crônicas e textos informativos tinham papéis de destaque, pois serviriam para apresentar ao receptor o aspecto exemplar, tanto moral quanto histórico. Com elas, estabeleceria uma trajetória já experimentada, vivida e consagrada, dentro das expectativas do sistema político então vigente.

Imaginar, selecionar e transmitir de forma facilitada à população seriam as funções esperadas dos intelectuais, pois, como defendeu ANDERSON (2008), os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária efetiva de sentidos. A partir dessa perspectiva, as representações impostas aos leitores convergiriam para o que o autor denominou de *comunidade imaginada*, no sentido de que, na construção de uma nação, mais que leis e controle, haveria a necessidade de se fazer do legal, legítimo, ou seja, entender a noção de grupo fundamentado em um passado comum.

Para tanto, parte-se da ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade em um passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção consciente de fatos e personalidades. Como um fenômeno *sine qua*

*non*, o historiador coloca o papel desempenhado pela expansão da imprensa na criação e manutenção da idéia de nação ao longo da história.

É por isso que o romance e o jornal proporcionariam os meios técnicos ideais para “representar” o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação. Dessa forma, o fenômeno do capitalismo editorial apresenta as bases materiais, por meio do conteúdo impresso, de como a nação se converte em uma comunidade sólida (recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada), e caberia ao jornal e à literatura o papel de naturalizar as representações imaginadas pelos fundadores da Nação.

No questionamento acerca da produção literária, o campo de poder é algo inerente ao campo literário. Segundo Bourdieu, a preocupação em se questionar a obra de determinado produtor deve ser o questionamento que busque analisar o seu contexto de produção e o autor construiu ao longo de sua carreira. Para o sociólogo, todas as práticas e representações criadas por escritores ou artistas não “se deixam explicar senão por referência ao campo de poder, no interior do qual o próprio campo literário ocupa uma posição dominada” (BOURDIEU, 1996, p. 244).

O autor conceitua campo de poder como o “espaço das relações de força entre agentes e instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)” (BOURDIEU, 1996, p.244). Por estar inserido na constituição do campo de poder, o campo de produção cultural não tem sua constituição independente, ou seja, é atravessado por campos que o englobam: o do lucro, o político e/ou o econômico.

Quando trabalhava no jornal *O Imparcial*, Júlio César de Mello e Souza tentou que alguns de seus contos fossem publicados, contudo não obteve o sucesso desejado junto ao editor da casa. No mesmo aparelho comunicativo em que atuaram Humberto de Campos,

Rui Barbosa e Goulart de Andrade, o ainda jovem escritor não conseguiu ver seu intento alcançado, o que só ocorreria mais tarde, quando da criação do pseudônimo R. S. Slady.

Segundo seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 1918, enquanto colaborador do jornal *O Imparcial*, à época sob a direção de Leônidas de Rezende, tentou publicar alguns de seus contos, contudo sua produção literária foi relegada ao ostracismo da mesa do redator chefe, como conta:

O Leônidas pegou minha colaboração, botou em cima da mesa e botou um pedaço de chumbo em cima. Chumbo daqueles que tinham nas redações que era todo cheio de papel. No dia seguinte, eu passei lá estava chumbo em cima. No dia seguinte, chumbo em cima. No fim de semana chumbo em cima (OLIVEIRA, 2001, p.165).

Ao perceber que não teria o material publicado, retirou dos contos a grafia de seu nome e substituiu por um fictício, criado a esmo para substituir e testar seu superior. O nome escolhido seria o de um autor americano chamado R. S. Slady. Novamente levou seus contos para Leônidas, dizendo que os contos por ele antes apresentados “eram muito fracos, não valiam nada”, mas que havia descoberto um “escritor americano formidável”, “muito curioso”, cujos contos eram “desconhecidos aqui no Brasil” (OLIVEIRA, 2001, p. 165).

Conhecedor e participante das metodologias empregadas pelos editores em seu tempo, Mello e Souza transformou uma frustração – “Que diabo! Então quando é J. C. Mello e Souza, chumbo em cima! Quando é R. S. Slady primeira página, duas colunas!” - em visibilidade daquilo que havia produzido, mesmo que ainda não reconhecido como o autor dos contos. Sabia que, mesmo em um período em que o ambiente intelectual (forjado principalmente pelas páginas dos jornais) abria espaço para a produção nacional, os temas de interesse para as publicações eram os escritos produzidos por autores estrangeiros ou por nacionais sob os auspícios de outras culturas (Idem).

Mello e Souza publicou apenas cinco contos n' *O Imparcial* com o pseudônimo americano, contudo isso não o desmotivou a continuar produzindo para publicação sob os méritos de outros pseudônimos. Em 1925, procurou Irineu Marinho, proprietário do Jornal *A Noite*, propondo publicar contos de temática oriental com a assinatura de um árabe, Malba Tahan. Ao longo de sua carreira como colaborador de jornais, o nome de Malba Tahan apareceu em alguns dos mais expressivos veículos do país, como aponta em entrevista ao MIS:

Eu colaborei no *O Imparcial*, colaborei no *O Jornal*, com o Chateaubriand. Escrevi no *O Cruzeiro*. (...) Eu colaborei um ano no *O Cruzeiro*. Colaborei também na *Noite Ilustrada*, colaborei no *Tico-Tico*. Colaborei em uma porção de jornais. (...) Colaborei no *Correio da Manhã*, no tempo do Edmundo Bittencourt, colaborei na *Folha da Noite* de São Paulo, colaborei no *A Noite* aqui do Rio<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2001, p. 168).

O primeiro passo enfrentado por Mello e Souza foi emplacar a marca criada para a divulgação de seus contos. O termo cunhado pelo autor para utilizar como pseudônimo surgiu em 1925, quando da publicação de seus contos; talvez daí a ideia de colaborar com vários veículos. A coleta deste material e publicação em livro ocorreu no mesmo ano, quando, pela Editora BrasLux, foi impresso o *Contos de Malba Tahan*. O primeiro de mais uma centena de obras publicadas pelo autor ao longo de sua trajetória que, além de material literário, também produziu material para o ensino de Matemática.

Ainda em seu relato ao Museu da Imagem e do Som, ao se reportar ao ano da publicação de seu primeiro livro, o autor afirma que só publicou sua obra graças ao auxílio financeiro dado por sua sogra. No desenrolar da conversa com os entrevistadores, o autor disse que seu primeiro empreendimento literário só foi possível graças ao fomento realizado pela mãe de sua esposa (OLIVEIRA, 2001, p.179).

---

<sup>6</sup> Em 1973, ano da entrevista ao Museu da Imagem e do Som (dois anos antes de seu falecimento), o autor ainda colaborava com o jornal *Última Hora*, no qual era colunista diário e escrevia sob o título de Matemática Recreativa (OLIVEIRA, 2001, p.168).

Ao criar o pseudônimo, Malba Tahan passa a figurar como o escritor de contos e literatura, enquanto Júlio César de Mello e Souza assina as obras voltadas ao público escolar. Malba Tahan acabou por criar uma máquina de produção, tal como anunciou Joaquim Inojosa em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, no lugar do pseudônimo árabe (INOJOSA, 1975, p.18)<sup>7</sup>. Entre os anos de 1928 e 1945, o escritor apresentou ao seu público onze<sup>8</sup> títulos de livros e coletâneas de contos, não entram nesta lista os romances. Nesse mesmo espaço de tempo, Mello e Souza ainda produzia material didático para o ensino da matemática, juntamente com autores e professores renomados no período, em especial Cecil Thiré, Euclides Roxo e Jácomo Stávale.

### **Abrindo as portas: Malba Tahan e seus prefaciadores**

O início do século XX no Brasil é marcado pela expansão dos negócios livreiros, por uma profissionalização do trabalho do escritor e por um aumento do público leitor, seja pelas mudanças no campo de produção literária, seja no aumento da escolaridade e do público urbano. Dessa maneira, leitor, produção e produtor se ligam, ao passo que não existe uma dissociação entre o que é produzido e o que é consumido, pois a ideia passa a ser produzir aquilo que é pedido ao consumo<sup>9</sup>.

Nesse sentido, Bourdieu contribui para a discussão ao colocar a obra literária como uma construção que segue algumas regras do campo e do contexto nos quais sua produção está inserida. Para ele, a obra deve ser vista como “um signo intencionalmente habitado e

---

<sup>7</sup> Joaquim Inojosa tomou posse da cadeira n.8 da Academia Brasileira de Letras, no lugar de Malba Tahan, em 15 de maio de 1975, um ano após a morte do autor árabe.

<sup>8</sup> Alma do Oriente, Amor de Beduíno, Céu de Allah, Contos de Malba Tahan, Lendas do Deserto, Lendas do Oásis, O livro de Alladin, Maktub!, Mil Histórias Sem Fim, Minha Vida Querida, Novas Lendas do Deserto.

<sup>9</sup> Segundo Boris Fausto, entre as décadas de 1920 e 1940, a partir de dados censitários realizados nos anos iniciais das duas décadas; no período, a população brasileira passou de 30,6 para 41,1 milhões de pessoas. Na educação o índice de analfabetos caiu 13,7% nas três décadas, ou seja, de 69,9%, em 1920, para 56,2% nos anos quarenta. Já o índice de escolarização entre cinco e dezenove anos, frequentadores do nível primário ou médio, passou de 9% para 21% (FAUSTO, 2001, p.389-394).

regulado por alguma outra coisa da qual ela é também sintoma” (BOURDIEU, 1996, p.15). Tal afirmação quebra com o ideal da produção literária como algo desinteressado e feito apenas pelo indivíduo enquanto produtor. Segundo Bourdieu, fazer uma obra é seguir determinado por certas regras, tanto da rede em que o produtor faz parte, quanto propriamente da editoração e finalização do que se propõe a produzir, ou seja, existem intervenções que redefinem e/ou modificam o texto que chega ao público final.

Em 1967, a Biblioteca Nacional lançou entre seus Anais um tomo direcionado apenas para a apresentação da bibliografia de obras cuja temática seriam contos brasileiros, uma coleção dos exemplares publicados entre os anos de 1841 e 1967. As obras de Malba Tahan categorizadas como coletâneas de contos, publicadas entre as décadas de 20 e 60 do século passado, foram listadas pelos organizadores dos Anais. (ANAI, 1967)

A publicação da Biblioteca Nacional leva em consideração um ordenamento alfabético crescente, ou seja, os livros do autor são apresentados em ordem alfabética de títulos, e não por ano de publicação. A listagem apresenta, além dos títulos e de suas respectivas edições, comentários sobre as obras, tais como premiações, e sobre os exemplares que constam no arquivo da instituição.

No que concerne aos interesses dessa pesquisa, visa-se as publicações de Malba Tahan que foram compiladas entre os anos de 1930 e 1945, ou seja, anos em que houve a preocupação mais evidente do Estado em gerir os campos cultural e educacional; período de consolidação de uma política cultural nacional, cujo cerne era a criação de novos homens para um novo país.

Nesse contexto, interessa fazer uma visualização dos que contribuíram para a editoração e confecção das obras de Tahan que chegavam ao público final, ou seja, editores, prefaciadores e ilustradores. Na lista de contribuintes de suas edições para o público, encontramos os escritores Olegário Mariano e Humberto de Campos e, entre os

ilustradores, um dos mais conhecidos caricaturistas de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930, Belmonte. Estes podem ser tomados como exemplos da rede social em que estava inserido Malba Tahan.

Já o tomo II da Bibliografia do Conto Brasileiro preocuparam-se em fazer uma breve apresentação de Malba Tahan. Os escritos acerca da obra e do árabe foram retirados de um prefácio de uma de suas obras, *Mil Histórias sem Fim*, publicado pela primeira vez em 1941 e cujo prefaciador foi Humberto de Campos. A passagem escrita por Campos deixa evidente a presença de Malba Tahan no mundo literário do início do século, delegando a ele um lugar de respeito no campo das obras voltadas ao público juvenil. Seu escrito é uma exaltação ao escritor árabe, uma metodologia empregada por editores, e pelo próprio Júlio César de Mello e Souza, com a finalidade de criar uma áurea de realidade em sua figura.

Ao Senhor MT, cujo nome é, atualmente, um dos mais vulgarizados e discutidos das nossas letras, e cujos contos, espalhados por todo o Brasil e admirados em todo ele, são transcritos literalmente em toda a imprensa de língua portuguesa e traduzidos em outras deste continente e Europa, - cabe a glória de haver sido, entre nós e, creio mesmo, na América do Sul, o primeiro escritor de gênio árabe (ANAIS, 1967, p.16).

Contudo, na mesma oportunidade, Campos deixa claro ao leitor que Malba Tahan não passava de um brasileiro, tanto que deveria ser objeto “de uma pesquisa de Freud”, pois, ao mesmo tempo em que nascera brasileiro, sua mente e sua criação intelectual eram árabes. “O Sr. Malba Tahan tem uma figura de árabe; surgiu para as letras tendo no pensamento os desertos, as tamareiras, as tendas estremecendo ao vento, sacudidas pelas tempestades de areias (...)” (Idem).

Em sua entrevista ao Museu da Imagem e do Som carioca, o autor afirma que sua “mistificação literária” foi descoberta oito anos depois da publicação de seu primeiro livro

e que, durante esse tempo, poucos sabiam que o árabe era, em verdade, um escritor carioca. Sua criação foi desmascarada por uma informação colocada em um de seus livros para dar mais confiabilidade e validade à existência do árabe.

Quem descobriu que era uma mistificação foi uma poetisa, Rosalina Coelho Lisboa. Eu cai na asneira de botar em um dos meus livros “Obras de Malba Tahan”. Então, tinha uma porção de obras de Malba Tahan. E entre eles havia assim: “*Samulá, Contos Orientais*”, tradução de Radiales S.. Ela me telefonou e disse: “É mentira isso porque Radiales S. nunca traduziu nada desse negócio”. Então ficou declarado que aquilo era falso. Eu não sabia que a Rosalina tinha mania de Radiales S (OLIVEIRA, 2001, p. 166).

Duas características podem ser declaradas a partir de tal fala, a primeira é que, para dar certa valorização a suas publicações, o autor inseria informações que não eram verdadeiras. Ao anexar em sua obra uma seção, *Obras de Malba Tahan*, buscava adicionar, para um leitor desatento, mais veracidade às suas publicações e à própria biografia de Malba Tahan. Contudo, foi esta tentativa de supervalorizar o inexistente que foi a causa da descoberta de sua invenção. Outro ponto a se notar é o fato de, mesmo hoje, seu texto ser considerado como literatura infanto-juvenil, de menor valor e, em contrapartida, de a interlocutora da denúncia era uma adulta, e mais, uma poetisa. Tais características fazem pensar na sua obra como uma produção que alcançava desde crianças até adultos, e mesmo pessoas esclarecidas, como Rosalina Lisboa.

A construção de Malba Tahan foi pensada por Mello e Souza como a construção de sua própria carreira intelectual. Para projetar a figura do árabe, seria necessária sua inserção no círculo literário nacional e sua disseminação entre os leitores em todas as partes do país. Ao procurar Irineu Marinho para ser o padrinho de criação do escritor árabe, Mello e Souza tinha por trás de seus escritos a veiculação destes em um dos mais relevantes jornais do país. Ao tratar com o proprietário do jornal acerca de sua mistificação

literária, seu interesse era atingir o maior número de leitores devido ao alcance daquele veículo<sup>10</sup>.

Desses anos iniciais, cabe ressaltar, também, que a leitura da listagem oferecida pela Biblioteca Nacional mostra que Malba Tahan, nesse período, publicou as edições de suas obras com editoras diferentes. *Amor de Beduíno*, por exemplo, teve sete edições publicadas entre os anos de 1928 e 1949, das quais quatro foram publicadas por apenas uma editora. A primeira coletânea de contos do autor, *Contos de Malba Tahan*, teve sua primeira edição publicada pela editora Brasilux, em 1925. Quatro anos depois, a mesma obra teve sua segunda edição publicada pela editora A Encadernadora.

*Contos de Malba Tahan*, a primeira obra literária de Júlio César de Mello e Souza, recebeu a assinatura de Malba Tahan por se tratar de uma tradução de uma publicação estrangeira. Na verdade, a preocupação do autor era lançar-se no meio editorial como uma novidade, em um ramo antes exclusivo de autores de origem internacional, americana ou europeia. Contudo, sua produção recebeu o incremento de nomes de reconhecimento intelectual e de público daquele período, tanto no que tange os prefaciadores, quanto os ilustradores de suas obras.

Vê-se, assim, que a rede de contatos que acabou por construir ao longo de seus trabalhos, para sua constituição e permanência no mercado editorial por décadas, advém do movimento de comercialização e divulgação por parte dos diversos editores com os quais trabalhou, como também das estratégias para as práticas culturais daquele período. Ademais, o grupo social ao qual se ligou ajudou a dar validade às obras que eram publicadas pelo autor, e sua ligação com escritores renomados no período foi uma maneira

---

<sup>10</sup> O autor também afirma que Irineu Marinho conhecia a farsa que envolvia a figura de Malba Tahan, contudo aceitou publicar o trabalho de Mello e Souza por ter gostado dos contos e da temática oriental empregada.

de atrair o grupo de leitores mais intelectualizados, assim como o grupo de menor escolaridade.

Das obras voltadas para a publicação de contos, duas tiveram suas edições prefaciadas por autores de renome para o período, de relevância acadêmica e intelectual. As obras *Lendas do Deserto* e *Mil Histórias Sem Fim* foram prefaciadas por Olegário Mariano e Humberto Campos, respectivamente. Já a coletânea *Maktub* foi prefaciada pelo general turco Khara Ulugbeg (ANAIS, 1967).

A primeira edição de *Lendas do Deserto* foi publicada em 1929, ano em que *Céu de Allah*<sup>11</sup> recebeu menção honrosa da Academia Brasileira de Letras, pela Livraria Azevedo. A partir da terceira edição, publicada pela Getúlio Costa, aparece na obra o prefácio de Olegário Mariano. A presença do texto do autor é mantida até a décima primeira edição, publicada em 1959 pela editora Conquista.<sup>12</sup> Portanto, o texto de Mariano está presente apenas nas obras publicadas pelas casas editoriais Getúlio Costa e Conquista.

*Mil Histórias sem Fim*, por sua vez, foi publicado pela primeira vez em 1931, já com o prefácio de Humberto de Campos e impressão pela Editora Freitas Bastos, assim como sua segunda edição. A partir da terceira leva de edições até a sexta, o livro foi publicado pela editora Getúlio Costa, entre os anos de 1940 e 1943. Em ambas as casas editoriais, o prefácio de Humberto de Campos mantém-se presente nas publicações, o que leva a crer que o prefácio não era uma ferramenta utilizada pelas editoras, mas sim pelo próprio autor para legitimar-se entre os leitores.

Já a obra *Maktub!* (Estava Escrito) foi publicada entre os anos de 1940 e 1964 até a décima primeira edição, e suas tiragens foram divididas por duas casas editoriais, a Getúlio Costa e a Editora Conquista. A obra foi publicada pela primeira vez no ano de 1940,

---

<sup>11</sup> *Céu de Allah* foi publicado pela primeira vez em 1928, pela A Encadernadora (Anais, 1967).

<sup>12</sup> Da sexta à décima primeira edição, *Lendas do Deserto* passa a ser publicada pela Editora Conquista (Anais, 1967).

quando em circulação pela Editora Getúlio Costa, assim como em suas segunda, terceira e quarta edições, 1942, 1944 e 1949, respectivamente. Em 1951 e 1954, sexta e sétima edições, assume a impressão da obra a editora Conquista e ambas são publicadas sem a presença do prefácio assinado pelo general turco Khara Ulugbeg. Entre 1955 e 1964, foram publicadas da sétima à décima primeira edição, apenas a sétima pela Editora Getúlio Costa e as demais pela Editora Conquista. Em todas as publicações realizadas pela Getúlio Costa, primeira, segunda, terceira, quarta e sétima edições, aparece o prefácio do general, o mesmo não ocorre nas edições publicadas pela editora Conquista.

O sucesso de tantas publicações o próprio autor sugere ser a assinatura da marca criada por ele. Em discurso proferido por Joaquim Inojosa, o autor pernambucano explicita que Malba Tahan havia lhe confiado que foi essa sua grande jogada comercial:

Confessou-me o amigo, certa vez, que lhe aumentavam as decepções de ver encalhados nas livrarias os livros do Prof. J. C. de Mello e Souza. Criou Malba Tahan, e esses mesmos livros, mudadas simplesmente capa e página de rosto, passaram a esgotar-se em sucessivas edições. (...) Grato ao Malba Tahan, registrou-o com as garantias legais de legitimidade (INOJOSA, 1975, p.18).

Logo sua criação tomou vida enquanto produto, uma marca que era consumida. Contudo, por trás estava a produção intelectual de Mello e Souza. Tal iniciativa intelectual tomou tantas proporções que a condecoração como imortal da Academia Carioca de Letras foi dada a Malba Tahan. É o nome do pseudônimo que ganha o status de produtor e, por conseguinte, é o nome que aparece como intelectual daquela casa acadêmica.

Sobre seus prefaciadores, Sérgio Miceli fez algumas referências a eles em seu livro *Intelectuais à Brasileira*, no qual expõe sobre algumas atividades por eles desenvolvidas e as consequências profissionais que as constituições sociais e familiares relegaram aos escritores. Já a Humberto de Campos podemos dar o título de um *funcionário escritor*, pois foi funcionário público federal para suprir suas necessidades econômicas enquanto também

produzia para a publicação em meios de comunicação, sendo também classificado por Miceli como um anatóliano.

Da formação intelectual de Humberto de Campos<sup>13</sup>, Sérgio Miceli faz a seguinte colocação:

carreira que não se escora num investimento escolar legítimo, pois não contava com nenhum diploma superior, teve que se apropriar da cultura metropolitana (sobretudo europeia) por meio dos almanaques, dos manuais de viver, dos relatos de viagem, dos romances de aventura, das biografias edificantes, da história em sua forma literária ou épica, da “etnografia” à Kipling (MICELI, 2001, p.59).

Miceli apresenta como justificativa para tal posicionamento intelectual de segunda classe a origem social do autor. Órfão de pai desde jovem, Humberto foi obrigado a contribuir com a geração de renda para manutenção e sobrevivência da família, o que gerou danos à sua formação enquanto homem das letras. Quando em processo de alfabetização, frequentou escolas voltadas para uma clientela feminina. Para o sociólogo, foi a necessidade de gerar sua subsistência, em seu grupo familiar ou mesmo afastado dele, que lhe rendeu a função de um polígrafo anatóliano, segundo a classificação feita ao campo intelectual.

Segundo dados biográficos apresentados pela Academia Brasileira de Letras, em 1920, já acadêmico, foi eleito deputado federal pelo Estado do Maranhão. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a dissolução do Congresso, perdeu seu mandato. Todavia, como era admirado pelo presidente da república, o estadista procurou minorar as dificuldades do autor, dando-lhe os lugares de inspetor de ensino e de diretor da Casa de

---

<sup>13</sup> Nasceu em Miritiba, hoje Humberto de Campos, MA, em 25 de outubro de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 05 de dezembro de 1934. Quando jovem, morava com a mãe e com as tias. Após a morte do pai, passou a ajudá-las no trabalho de costura, o qual mantinha toda a família. Seus tios, irmãos de sua mãe, possuíam certo capital financeiro, contudo Humberto de Campos não era beneficiário dos parentes abastados (MICELI, 2001, p.30).

Rui Barbosa. No ano seguinte, foi enviado em viagem oficial pelo governo brasileiro à região do Prata.

Autodidata e grande leitor, acumulou erudição, a qual utilizava em suas crônicas. Poeta neoparnasiano, fez parte do grupo da fase de transição anterior a 1922. As relações travadas com Malba Tahan podem ser buscadas no período que trabalharam na redação do jornal *O Imparcial*. Mais tarde, quando o autor árabe começa sua produção de contos, Campos prefacia suas obras. Os dois ainda trabalharam juntos quando Tahan colaborou para a revista *A Maçã*, fundada e dirigida por Humberto de Campos e que circulou entre os anos de 1922 e 1929. No ano de 1926, publicou um dos seus contos nas páginas da revista dirigida pelo intelectual, intitulado *O Castigo* (SIQUEIRA, 2008, p.52).

Já Olegário Marianno<sup>14</sup> era escritor ativo da revista *Ilustração Brasileira*, um dos escritores de sucesso do período e atento ao contexto em que produzia, conforme era querido pelos meios de produção e mercantilização da imprensa, os quais se adequam ao que denominou Sérgio Miceli de “polígrafos anatolianos” por representarem Anatole France, “o modelo intelectual ao que se referem de modo mais insistente tais letrados (...)”. Este grupo trabalha bem mais regularmente nas revistas ilustradas que nos jornais e sua produção responde às demandas e encomendas das instâncias dominantes da vida cultural. Miceli exemplifica com Olegário Marianno, afirmando que ele

encarna o tipo-ideal do polígrafo anatoliano: cronista, poeta, declamador, letrista, escritor de revistas de music hall, eminência parda na concessão dos prêmios de viagens do Salão de Artes Plásticas, astro dos salões mundanos, conferencista, acadêmico, dramaturgo, (...), assíduo colaborador das revistas ilustradas e colunista social do *Correio da Manhã* (MICELI, 2001, p. 57).

---

<sup>14</sup> Nasceu em Recife, no ano de 1889, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1958. Terceiro ocupante da Cadeira 21, eleito em 23 de dezembro de 1926, na sucessão de Mário de Alencar e recebido pelo Acadêmico Gustavo Barroso, em 20 de abril de 1927.

Reconhecido entre seus pares, Marianno acabou por ceder seu nome aos trabalhos publicados por Malba Tahan, o que, dentro da conjuntura de acirramento e concorrência no mercado editorial no período, poderia servir de instrumento de validação à produção do escritor árabe. Mariano dispunha, além de reconhecido acadêmico, de certa fama entre o público, pois, como mostra sua biografia no site da Academia Brasileira de Letras, era reconhecido como o príncipe dos poetas brasileiros.

Em concurso promovido pela Revista *Fon-Fon*, em 1938, Olegário Marianno foi eleito, pelos intelectuais de todo o Brasil, Príncipe dos Poetas Brasileiros, em substituição a Alberto de Oliveira, detentor do título após a morte de Olavo Bilac o primeiro a obtê-lo.

As relações criadas por Mello e Souza para a manutenção de Malba Tahan como um nome a ser consumido giraram em torno de publicações de textos literários e publicitários em jornais e revistas, assim como da utilização de nomes de reconhecimento na carreira literária para abrirem suas obras. O autor preocupou-se, desde o início do surgimento de Malba Tahan, em ser competitivo no campo da produção literária, tanto que sua originalidade esteve em fazer nascer um escritor árabe, na contramão do que era visto no mercado do período.

Depois de certa divulgação de seu nome, era necessário fazê-lo ganhar frutos e, a cada título que fosse publicado, aumentar as tiragens e o número de edições. Sua propaganda era realizada mesmo em seus livros, como exemplo em *Livro de Aladim*<sup>15</sup>, que traz, no final de um de seus contos, uma citação de um texto publicado em um outro livro, também de sua autoria, *O Homem que Calculava*. A mesma prática pode ser percebida por meio da leitura desta última obra, na qual o autor, ao trabalhar com questões do campo da matemática, faz citações de algumas de suas obras voltadas para o ensino desta mesma área.

---

<sup>15</sup> A obra teve sua primeira edição publicada no ano de 1963, pela Editora Getúlio Costa, uma coletânea que conta com 29 contos de origem oriental.

Portanto, havia uma produção pensada com o que seria consumido, ou seja, uma atuação do autor que revela uma preocupação com a fundamentação e validação da figura de Malba Tahan realmente como um verdadeiro escritor, mesmo já sendo conhecida sua mistificação literária. Tanto que Mello e Souza, em eventos que eram voltados à cultura árabe, vestia-se como Tahan, assim como assinava e recebia documentos e titulações sempre como o árabe.

Nessa perspectiva, que papel cabe ao leitor na produção da literatura? Segundo Darnton, ele é o responsável pela produção do que se escreve em determinado campo, ou seja, as produções literárias possuem, quase em sua maioria, um ciclo que se inicia pelo autor, passando pelas casas editoras, distribuidores até chegar ao público leitor.

Um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores, eles formam noção de gênero e estilo, além de uma ideia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos, quer estejam escrevendo sonetos shakespearianos ou instruções para montar um kit de rádio. Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo (DARNTON, 1995, p.112).

O primeiro ponto a se levantar do texto de Darnton é o papel que outros mantêm na produção literária, ou seja, um livro é mais uma obra de um conjunto do que de um autor apenas. Longe de ser uma produção independente, a obra literária nada mais é do que aquilo que o conjunto social ou o campo literário pede. Um livro não é apenas um conjunto de ideias defendidas, mas sim um conjunto de defesas, como coloca o autor ao final de seu texto.

A partir da leitura de outros, a obra pode transformar-se e seu sucesso, ou não, é a chave para a leitura que o editor fará dela própria, ou seja, só serão publicadas novas edições se houver uma receptividade do público. A produção literária, no caso brasileiro, será transformada com o advento dos polígrafos, que serão convocados a publicar atendendo a uma demanda pré-determinada, seja por revistas ou casas editoriais, como no caso de Humberto de Campos<sup>16</sup>.

É a partir da expansão do mercado livreiro que a literatura passa a ser entendida enquanto um negócio que deve gerar lucros, não apenas como uma tentativa de mudança da ordem e de transformação social; ao passo que o livro passa a ser visto como um objeto não apenas de transmissão de conhecimento e cultura, mas também de valor monetário. As publicações, por conseguinte, passam a ter novos padrões e estilos para atender a demanda já existente, assim como a expansão do consumo literário.

O segundo ponto que Darnton chama a atenção é para a associação entre os produtores dessas obras, ou seja, a associação entre os escritores. Para ele, é a partir desta associação entre leitores e escritores que surge a “ideia geral do empreendimento literário” em que está inserido, o que faz com que a produção seja constantemente repensada para gerar ou antecipar críticas e elogios. Tanto um quanto o outro podem fazer deste empreendimento o caminho para o reconhecimento entre os pares e o público que irá consumir o que produz.

Essa perspectiva faz do leitor um ativo e não passivo no processo constitutivo da produção literária de determinados contextos históricos, o que influencia as relações do que é produzido, a circulação e consumo de símbolos e ideologias. Para tanto, a literatura deve ser consumida e, para tal, deve agradar ao leitor, seja na maneira com que é escrita, no tema, na diagramação e ilustração, ou em todo o conjunto.

---

<sup>16</sup> Humberto de Campos, além de publicar prefácios em obras literárias de Malba Tahan, irá também prefaciá-las obras de didática matemática assinadas por Júlio César de Mello e Souza.

## Imigração e Política

A problemática da mescla cultural na história do Brasil foi colocada em nossos horizontes de investigação desde o começo da historiografia nacional. Apareceu pela primeira vez sob o rótulo de “miscigenação racial”, como proposta vencedora do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de 1840, a fim de marcar sua fundação. Martius afirmou, em sua dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, que a chave para se compreender a história brasileira estaria no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a indígena e a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem, contudo, ir mais além do que apenas apontar esse diferencial brasileiro.

Martius, como naturalista ilustrado, pensava o “hibridismo racial” do mesmo modo que pensava o cruzamento de plantas ou animais; porém, sua relativa sensibilidade etnológica o fez ao menos rascunhar o que já se chamou de “sincretismo” cultural, a qual, atualmente, se formula como mestiçagem ou hibridismos culturais<sup>17</sup>.

Até os anos de 1930, a questão da miscigenação étnica era entendida como um problema moral ou patológico que deveria ser solucionado para o bem da Nação. E, quando rascunhavam a mescla cultural de que a miscigenação étnica é parte inseparável, mal disfarçavam o desalento em constatar que o Brasil era diferente da Europa, isso quando não afirmavam terem sido os índios, os negros e, no contexto da terceira década do século passado, imigrantes não europeus, elementos corruptores de um projeto de civilização compatível com os anseios e necessidades nacionais.

---

<sup>17</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia nacional*. Revista Tempo, Niterói, v.8, PP.7-22, 1999.

As décadas iniciais do século XX foram marcadas por debates acerca da formação da população brasileira, sendo a solução encontrada para se constituir uma nação civilizada a entrada de novas levas populacionais de origem europeia, ideário marcado por discussões geradas nos campos político e cultural.

Como coloca OLIVEIRA (1990, p.11), as transformações no modo de se entender e utilizar o conceito de nacionalismo foram definidas pelos problemas que cada nação enfrentou na procura pela realização de um destino, assim como a legitimação de um passado comum que proporcionasse à sua população uma autoidentificação e um sentimento de pertença.

Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção evidente de tornar o país mais claro. Mas quais eram os “brancos” que a classe dirigente brasileira desejava para branquear fenotípica e, principalmente, culturalmente a população local? O ideal não era apenas trazer indivíduos com a pele clara, mas sim com hábitos e culturas tidas como padrões a serem seguidos pelos locais. Por esse motivo, muitas levas de asiáticos sofreram perseguições ou mesmo foram impedidas de adentrar em terras brasileiras.

Com efeito, tingido pela entrada maciça de imigrantes - brancos -, introduziu-se no Brasil, a partir dos anos de 1930, um modelo original que, ao invés de apostar na falência do cruzamento, descobriu nele as possibilidades de branqueamento. Assim, o ideal civilizatório das elites deveria sufocar as manifestações culturais diferentes das tidas como representativas de uma nacionalidade brasileira, a fim de educá-las, ou seja, homogeneizar as diferenças culturais encontradas no seio daquela sociedade. Esse enfoque homogeneizador naturalmente irá se mostrar impermeável às diferenças socioculturais, só

as reconhecendo enquanto elementos capazes de serem integrados ao Estado Nacional (TRUZZI, 2001, p.133).

Em meio às mudanças políticas do período, foi construída a imagem de uma brasilidade mestiça, culturalmente assimilacionista e politicamente integradora, discurso formador da ideologia que configurou a nação brasileira e o balizou da política cultural durante o governo de Getúlio Vargas, tendo como base as ideias dispostas pelo sociólogo Gilberto Freyre, as quais, por meio de representações e discursos de intelectuais doutrinados pelo Estado, transformaram a mestiçagem e a adaptação cultural em símbolos do brasileiro e da nova nação que surgia.

A ideia de uma sociedade de formação híbrida desde seu nascimento, pautada na obra de Gilberto Freyre, buscou contestar a defesa da superioridade racial defendida até o início daquela década, cuja utilização era para demarcar a diferença racial, um conceito fundamentalmente biológico e hierarquizante. Assim, a busca pela construção de uma brasilidade começa a refletir as ideias de Freyre, tocando na proposta de que as três maiores matrizes étnicas responsáveis pela formação do povo brasileiro encontravam-se em uma situação de complementaridade. A partir de então, é colocado para os intelectuais do período e dos mais diferentes setores da administração a propaganda e a formulação de representações acerca da unidade nacional em meio à diversidade que a compunha.

Sérgio Costa, em artigo no qual analisa a mestiçagem e seus contrários, apresenta os argumentos utilizados por Freyre e apropriados pelos defensores da mistura a ser institucionalizada pelo Estado varguista:

Graças à sua história, entre o ocidente e o oriente, a África, a Europa e a Ásia, os portugueses seriam portadores de três características fundamentais: miscibilidade, mobilidade e adaptabilidade climática. Para a constituição da nação brasileira, a faculdade identificada por Freyre entre os portugueses de se fundirem biológica,

social e culturalmente com outros povos teria desempenhado papel central (2001, p.146).

Contudo, como o modelo de Freyre supõe uma cultura unificada como fundamento da nação em três frentes étnicas, fez-se com que restassem limitados os espaços para a expressão de novas formas culturais, como aquelas trazidas pelos imigrantes que chegam ao país a partir da segunda metade do século XIX, advindos de outras realidades culturais<sup>18</sup>. Dessa forma, a busca por uma cultura uniformizada, além de planejar a introdução da nova ideia de que o país poderia ser introduzido ao mundo da modernidade com sua formação etnopolacional, deveria também preocupar-se em inserir na cultura nacional os advindos de realidades diferentes da tríade sintetizante colocada por Freyre.

Contudo, a forma de inserção do imigrante à nacionalidade brasileira trouxe consigo um conjunto de medidas repressivas, cujos objetivos seriam acabar com os vínculos culturais do imigrante com sua cultura de origem, de forma a integrá-lo à Nação. Com tal posicionamento, a política imigratória levada a cabo durante os anos de governo de Vargas, em especial os anos do Estado Novo, foi marcada por um nacionalismo unívoco, que tinha como posicionamento não fazer concessões ao pluralismo étnico e, como objetivo, pôr fim à assimilação das culturas imigrantes em um caudal totalizante ao redor da construção do nacional (SEYFERTH, 1997, p.96).

Para os intelectuais que se debruçavam sobre o tema, a manutenção da etnicidade desses imigrantes representava um risco de separatismo que só poderia ser debelado por meio da imposição de uma política imigratória que distribuísse o branco europeu por todo o território nacional, de forma a promover o equilíbrio populacional e, dessa maneira,

---

<sup>18</sup> A política assimilacionista teve como bases o “combate ao associativismo étnico, da eliminação da educação escolar em língua estrangeira e, como se mostrou, até mesmo através da perseguição política aberta dos que quisessem permanecer em sua condição de “estrangeiro”” (COSTA, 2001, p.151).

facilitar a assimilação de imigrantes das mais diversas origens, no processo de constituição da nacionalidade<sup>19</sup>.

Assim, a formação da nação idealizada na década de 1930 exigia a incorporação dos imigrantes por meio de um processo de assimilação entendida como nacionalização, e não somente como um processo de mudança cultural e social (SEYFERTH, 1997, p.124). Tratava-se, pois, de transformar indivíduos em nacionais, implicando em mudança das mentalidades e dos significados simbólicos ligados aos nacionalismos com que aqui chegavam.

Esse processo de assimilação foi tido como questão de segurança nacional, ao passo que fazia parte do processo de elaboração de uma identidade em busca de formação de um novo brasileiro, tendo como premissa a substituição dos símbolos étnicos por outros representativos da brasilidade. Para tanto, a metodologia empregada para conseguir tal intento perpassava pela imposição de práticas cívicas, assim como pelo desmonte das estruturas comunitárias, atingindo os sentimentos de etnicidade de grupos de imigrados (idem, 1997, p.127).

Tais políticas podem ser entendidas pela concepção de realidade e sociedade, a qual se originava do nacionalismo e do antiliberalismo do governo de Vargas, no qual o Estado seria o responsável pela formação da nacionalidade e pela direção do povo. Este último considerado simplesmente como massa que deveria ser orientada a seguir as elites, tidas como o verdadeiro motor das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para chegar ao desenvolvimento.

---

<sup>19</sup> Exemplo importante é Oliveira Viana que, em artigo publicado pela Revista de Imigração e Colonização na década de 1940, procurou traçar o que denominou de caracterização antropológica de imigrantes, de forma especial, judeus, árabes e japoneses. Seu texto, como apresenta GERALDO (2007, p.26), procurava demonstrar que estes grupos eram muito distintos do ideal ariano buscado para povoar o país, e dedicou uma atenção especial para demonstrar que eram os indivíduos mais inferiores dessas origens que estariam imigrando para o Brasil.

Na Assembleia Constituinte de 1934, deputados das mais variadas posições políticas e sociais concordaram, segundo LESSER (2001, p.212), que o problema da imigração era de importância fundamental para a criação de uma identidade nacional uniforme, abrangendo uma única etnia brasileira. A cobertura da imprensa, em momento de aquisição de importância perante a opinião pública – por meio de artigos sobre a imigração japonesa (tida como “perigo amarelo”), ou sobre a vinda de chineses e assírios –, foi discutida pelos principais jornais do período, o que mostra uma preocupação e uma expansão das discussões acerca do tema da etnicidade na sociedade brasileira.

As dinâmicas de aceitação dos imigrantes no espaço da cidadania brasileira perpassavam a aliança, imposta por ferramentas estatais, dos nacionais com os que aqui chegavam. A constituição de uma nação brasileira unitária, acima das diferenças étnicas – que ainda na política getulista representava uma utopia, um objetivo a ser alcançado –, torna-se, a partir de então, não mais prescrição, mas o símbolo da nação, desde então tratada como a reunião exemplar de culturas e raças em plena sintonia e junção. Estes mestiços, antes problema, agora solução, acabaram por representar a identidade cruzada no sangue e sincrética na cultura.

Segundo DÁVILA, a elite brasileira de meados do século XX tendia a acreditar que mestiços pobres não brancos eram, em sua maioria, degenerados. Em *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil*, o autor discute como reformas educacionais do início do século passado, principalmente a partir da década de 1930, foram elaboradas e executadas tendo como pressuposto a existência de desvantagens raciais brutais nos nacionais não brancos e pobres; políticas que sugeriam que, educando a população, seriam curadas as doenças da nação e, principalmente, outorgar-se-ia a estes indivíduos o diploma de brancura.

Os condutores da expansão e da reforma educacional acreditavam que a maior parte dos brasileiros pobres e/ou pessoas de cor, eram subcidadãos presos à degeneração – condição que herdavam de seus antepassados e transmitiam a seus filhos, enfraquecendo a nação. Os mesmos educadores também tinham fé em sua capacidade de mobilizar ciência e política para redimir essa população, transformando-a em cidadãos-modelo (DÁVILA, 2006, p.13).

O autor ainda coloca que o grupo de pensadores e formuladores de políticas públicas acreditavam na capacidade de mobilizar, portanto, ciência, técnica, política estatal para “curar” essa população, transformando-a em cidadãos-modelo. Para tanto, era necessário embranquecê-la, seja em sua cultura, higiene, comportamento e, eventualmente, na cor da pele. Dotados da “incumbência de forjar um Brasil mais europeu e presos a um senso de modernidade vinculado à brancura, esses educadores construíram escolas em que quase toda ação e prática estabelecia normas racializadas e concedia ou negava recompensas com base nelas” (DÁVILA, 2006, p. 25).

A brancura, portanto, mesmo com o discurso da mestiçagem, ainda simbolizava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade. E, para tanto, a educação seria um valioso polo difusor de saúde e cultura básicas, permitindo que todos, independentemente de sua cor, fossem alçados à condição de brancos. Como coloca o autor, embora houvesse controvérsia sobre a suposta degeneração do negro e mestiço e sobre a possibilidade de aperfeiçoamento eugênico da raça, havia consenso acerca do significado e valor da brancura, e do fato de que intelectuais, políticos e gestores públicos confiavam no futuro branco do Brasil e no papel estratégico da educação nesse processo.

Ao tratar do tema da etnicidade no Brasil, Jeffrey Lesser discute a atuação dos grupos de imigrantes, os quais mobilizaram um embate social cuja função foi construir uma identidade que correspondesse ao desejado pelas elites nacionais na construção do novo homem nacional. Entre essas levas, os imigrantes não europeus foram os que mais ganharam com os discursos instalados na sociedade a partir da década de 1930, quando a

mestiçagem como política estatal ganhou espaço na construção da nacionalidade brasileira. Defende de forma contundente que, mesmo com uma elite que se desdobrou para criar a ideia de uma sociedade europeia e homogênea, vendo na etnicidade uma traição a estes princípios, a realidade vivida socialmente, longe dos discursos e das teorias, percebia esses discursos de outra forma.

Como uma identidade nacional única nunca existiu de fato, as dissertações e discussões acerca do tema tinham como principal objetivo coagir e constranger os novos ingressantes nesta imaginada sociedade. LESSER, ao tratar do fenômeno de hifenização da população brasileira, sugere que a simples ideia de construção de um imaginário homogêneo não foi o suficiente para entender o caudal cultural disposto na sociedade naquele período. Assim, coloca que

a tese de que as concepções de identidade nacional da elite foram formuladas com base na eliminação das distinções étnicas deve, portanto ser modificada, de modo a incluir os desafios progressivamente incorporados nos conceitos de brasilidade (LESSER, 2001, p.20).

A instituição de hífen pelos imigrantes atesta essa aceitação, ou melhor, adaptação ao nacional, sem abandonar suas raízes tradicionais. São exemplos os sírio-brasileiros, sino-brasileiros, nipo-brasileiros, entre outros.

Três foram as alternativas apresentadas pelos imigrantes no conjunto da sociedade e das discussões da época. Algumas das elites imigrantes afirmavam que seus grupos eram etnicamente brancos, “propondo-se apresentar como inofensivas suas identidades pré-imigratórias, em troca de serem incluídas no panteão dos grupos tradicionalmente desejáveis” (LESSER, 2001, p.21). A alternativa seria adentrar nas discussões que defendiam que a “brancura” não era um componente básico da brasilidade, ligando a etnicidade dos grupos a um pensamento produtivo, segundo o qual as qualidades

econômicas de povos como árabes e japoneses se sobressaíssem a questões biológicas, mantendo-se, assim, a etnicidade, mesmo que sua importância fosse negada. Por último, a rejeição total de qualquer ideal nacionalista diferente dos que já traziam pré-imigração, e mesmo que superficialmente, criando grupos ultranacionalistas ligados a suas nações de origem, como algumas colônias japonesas que mantiveram em terras brasileiras sociedades secretas de culto à figura do imperador japonês.

Segundo a leitura de LESSER do processo de mestiçagem da população brasileira, o surgimento de uma raça nacional, nova e uniforme, a partir da mistura de diferentes povos, foi muitas vezes entendida como a união (e não mistura) de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não de um grupo único e uniforme, como era o desejo das elites. Aí está a cerne de seu pensamento, a busca de um hífen, ou seja, fazer parte da cultura local e de seus pressupostos sem, contudo, perder parte de seu arsenal cultural de origem.

Seres que não foram apenas assimilados – o que seria perda total da cultura pré-imigratória –, mas sim aculturados, isto é, houve a modificação de uma cultura em contato com outra. Com o pressuposto de que os processos migratórios foram “de fato a construção da identidade nacional”, o autor reflete, ainda, sobre o que acontecia fora do *continuum* negro/branco<sup>20</sup>, buscando entender o lugar que os imigrantes, com suas especificidades culturais e laços nacionais, poderiam ocupar em tal processo de fabricação de identidades, considerado pelo Estado Novo como um projeto cultural, intencionando o forjamento de uma unidade nacional.

Considera-se, então, que a migração pressupôs mecanismos de adaptação no novo país e no contingente populacional com que entraram em contato, conseqüentemente,

---

<sup>20</sup> *Continuum* bipolar é um conceito para demarcar a sociedade brasileira, caracterizada por sua heterogeneidade. Os dois polos principais seriam as etnias branca e negra, e, entre elas, o restante da sociedade caracterizada por sua mistura ou mestiçagem. E é fora desse continuum que as populações não europeias, neste caso a árabe, devem ser entendidas (LESSER, 2001, p. 30).

novos padrões socioculturais foram criados e/ou modificados. Esse recriar de identidade foi necessário para que o imigrante fosse inserido no caudal cultural que já era a sociedade brasileira no início do século XX. Assim, reconstruir papéis sociais e aprender os valores e os códigos que balizavam a conduta do novo país transformou-se um objetivo a ser perseguido, afim de que o intento de fazer a América fosse alcançado.

### **Sírios, Turcos ou Libaneses?**

A adaptação ao Brasil foi necessária, pois os grupos de sírios e libaneses que aqui aportaram, ainda em fins do século XIX, não vieram para trabalhar como mão de obra campesina como outras originárias da Europa ou da Ásia. As atividades econômicas que aqui desempenharam não favoreciam o fechamento social<sup>21</sup> dentro das comunidades e colônias, diferente de outras levas que viram na agricultura uma forma de renda e cuja própria essência do trabalho não necessitava de um maior contato com os nacionais. Em caminho inverso à maioria de imigrantes que tinham como destino as lavouras e as zonas rurais, sírios e libaneses encontraram no comércio uma fonte de renda que exigia um baixo investimento inicial de capital e, acima de tudo, que lhes rendeu, além de ascensão econômica, mais flexibilidade em aceitarem e serem aceitos pela comunidade local.

As imigrações síria e libanesa, de modo geral, contribuíram para o início de um complexo debate sobre a identidade brasileira pelas elites nacionais entre fins do século XIX e durante o século XX, pois foram os “400 mil asiáticos, árabes e judeus, considerados não-brancos, não-pretos, que mais puseram em xeque as idéias da elite sobre a identidade nacional” (LESSER, 2001, p.25). LESSER destaca que estes imigrantes, por serem considerados “amarelos” e não pretos ou brancos, colocaram mais uma questão no

---

<sup>21</sup> Embora apresentassem como pressuposto para crescimento econômico manterem contato com a sociedade receptora nas relações sociais que tinham como objetivo manter a cultura de origem, como o casamento, por exemplo, a preferência era existirem uniões étnicas acordadas entre os membros da colônia. Como lembra HAJJAR (1985, p.109), apenas na década de 1930 diminuiu o costume de mandar os jovens para a terra natal, a fim de se casarem com parentes ou conhecidos.

debate sobre a identidade brasileira, no que diz respeito a sua cor e às diferenças culturais que iam na contramão do que era visto como aceitável e quisto como modelar para o homem nacional. Para o autor, houve uma barganha cultural, um fluxo de influências entre estes não europeus e os brasileiros, a qual muitas vezes não era reconhecida por nenhum dos dois grupos.

Isso pode ser exemplificado pelas reflexões que HAJJAR propôs sobre a imigração árabe para o Brasil, ao colocar que a cultura árabe encontrou aqui um espaço no qual ela poderia coexistir, mesmo com todos os imbróglios impostos no início do século passado, reproduzindo aqui toda a estrutura comunitária que a mantém vinculada à sua origem. Assim, podemos entender tal colocação à luz do que LESSER chamou de hifenização, pois era interessante inserir-se na sociedade receptora, contudo sem perder de vista as características da sua cultura de origem. Aqui estaria a explicação para a facilidade com que esse contingente de imigrantes recebeu facilmente as características da nacionalidade brasileira e, em contrapartida, também cooperou de forma expressiva para a mesma.

Esta parcela de imigrantes procurou participar das discussões a fim de demonstrar que a etnicidade árabe poderia transformar e contribuir com a identidade cultural, econômica e social do Brasil. Porém, entre alguns membros da elite política nacional, existiam atos que reclamavam que sírios e libaneses não aceitavam a assimilação, pelo contrário, realizavam uma aculturação. Para LESSER (2001, p22), no contexto de até meados do século XX, “a assimilação (na qual a cultura pré-imigratória da pessoa desaparece por completo) foi um fenômeno raro, enquanto a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado de outra) foi comum”. Lesser trabalha com esses conceitos para o que ele designa como grupos não europeus, no caso, chineses, japoneses, sírios e

libaneses, os quais estariam fora dos padrões explicativos de Gilberto Freyre, e, dessa forma, alimentavam o debate sobre a identidade brasileira no que diz respeito a sua cor<sup>22</sup>.

Como argumenta o professor do departamento de Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, José Ribamar Chaves Corrêa, o interesse dos sírios e libaneses em atuar comercialmente no Brasil estava ligado ao objetivo inicial dos primeiros imigrantes dessa origem, o de fazer a América. Segundo ele, essa parcela de imigrantes não criou dificuldades em adaptar-se à cultura e aos costumes locais para facilitar sua aceitação pelos brasileiros. Para ele, o grupo em questão foi o mais assimilável entre todos que imigraram para o país, mesmo em períodos em que o cerco à presença de imigrantes e à manutenção de culturas alienígenas foi duramente reprimido por ações estatais.

Corrêa acrescenta ainda que os grupos vindos de Síria e Líbano “não constituíram quistos” e que, durante o regime varguista, conturbado para imigrantes que desejavam manter autonomia cultural, os grupos de sírios e libaneses facilitaram sua integração aos nacionais ao aceitar, como nenhum outro grupo estrangeiro, fazer parte da nação que estava em gestação. Eles chegavam dispostos a ‘fazer a América’, a se integrem, “deixando-se assimilar pela sociedade envolvente, perdendo assim parte de sua identidade; conservando, é claro, apenas alguns traços, como comida típica, etc. É o que funciona sociologicamente... Trata-se do grupo mais assimilável que nós temos dos imigrantes” (CORREA, 2009).

Ao ser questionado sobre o acirramento por parte do governo getulista em acomodar na cultura local esses imigrantes, o antropólogo afirma que o grupo em questão apropriou-se da cultura local para ter a si próprio como parte dessa cultura, uma forma de facilitar a aceitação do grupo pelo grupo maior: “Eles próprios é que não fizeram questão de preservar... O japonês imigrante, da primeira e segunda geração, até a terceira geração,

---

<sup>22</sup> É necessário assinalar que, quando o autor refere-se à cor, não está apenas remetendo à fenotípica do indivíduo, mas a toda construção cultural acerca dela.

obrigava o nisei a falar em japonês... Isso não ocorreu com os chamados sírio-libaneses...” (CORREA, 2009).

É a partir de meados do século XIX que o Brasil começa a receber imigrantes provindos da região do Oriente Médio. Entre os anos de 1850 e 1930, aportaram dezenas de milhares de imigrantes proveniente da Síria e, sobretudo, do Líbano, para fazer a América, como aponta Boris Fausto (FAUSTO, 2000, p.7)<sup>23</sup>. Diferentemente de outras correntes imigratórias que tinham como fim substituir a mão de obra escrava em diferentes setores da economia, libaneses e sírios valeram-se dos ramos econômicos emergentes ligados à agricultura, mineração, pecuária e, em especial à insurgente indústria.

A primeira geração que aqui chegou ocupou-se, sobretudo, da mascateação<sup>24</sup>, atividade que, ao longo da história brasileira, esteve ligada a imigrantes de diversas origens, entre eles portugueses e italianos<sup>25</sup>. A princípio, a tentativa de estabelecer relações comerciais nas localidades próximas aos portos onde desembarcavam trouxe grandes dificuldades por causa da concorrência com indivíduos de outras nacionalidades, ou mesmo patrícios. Nessa perspectiva, com o tempo sentiu-se a necessidade de penetrar o interior, seguindo as rotas dos povoamentos e os principais rios. Nesse período, as economias da borracha no norte do país e do café no sul atraíam cada vez mais pessoas para o interior e, com elas, necessidades que eram supridas pelos mascates.

Estes imigrantes são originários, em sua maioria, da Síria, Líbano e, em menor expressão, Palestina. Quando do início do processo imigratório, o Império Otomano dominava a região denominada de Grande Síria, que mais tarde daria origem ao que hoje é

---

<sup>23</sup> Com passaportes expedidos pela Turquia, esses imigrantes foram equivocadamente considerados turcos até o final da Primeira Guerra Mundial, quando o Império Turco Otomano perdeu grande parte dos territórios, até então sob seu domínio, entre eles Síria e o Líbano.

<sup>24</sup> Tal atividade se mostrava mais adequada a esses imigrantes por dois motivos: primeiro por favorecer um enriquecimento mais rápido; em segundo pelo status de trabalho autônomo, primordial para os planos de retorno à terra natal, objetivo das primeiras levas de imigrantes árabes que vieram para o Brasil.

<sup>25</sup> Além da questão monetária, um fator responsável pela vinda de sírios e libaneses para a América foi a mudança na Constituição turca que, a partir de 1908, obrigava os cristãos a alistarem-se nas tropas de seu exército.

Síria, Líbano, Jordânia e parte do Iraque<sup>26</sup>. A crise do Império Otomano e sua derrota na I Guerra Mundial (1914-1918) fizeram com que as vitoriosas França e Inglaterra dividissem entre si os territórios árabes que estavam sob domínio daquele regime. À França coube a região da Síria e Líbano que, em 1943 e 1945, respectivamente conquistaram sua independência política. As relações de dominação, no entanto, persistiram na prática, mantendo-se uma situação de dependência não apenas econômica, mas cultural em relação às metrópoles europeias.

Os primeiros imigrantes árabes a chegarem ao Brasil datam de meados do século XIX, mobilizados pela ideia da riqueza fácil e do retorno ao território de origem. No primeiro período de imigração (1860-1945), nosso país assistiu a chegada de três levas de árabes, que HAJJAR (1985, p.85) dividiu da seguinte maneira: a primeira leva estende-se do ano 1860 ao ano 1900, a segunda figurou entre os anos 1900 e 1914, já a terceira entre os anos 1914 e 1945. Segundo este autor, o movimento de saída do mundo árabe foi partilhado por todas as cidades e aldeias, principalmente pela região onde atualmente está localizado o Líbano: “na primeira etapa imigratória, a imigração libanesa foi maior que a da Síria, e a imigração cristã foi maior que a não cristã” (Idem, p.85). A princípio, o objetivo seria enriquecer em terras americanas e, depois, voltar à terra natal, fato que começa a mudar após a segunda leva.

Ao chegarem ao Brasil, o desenvolvimento de atividades comerciais, representada pelo mascate, levou a população de origem árabe a se radicar em todas as regiões brasileiras, pois esta atividade seria a mais promissora, de maior acessibilidade ao imigrante, a forma mais rápida de conseguir lucro e, conseqüentemente, enriquecer. Como

---

<sup>26</sup> O domínio turco na Grande Síria durou de 1516 até o fim do império otomano, no final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Após as derrotas dos turcos na Primeira Guerra Mundial, o Líbano, que antes pertencia à Grande Síria, ficou sob regime de protetorado francês e ganhou autonomia em relação à Síria (TRUZZI, 2001, p. 295).

o objetivo dos primeiros a imigrarem para o Brasil era acumular capital e voltar para seus países de origem, profissões como a de professor, escritor e jornalista geravam certo desprezo, e seus ocupantes eram considerados fracassados. Como assinalou SAFADY (1973, p.19), “todos vieram para comerciar e serem ricos, no prazo mais curto de tempo”, com isso, o mascate passou a ser a figura que os representaria nessa busca por uma situação financeira mais cômoda em sua terra de origem.

Sírios e libaneses eram praticantes da agricultura, porém, ao contrário do que esperavam os antigos proprietários de escravos, não se ocuparam dessa prática econômica, pois não se adaptaram à forma de produção agrícola aqui praticada, concentrada no latifúndio, modelo diferente do comumente praticado no Oriente Médio, fixada em pequenas propriedades administradas por famílias. Além disso, a maioria veio sem recursos econômicos, dificultando a posse da terra, e, ainda se fossem colonos, levariam cerca de duas gerações para possuírem uma propriedade rural (TRUZZI, 1997, p. 45). Conseqüentemente, a opção profissional de constituir no comércio a fonte de renda foi a que prevaleceu para as primeiras gerações desde o final do século XIX.

*quando chega ao Brasil é turco, ao comprar uma loja é sírio; ao ficar rico, é libanês e quando se considera intelectual é árabe”<sup>27</sup>*

A frase destacada da obra de Claude Hajar, que, segundo o autor, faz parte dos ditos populares da comunidade árabe presente no Brasil, revela certo caráter evolutivo, no qual ser árabe e libanês seria, hierarquicamente, mais interessante social e economicamente que ser reconhecido por meio das designações de turco e sírio. Na verdade, para a comunidade árabe aqui instalada, a palavra “*turco*” foi empregada para se referir a

---

<sup>27</sup> HAJJAR, 1985, p.39.

imigrantes advindos da Síria e do Líbano, transformando-se em um termo que carregava julgamentos e classificações de caráter pejorativo.

No cômputo geral, como lembra TRUZZI (1997, p. 70), não se diferenciava o imigrante sírio do libanês, todos recaindo sobre o epíteto de turco. Essa diferenciação só ocorria dentro da colônia árabe, o que demonstrava a diferenciação das identidades que carregavam, mesmo com o domínio Otomano daquela região.

Em entrevista concedida a GREIBER, Eveline Turbay Nader, filha de imigrantes, deixa claro o mal estar gerado entre os árabes em função da denominação de “turco” e, ainda, a relação entre identidade síria e libanesa:

Uma vez o Habib, meu filho mais novo, brigou no colégio porque o tinham chamado de ‘turco’. Em casa, quando ele contou que tinha apanhado, quase apanhou de novo. Era uma coisa assim, um amor pelo Líbano que era quase uma coisa material palpável. É que “turco” era pejorativo, indiferenciado. Tanto que, quando chamavam de sírio, só se corrigia (...) (1998, p.612).

No mesmo trabalho, Salowa Khoury Mahfuz, 91 anos, faz algumas considerações acerca da relação e das diferenças entre sírios e libaneses: “Os próprios brasileiros dizem que os primeiros que vieram eram chamados de turcos, quando evoluíram um pouco foram chamados de sírios e, depois, libaneses; isto é dito sempre”. Segundo ela, isto se deve à diferença de personalidade que distinguia os dois povos, pois, “o sírio sempre teve inveja do libanês”, acreditando que o “libanês sempre soube se impor (...) os libaneses sempre tiveram muito prestígio” (GREIBER, 1998, p.624).

Como apresenta TRUZZI (1997, p. 75), em São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo, a língua árabe falada por comerciantes sírios e libaneses, provocou mais do que chacotas, motivadas pelo som e por desconfianças. Na primeira década do século vinte, por exemplo, um vereador nacionalista, Porfírio de Alcântara Pimentel, indicou à Câmara Municipal o seguinte projeto de lei:

“A bem popular e bem do governo municipal desta cidade:

- 1) Todos os negociantes árabes e turcos desta cidade não poderão continuar no comércio deste município sem ter um goarda livro esse que seja Brasileiro dentro de 30 dias (...)
- 2) Todos os turcos que fallar na língua turca perto de um brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na boca do cofre municipal. Todo brasileiro que ouvir elles fallando e não der parte ao fiscal multa de 10\$000.

Saude e Fraternidade<sup>28</sup>

Dessa forma, a atividade de venda, ao mesmo tempo em que facilitava a inclusão dos árabes na sociedade brasileira, trouxe inúmeros problemas, ao passo que as elites do país impuseram inúmeras dificuldades à imigração asiática que, além dos japoneses, enquadrou também os de origem síria e libanesa<sup>29</sup>. Falar o português e buscar manter a língua árabe entre os colonos instalados no Brasil era a possibilidade de transitar entre os dois mundos conhecidos pelos imigrantes. Para as populações de origem arábica, sua língua-mãe possui um caráter sagrado, pois é entendida como um instrumento privilegiado, Divino, apresenta os mesmos atributos de Deus: a temporalidade, eternidade, sacralidade. Dessa maneira, a língua possui uma existência autônoma das transformações sociais em que o homem está inserido, escapando das influências do tempo (HAJJAR, 1985, p.62)<sup>30</sup>.

Com o objetivo de manutenção do árabe como língua da colônia, os primeiros imigrantes chegados ao Brasil até a segunda geração viram a necessidade da criação de

---

<sup>28</sup>Segundo o autor, a lei não foi julgada conveniente pelos vereadores da cidade, contudo, deve-se tê-la como um fator de análise da rejeição ou não, pelos nacionais, do processo de assimilação destes imigrantes no quadro da nacionalidade. Apud TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>29</sup> Nas discussões a respeito da imigração asiática, a corrente nipônica, por seu grande contingente, recebeu mais atenção por parte daqueles que se dedicaram a tal empreendimento, contudo, outras etnias, entre elas as de origem árabe, foram avaliadas quanto a sua contribuição para o progresso da sociedade brasileira.

<sup>30</sup> HAJJAR ainda coloca que a língua árabe chegou ao Brasil com negros africanos islamizados, os quais viam no árabe uma forma de contornar as dificuldades com os diferentes dialetos e os unificavam por meio de um idioma que era diferente do idioma dos senhores; instrumento que deu força à revolta dos malês, ocorrida em 1835. O termo *malê* vem de *imalê*, que na língua iorubá significa muçulmano. (REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835* – Universidade Federal da Bahia. Retirado de: <http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf> - Acesso em 02.set.2010.)

escolas em diferentes níveis para atender ao seu público, nas quais religiosos que vinham representar suas igrejas assumiam a tarefa de estimuladores das letras árabes<sup>31</sup>.

Contudo, como a maioria desses imigrantes estabelecia-se como comerciante assim que chegava, era fator importante o conhecimento e a interação com a língua local, indispensável às suas atividades econômicas. Contudo, com o advento da primeira Guerra Mundial, por ordem do governo Vargas, todos os estabelecimentos de ensino<sup>32</sup> e veículos de imprensa ficaram proibidos de atuar em língua diferente ao português.

Dessa forma, escolas que mantinham o ensino étnico foram proibidas de continuar funcionando. Diferente do que defendeu CORREA (2009), a necessidade de manter as características da cultura de origem estava no sentimento e esperança de voltar para o país de origem, ideia marcadamente defendida pela primeira leva e mantida, em alguma proporção, pelos imigrantes da segunda leva que se estabeleceram no Brasil. Assim, manter a língua-mãe é manter-se árabe, mesmo que acomodado dentro de uma construção de brasilidade.

HAJJAR, sobre o acomodamento do árabe na cultura brasileira diz existir um situação onde há encontros e desencontros, ou seja, afirma que há um paradoxo entre o que deseja o imigrante – manutenção da cultura de origem – e o que deseja a cultura receptora – que o imigrante afaste-se de sua cultura de origem e se aproxime da cultura que o recebe.

Desta forma coloca que

este imigrante anseia por não se descaracterizar e teme muito perder contato com suas origens. Ao mesmo tempo, também anseia por integrar-se à sociedade brasileira, na qual se sente engajada e participante. (...) Assim, para ele, manter o idioma

---

<sup>31</sup> Como, no período de interesse da pesquisa a maioria de imigrantes árabes que se alocaram no Brasil foi de cristãos vindos do Líbano e da Síria, coube aos clérigos a função de criar na colônia um espaço para manutenção da identidade que traziam (HAJJAR, 1985, p.63).

<sup>32</sup> Dois foram os decretos assinados por Getúlio Vargas que deram fim às escolas étnicas: a Lei Federal n. 7.614, de 12 de dezembro de 1938, que estabelecia que a instrução primária deveria ser ministrada exclusivamente em português, e o Decreto 1.545, de 15 de agosto de 1939, o qual instruiu os secretários de educação a construírem escolas públicas em áreas de colonização de imigrantes.

árabe é preservar as raízes que o afastam de uma profunda brasilidade” (1985, p.64).

O que atesta o que LESSER denominou de hifenização, ou seja, a busca por adentrar determinada cultura, no entanto sem abrir mão daquela que traz em sua identidade.

Em *Nuvem de Mascates: Raízes que se Rompem*<sup>33</sup>, BASAGLIA (2002) trabalha com a ideia de que a atividade de vendedor viajante foi assumida pelos imigrantes de origem árabe como uma base possível da atividade coletiva do grupo. Tratava-se de um discurso que traduzia a capacidade de adaptação à nova sociedade, sendo o responsável por levar aos mais distantes pontos do país as novidades encontradas na capital, e encarnando, desse modo, uma espécie de mito fundador da etnia que se espelhava na figura do bandeirante desbravador.

Assim, a figura do mascate serviria para galvanizar um conjunto de elementos apreciados e valorizados pela sociedade brasileira, reunidos em cima da ética do trabalho, ao mesmo tempo em que buscava dissipar dúvidas e desconfianças em relação a traços culturais diferentes da comunidade receptora, comportamentos exóticos ou outros valores anacrônicos com o novo ambiente.

No entanto, enquanto a atividade comercial teve um papel definitivo na integração com a sociedade brasileira, o mesmo não se deu em relação à projeção social, alcançada inicialmente apenas por aqueles que foram bem sucedidos junto ao comércio de portas abertas; enquanto aqueles que se dedicaram à mascateação não obtiveram a mesma sorte,

---

<sup>33</sup> Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas em 2002, p.35.

pois atuavam em um ramo que não desfrutava de prestígio, além de contraírem a desconfiança e a ira de comerciantes das regiões onde atuavam<sup>34</sup>.

Nesse contexto de manutenção de sua cultura original sem abrir mão da aceitação, árabes, assim como outras etnias, criaram maneiras de serem envolvidos pela cultura do entorno e continuar, mesmo que afetivamente, com suas raízes culturais. Além das escolas para a conservação da língua, a imprensa étnica teve um papel fundamental nesse processo, surgindo como uma forma de retratar o cotidiano da vida do imigrante, o que acabou por transformá-la em um modelo de escola itinerante, única forma de ter acesso ao mundo árabe, àqueles que se encontravam distantes dos grandes centros.

Interessante notar essa vontade de não abrir mão de sua origem, pois estes mesmos jornais que apresentavam a inserção do imigrante no dia a dia de uma cultura distinta, abriam espaço para noticiar, criticar ou apoiar os acontecimentos que ocorriam na terra natal. E, apesar de diferenciarem-se internamente no processo de construção de um espaço na sociedade brasileira, esforçaram-se por criar uma identidade sírio-libanesa única para a esfera pública.

### **Sírio-Libaneses em Ação: diferenciando-se dos indesejáveis.**

Expandir a ideia de civilidade foi o grande embate dos imigrantes árabes no início do século XX, quando, até então, não eram enquadrados nas categorias branca e negra. Tratava-se de um momento em que a elite intelectual e política discutiam o quanto era desejável a imigração de determinadas etnias, julgadas sob o ponto de vista de raça e

---

<sup>34</sup> Popularmente, no Brasil, o termo *turco* adquiriu conotação pejorativa. Uma identidade atribuída a imigrantes de origem árabe, associando a expressão étnica com a atividade comercial. Desse modo, mascatear passa a ser sinônimo negativo de turco (TRUZZI, 2001, p.123).

carregados da linguagem eugênica<sup>35</sup> e de civilidade<sup>36</sup>. Com tais determinantes, as gerações de árabes buscaram diferenciar-se das características culturais indesejadas por aqueles que forjavam uma certa unidade cultural brasileira, baseada em padrões ocidentais cujos pilares eram a cultura europeia e o cristianismo.

Segundo GERALDO (2007, p.03), a legislação imigratória levada a cabo pelo governo Vargas, pautada pelo controle da entrada de estrangeiros, modificou e/ou intensificou estereótipos raciais e étnicos, sendo “influenciada pelo já existente desejo de branqueamento da população negra e mestiça brasileira”. Para a autora, as relações entre argumentos raciais e políticos ficaram evidentes nos programas desenvolvidos pelo governo da época no que tange a entrada de estrangeiros no país. Não obstante, imigrantes passaram a negociar publicamente um lugar positivo para si na economia e na sociedade nacional, contribuindo para as formulações das noções de brasilidade, conceitos que eram a base do projeto nacionalista<sup>37</sup>.

Essa identidade representada e construída tinha como mola propulsora as conveniências políticas surgidas com o contexto com que interagiam, de forma a buscarem a assimilação no seio da brasilidade, construindo de maneira exemplar sua etnicidade<sup>38</sup>. Como destaca SAFADY, a população árabe no Brasil foi “deixando sua marginalidade,

---

<sup>35</sup> O discurso eugenista defendia o combate à imigração com base em concepções de hierarquia racial, que poderiam resultar na proposta de restrição a correntes imigratórias, ou seja, em nacionalidades e etnias específicas (GERALDO, 2007, p. 32). A primeira organização eugenista brasileira foi criada a partir de uma proposta do médico Renato Kehl, em 1917, feita a seus colegas de profissão da cidade e do Estado de São Paulo. A Sociedade Eugênica de São Paulo reuniu-se pela primeira vez no ano seguinte e chegou a contar mais de cento e quarenta membros, entre médicos, advogados e interessados no assunto.

<sup>36</sup> Refletindo os debates acerca da imigração, a Assembleia Constituinte de 1932 reforçou os argumentos nacionais que se fundiram facilmente aos ideais de civilidade e, em votação, dois terços dos políticos aprovaram a proibição de que imigrantes de qualquer nacionalidade fossem assentados de forma concentrada. Esse dispositivo entrou na Constituição de 1934 (LESSER, 2001, p. 124).

<sup>37</sup> Como defende GERALDO (2007, p.06), os imigrantes tidos como “indesejáveis” não foram classificados e nem combatidos da mesma forma, não foram compreendidos por políticos e intelectuais do período como semelhantes entre si. A autora ainda defende que a diversidade e imprecisão dos argumentos apresentados pelos que se debruçaram sobre a temática, assim como a maleabilidade das categorias raciais, tenham favorecido a sua larga utilização nas políticas imigratórias e na repressão aos estrangeiros.

<sup>38</sup> Termo utilizado por LESSER para se referir aos mecanismos de construção e preservação de identidades coletivas postos em ação pelos imigrantes (2001, p.88).

integrando, paulatinamente, a vida nacional. O fenômeno de assimilação segue sua marcha normal, atenuando as diferenças culturais entre o imigrante e o nacional” (1973, p.12).

Assim, os elementos culturais trazidos e compartilhados pelos grupos, no novo contexto, ao rearranjarem e construírem novas significações nas vivências, práticas, costumes e valores, servem, também, de elementos de base para a construção de um novo modo de entender a cultura étnica e a local. A nova identidade, desse modo, é construída em um processo de relação com o outro, a partir do encontro com outras realidades sociais e outros sistemas de referências, ou seja, como hibridismo cultural, conforme definição de Peter Burke (2006). Esses grupos, no entanto, se identificam e são pelo outro identificado, ou seja, é nesse processo que os mais diferentes grupos inventam e reinventaram suas identidades, sujeitas às necessidades impostas pela sociedade receptora.

A negociação cultivada pelos grupos árabes com a elite brasileira perpassou por momentos em que os primeiros precisaram se afirmar como não negros e não fanáticos e exóticos, padrões tidos como representativos desse grupo entre os nacionais, portadores da tão apreciada civilidade, cujos maiores portadores eram os brancos de origem europeia. Contudo, buscou-se manter características da cultura de origem, em uma costura de tradições que permitiu a criação de uma “brancura” que incluísse também árabes em posição de igualdade com europeus, o que facilitaria seu aceitação e o posterior *status* de brasileiro<sup>39</sup>.

De modo geral, problemas de assimilação, embora tenham ocorrido, tomaram formas menos agudas do que em outras sociedades multiétnicas. Pois, tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho quanto ao *status* social, os imigrantes adentraram na

---

<sup>39</sup> LESSER (2001) afirma que tal processo de “elevação racial” deveu-se em grande parte à participação da comunidade árabe no contexto econômico da época, facilitando sua aceitação pelas elites de então.

sociedade brasileira em um patamar mais elevado em relação a ex-escravos ou a trabalhadores pobres nativos.

No caso dos de origem árabe, mecanismos foram empregados para reforçar a construção de um discurso que os colocassem como ocidentais, trabalhadores e pioneiros que disseminaram o progresso pelo vasto território de nosso país, demonstrando a facilidade de assimilarem a cultura e o nacionalismo brasileiro. Entre estes mecanismo pode-se destacar a publicação de periódicos étnicos<sup>40</sup>, além de clubes e sociedades<sup>41</sup> que tinham como objetivo valorizar a cultura e costumes da terra de origem que, após a instauração do Estado Novo, começaram a ser perseguidos por parte da administração estatal.

Para a exemplificação da assimilação dessa população no Brasil, sob a expressão de que o dinheiro “embranquece”<sup>42</sup>, TRUZZI (2001, p.115), ao discorrer sobre esse fato, nos coloca que “sírios e libaneses logo aprenderam a se distanciar de tudo o que cultural ou socialmente pudesse associá-los a não brancos”. O que significou um distanciamento não apenas da população negra, mas também de muçulmanos e os estereótipos vulgarmente atribuídos a seguidores do Islamismo, tais como o fanatismo religioso, costumes exóticos e poligamia.

---

<sup>40</sup> TRUZZI (2001, p. 116) apresenta um número bastante significativo quanto à publicação de periódicos por imigrantes. Uma de suas fontes apresenta a quantia de quatrocentos e cinquenta publicações entre os anos de 1890 e 1940.

<sup>41</sup> Um exemplo que resiste ao tempo é o Clube Homs. Fundada em 2 de maio de 1920, a instituição surgiu da associação de 22 jovens oriundos da cidade de mesmo nome na Síria, que queriam um ponto de encontro, cujo enfoque inicial eram atividades sociais e culturais. Cultural porque contava com palestras, eventos poéticos, entre outros, e social porque unia as famílias da colônia e servia também para proporcionar casamentos dentro da comunidade. O grupo de sírios e libaneses moradores da capital paulista ainda contava com o Esporte Clube Sírio (1917), a Sociedade Beneficente Antioquina (1927) e, mais tarde, com o Clube Alepo (1945).

<sup>42</sup> Utilizando-se de dados do Censo Econômico paulista de 1940, TRUZZI mostra que sírios e libaneses consolidaram sua participação na economia nacional ao longo dos anos 30 e 40 do século passado. “Praticamente monopolizaram o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada ao setor (...) e investiram, ao longo da década de 40, metade do capital aplicado, em São Paulo, em toda indústria têxtil” (TRUZZI, 2001, p. 119).

Nas palavras de SAFADY (1973, p.27), os tempos de chegada e reconhecimento das terras brasileiras pelos primeiros árabes são “um período de aventuras, em que a América, como um todo, era tema lendário para os povos árabes, sem autonomia própria, dependendo as suas economias de um mísero estado reinante no Império Otomano. (...) A obtenção de riquezas fáceis foi a causa principal das primeiras experiências, pois, a América fora para eles, como a Ásia tinha sido para os europeus, na Idade Média”. E este espírito de aventureiro, pautado pelo espírito do trabalho, será a marca que sírios e libaneses construíram sobre a figura do mascate que, com muito suor, transforma-se em comerciante e, depois, em grande industrial.

HAJJAR, em consonância com a ideia de SAFADY sobre o espírito aventureiro árabe, cria o perfil psicológico desta comunidade dos quais, sem auxílio estatal, os que aqui aportaram eram, segundo o autor, homens corajosos, destemidos, intelectuais, mercadores, além de líderes políticos; “todos imigraram para escapar às forças da sociedade que lhes frustravam ambições e desejos e os impediam de dar vazão à sua produção criativa e participativa no próprio país” (SAFADY, 1973, p.19). E foi esta busca por inserirem-se nas sociedades receptoras por meio do comércio que facilitou a assimilação desses imigrantes no seio da nação.

A figura do mascate é comparada pelos sírios e libaneses à do bandeirante paulista, que aparece na história como o herói desbravador dos sertões. Essa imagem foi criada por causa de seu constante deslocamento e de seu despreendimento de uma vida sedentária, pautada pela aventura e vontade de vencer. Seu trabalho visava a sobrevivência e, mais ainda, identificar-se com a cultura construída de brasilidade.

A ideia de vencer pelo trabalho vem preenchida por um conteúdo moral, muito importante para a construção da identidade que esses imigrantes buscaram imprimir e defender ao longo de sua história em terras brasileiras. Existe uma ética do imigrante a ser

seguida, isto é, ele vem para vencer por seu trabalho, e mais, deixar claro aos nacionais este imperativo, segundo a ideia de que os mascates foram homens sofridos, trabalhadores que, para conseguiram algo mais, deram seus sangues.

Como coloca HAJJAR (1985, p.147), “o mascate não vaga pelo interior sem ideal. (...) Com humor, ele enfrentava a arrogância, grosserias e deboches, daqueles menos esclarecidos e, persistia na luta pelo seu ideal(..). É a fibra constitucional do indivíduo aliada à aptidão em aprender aproveitando todas as lições da experiência”. Apesar desse forte apelo econômico, o trabalho era visto não só como uma fonte de acumulação e enriquecimento, mas também como uma forma de dignidade e (re)construção da identidade na nova terra. A ideologia de vencer vinha articulada com a ideia do trabalhar, fato evidente na fala de Jorge Germanos: “Eu tratava de subjugar as dificuldades com a vontade de vencer e eu consegui” (GREIBER, et al., 1998, p. 683).

Como todos os outros imigrantes, sírios e libaneses vieram ao Brasil com o intuito de superar suas dificuldades econômicas e voltar para o seu país de origem, contudo, o que era apenas transitório transformou-se em uma nova pátria. As seguintes gerações viram na educação e nas mudanças de postura, e até mesmo benesses à sociedade nacional, uma forma de adentrar no círculo da brasilidade. Dentre essas formas de visibilidade, a comunidade árabe instalada no Brasil, ao longo do início do século XX, fez, organizou e gestou campanhas de solidariedade, como em 1913, quando realizou campanha em prol das vítimas da seca no Ceará; em 1918, na campanha em prol das vítimas da gripe espanhola, e em 1924, ano em que a comunidade de sírios e libaneses fomentou campanha em prol das viúvas e órfãos dos soldados da Revolução de 1924.

Assim, a identidade construída a partir da segunda geração de imigrantes passa agora a não mais buscar apenas a aceitação de sua inserção no seio da nascente nacionalidade brasileira, pautada pelo desenvolvimentismo da sociedade moderna, mas

também por uma autopropaganda gerada numa forma bem sensível dentro da sociedade da época. A rica colônia árabe paulista, em 1928, em comemoração ao I Centenário da Independência brasileira, por exemplo, ofereceu um monumento que foi instalado no Parque Dom Pedro em São Paulo.

Contudo, para consolidar essa rede de solidariedade e galgar um lugar de destaque no seio da sociedade brasileira, o dinheiro acumulado com a mascateação foi investido no setor industrial. A expansão de suas atividades econômicas na produção têxtil, na década de 1920, coincidiu com a política estatal de limitação das exportações; após a Primeira Guerra Mundial, as indústrias de tecidos brasileiras aumentaram em 50% sua participação no mercado nacional de tecidos. Dessa maneira, sírios e libaneses despontaram como uma poderosa força econômica em São Paulo (TRUZZI, 1997, p.50).

Segundo dados do recenseamento de 1920, dentre os ramos preferenciais ocupados pelos árabes, entre os 91 estabelecimentos que gerenciavam, 65 operavam no setor de confecção e 12 no setor de têxteis. Já ao longo dos anos de 1930-40, sírios e libaneses consolidaram e ampliaram seus negócios, monopolizando, na capital paulista, o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a esse setor, o que rendeu metade do investimento do capital aplicado em toda a indústria têxtil em São Paulo (Idem, p.52).

É na segunda geração que se pode notar a hifenização tratada por LESSER, pois, com o advento do século XX, a diferença entre a primeira geração advinda da imigração e a segunda, dos aqui instalados, é que o primeiro é árabe e imigrante, e o segundo é brasileiro-árabe, é nacional, ou busca ser. Essa ânsia e necessidade de abrasileirar seus hábitos e costumes não apaga, segundo HAJJAR (1985, p.64), a vontade e o ideal de não se descaracterizar, assim como o temor de perder o contato com suas origens.

Desse modo, buscou-se fortalecer os laços com os patrícios e os elementos da terra

natal, como a criação de clubes, centro culturais e até mesmo um hospital que, atualmente, está entre os melhores e mais equipados do país. Essas associações tinham como objetivos iniciais o trabalho com a comunidade carente advinda de terras árabes, o acolhimento, recepção e inserção do patricio. Contudo, ao passar dos anos, a comunidade nacional também passa a ser assistida por essas instituições.

Em *Memórias da Imigração*<sup>43</sup>, Violeta Jafet salientou o papel de sua mãe, Adma afet, no comando das atuações da colônia árabe em instituições de caridade:

Minha mãe foi uma das primeiras senhoras que se introduziram na sociedade para ajudar entidades brasileiras. Tem um recorte de jornal que diz: “Agraciada uma nova dama libanesa em São Paulo, símbolo do mérito libanês”. Ela ganhou várias condecorações também” (GREIBER, 1998, p. 632).

Outro elemento marcado na personalidade de sua genitora foi seu caráter ilustrado, que em vários momentos de sua fala é apontado como uma das principais características do discurso de que, além de uma ascensão econômica, os descendentes de imigrantes deveriam também ascender socialmente. Em passagem curta da memória de sua mãe faz a seguinte inserção: “minha mãe, com dezesseis anos já tinha traduzido um livro do russo para o árabe, a vida de um santo; essa aventura ela me contava sempre” (GREIBER, 1998, p. 631).

Em 1931 surge a Sociedade Beneficente das Senhoras Homsenses, criada por imigrantes provenientes da cidade de Homs, Síria, que prestavam assistências à coletividade brasileira, tratando especialmente de tuberculosos. Mais tarde, passa a ser denominado Sanatório Sírio. Outro exemplo é a Sociedade Beneficente de Damas do Hospital Sírio-Libanês, fundada no ano de 192, por um grupo de senhoras imigrantes sírias

---

<sup>43</sup> GREIBER, Betty, et al.. *Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

e libanesas, ainda da primeira geração. Segundo depoimento de Violeta Jafet, a ideia de se construir um hospital surgiu quando, indignada, sugeriu a montagem da instituição:

sempre dizia que as outras colônias tinham hospitais, o Oswaldo Cruz já existia e era para a colônia alemã, o Hospital Italiano, a Beneficência Portuguesa... “E por que nós não vamos ter um hospital?”, ela se perguntava. (...) Assim ela se reuniu com algumas senhoras em casa, tanto sírias quanto libanesas (...) e perguntou o que achavam de fundar uma sociedade beneficente de senhoras que se chamaria Hospital Sírio; elas aceitaram e começaram a trabalhar (...)” (GREIBER, 1998, p. 635).

Contudo, entre o ano de fundação da sociedade e o lançamento da pedra fundamental do hospital, entre os anos 1921 e 1931, houve a divisão do território da Grande Síria, em República Síria e República Libanesa. Assim, a sociedade, que surgiu unida em torno do nome Hospital Sírio, começa a se dividir e demarcar as diferenças culturais e étnicas entre sírios e libaneses.

Começaram então a chegar telegramas na Sociedade, vindos de toda a colônia em São Paulo, dizendo que devíamos acrescentar o nome “Libanês”, acrescentou Violeta. Cedendo aos protestos, Adma Jafet reuniu as senhoras membros e propôs: “Agora temos que acrescentar ‘Libanês’ ao nome do Hospital (GREIBER, 1998, p.635).

O fato da construção do Hospital demanda duas análises, a primeira é a necessidade de a colônia árabe afirmar-se como detentora de certos capitais simbólicos, igualando-se a outras de origem europeia e aproximando-se do que era requisitado para adentrar o território simbólico da nacionalidade brasileira, como as comunidades portuguesa, alemã e a italiana. Outro ponto é a divisão entre o que comumente ficou conhecida como comunidade sírio-libanesa, demarcando as diferenças entre os dois povos. As reações da parcela de libaneses no Brasil partiram da necessidade de marcar a participação no que antes era apenas Hospital Sírio, mas, com a divisão da Grande Síria, agora também deveria se Libanês.

O fato de a associação de mulheres haver trocado o nome para Sírio-Libanês, nome que vigora até a atualidade, fez com que se levantassem vários questionamentos por parte daqueles que queriam a Síria unida, a Grande Síria. As discussões sobre qual nome deveria receber a instituição foi apenas uma parte da disputa simbólica da qual a comunidade árabe no Brasil foi acometida e coloca Jafet:

Quando acabou a construção, as colônias fizeram as pazes, por interferência tanto de comissões de bispos que chegaram a vir do Oriente para fazer as pazes aqui quanto de vários outros grupos que também se colocaram entre as duas colônias para acabar com a encrenca. (GREIBER, 1998, p.636).

Contudo, esse associativismo da comunidade árabe paulistana não fica restrito apenas aos cuidados com o beneficente, mas também preocupava-se em construir uma rede de atividades sociais e esportivas que buscasse a legitimação do grupo e sua identificação. Alguns exemplos são o Clube Homs, ainda existente, o clube Atlético Monte Líbano e o Esporte Clube Sírio, criados em 1921, 1934 e 1917, respectivamente, como tentativas de manter uma coesão do grupo e de não se desvincularem totalmente da terra de origem.

Assim, por um lado atenderam aos objetivos da elite dominante por meio do êxito econômico, pois foram excelentes comerciantes e até mesmo contribuíram para a evolução das leis comerciais brasileiras. Por outro lado, não demonstraram total interesse na aceitação plena da cultura euro-brasileira, marca da negociação intercultural, por ser o Brasil terra multicultural em constante processo de negociação das identidades culturais (LESSER, 2001, p.88-89).

Dessa identidade, ao promoverem novas representações e diversificar-se em contextos diferentes e conjunturas específicas, as regras, ritos e costumes da ascendência eram cumpridos, portanto, para garantir a conservação da lógica da pureza do sangue e a constituição de uma nobiliarquia transmigrada, e, ainda, para manter esses imigrantes e seus familiares e descendentes protegidos de uma sociedade em pleno processo de

formação cultural (TRUZZI, 1997, p.100). Além disso, a busca pela conservação permite a criação da identidade étnica desse grupo na alteridade a partir dos laços de afinidade traçados dentro das comunidades aqui estabelecidas. Isso, como vimos, não era possível na saída do país de origem. Nas palavras de Truzzi:

A pluralidade de combinações entre herança cultural e as interações mantidas entre esses grupos e subgrupos étnicos e a nova sociedade constitui um processo muito mais rico e contradiz a noção de um padrão dominante em direção ao qual esses grupos tenderiam a aproximar-se com o tempo (...) (1997, p.228).

Com efeito, ainda segundo esse autor, seria conveniente falar em metamorfose, em desaparecimento, reaparecimento, em uma contínua manipulação de identidades, já que a cultura original foi transformada. Logo, certos valores, ideologias e instituições de caráter étnico foram reprimidos ou reelaborados; contudo, critérios de distinção foram usados para marcar a identidade étnica persistente, apesar da assimilação (Idem).

No caso dos grupos de imigrantes sírio-libaneses, ao se estabelecerem nas regiões brasileiras, eles integraram e assimilaram valores vigentes na sociedade brasileira, bem como as ideologias do outro com o intuito de sobrevivência. Notamos, porém, que algumas características étnico-culturais persistiram como marca de uma identidade na alteridade. Podemos afirmar, destarte, a existência de uma constante negociação e reconstrução dessa identidade, ao promoverem novas representações e diversificarem-se em contextos diferentes e conjunturas específicas.

## Literatura e Árabes no Brasil

Em 1876, aos vinte e um anos de idade, Wenceslau de Moraes serve a marinha portuguesa no continente africano. Lá, passa vinte e dois anos no continente negro e escreve, sob o pseudônimo de Poeta Anarquista, textos literários cuja principal temática era descrever suas interpretações e seus contatos com os povos nativos. Em 1888, é transferido para Macau, de onde escreve suas impressões, em forma de contos, para o jornal português *O Correio da Manhã*. Segundo Dotto Neto, ao tratar de Moraes em sua dissertação, o português é “o melhor representante em língua portuguesa de uma atitude típica do final do século XIX: a representação do contato com culturas não-européias e as problematizações advindas desse contato” (2003, p. XI).

Seus textos apresentam

uma narração, cujo tom se aproxima muito do romance de aventuras, mas sem o desenvolvimento de um enredo. Percebe-se uma descrição viva e ágil do cenário, cujo objetivo é a apresentação de um novo ambiente, sem nenhuma preocupação em contextualizar ou compreender as diferenças dentro do sistema dessa cultura, levando em conta sua organicidade (DOTTO NETO, 2003, p. 18).

Embora reconheça nos cenários por ele visitados um potencial a ser explorado sob a forma de relatos de viagens ou romances de aventuras, Wenceslau de Moraes não se preocupou em explorar essas vertentes nos seus textos. O que mais lhe interessava eram as circunstâncias, a narração de um acontecimento ou a descrição pontual de uma cena (Idem, p.21).

A esse tipo de literatura, produzida principalmente na passagem dos séculos XIX e XX e pertencente a um projeto político denominado de neocolonialismo (cujo principal aporte seria narrar a diferença entre a cultura dominante e a dominada e, por isso, justificar o poder de uma sobre a outra), dá-se o nome de literatura exotista. Esta forma literária,

muito utilizada no contexto neocolonialista europeu, preocupava-se em descrever o Outro como uma forma de diferenciá-lo, e a relação de poder justificaria o domínio e sua subjugação. É a esse exotismo, cuja institucionalização através da literatura e dos escritos de viajantes é criticada por Edward Said, em sua exposição sobre o Orientalismo. A escolha de certas representações e imagens acerca do diferente fazem parte de um aparato discursivo que esconde o objetivo de controle e manipulação do diferente.

À estratégia colonizadora empregada, por meio de veículos de comunicação ou representação – desde o período medieval, pelos europeus, e, contemporaneamente, por americanos –, segundo a tese defendida por Edward Said, dá-se o nome de orientalismo, ou seja, a uma instituição “organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o” (SAID, 1996, p.15).

Contudo, o termo exotista deve ser diferenciado do conceito de exótico dentro dos estudos literários, a aproximação ortográfica diferencia-se no uso e no entendimento dos termos. Tomando como referência os estudos do francês Andre Bourde, Dotto Neto aproxima o exótico daquilo que se diferencia dentro de um código de referências estilístico, isto é, o exótico como um recurso empregado para fugir à regra de determinado sistema. “Em outras palavras, só se é exótico em relação e dentro de um determinado conjunto, o que implica em considerar que os elementos e relações dentro desse conjunto estão previamente “definidos”” (DOTTO NETO, 2003, p. 36).

Portanto, o sentido que o termo exótico tomaria dentro dos estudos literários é o de uma tentativa de escrita que se diferencie da estética e estratégia empregadas pelo conjunto de autores de um determinado período.

Não obstante, o entendimento de uma literatura exotista diferencia-se não por sua estética diferenciada, mas sim pela temática retratada em suas produções. Assim como

Wenceslau de Moraes, outros autores se preocuparam em retratar o “diferente” em seus escritos, nos quais o interesse habitava na tentativa de entender, segundo seus pressupostos culturais, uma cultura alheia, evocando, destarte, um contato intercultural.

Portanto, exotismo seria o interesse por elementos de outro sistema cultural, ou “obras originadas de um contato entre duas culturas diversas, no qual está implícito um contato intercultural” (DOTTO NETO, 2003, p.37). Escritos, pois, que construiriam de forma parcial a outra cultura, composta, primordialmente, de diferenças em relação à cultura do autor, e exótica a literatura que se diferencia do sistema ou escola em que, fugindo às regras e imperativos estéticos ou temáticos, o autor insere-se.

Logo, Wenceslau de Moraes apresenta-se como um exemplo de literatura exotista, pois, ao analisar as culturas orientais e africanas, faz da alteridade sua principal ferramenta de escrita. Contudo, por estar inserido em um contexto de manutenção de um sistema colonialista, em que a literatura realiza papel de destaque para tal intento, não é tido como um fabricante de literatura exótica, pois, não se diferencia da onda literária assistida pela população europeia do século XIX, ou seja, não se diferenciou do sistema na qual estava inserido.

### **O Árabe na produção Literária Nacional**

A literatura de *As Mil e Uma Noites* atraiu e continua encantando os leitores em todo o mundo ao apresentar a cultura árabe e seu povo. Um misto de magia e alteridade, em uma construção do desconhecido que busca aproximar o leitor de seu objeto pela amostra da diferença e do curioso. Contudo, dentro da literatura nacional, alguns personagens árabes surgiram para aproximar as diferenças existentes entre o aqui e o acolá. Alguns deles, como nos casos criados por Jorge Amado, transformaram-se em personagens

de novelas e minisséries de televisão, e acabaram por habitar o imaginário social sem serem percebidos ou notados como diferentes.

Ao questionar sobre a representação da figura do árabe em obras da literatura brasileira, Valter Villar preocupou-se em fazer uma retomada das escrituras em terras nacionais desde a chegada dos primeiros europeus até os escritos contemporâneos de Milton Hatoum. Para ele, pela constância e pelo modo como são retratados os provenientes das terras árabes, formou-se um *topoi* dentro da produção literária nacional. Para endossar sua tese, o autor recorre a Antonio Candido, sociólogo que, preocupado com a estética, entendia a literatura aqui produzida como um sistema que abriga em seu interior determinados comportamentos e soluções estéticas que se repetem ao longo de nosso fazer literário.

No trabalho que apresenta como pressuposto analisar as contribuições de Jorge Amado e Milton Hatoum na construção da caracterização árabe em nossa literatura, Villar sugere que, em obras com quase meio século de intervalo, essa temática mantém-se presente na produção e na aceitação comercial de livros. Sugere também que, ao longo da formação de nossa literatura, o árabe, para o bem ou para o mal, é citado nos escritos de diferentes escolas, transformando-se em objeto de diferentes interpretações. Ao comentar as representações da figura de descendentes árabes em *Dois Irmãos*, de Hatoum, e *Gabriela, cravo e canela*, de Amado, defende a ideia de que “essa aproximação demonstra, por si só, não apenas a presença árabe em nossa literatura, como a recorrência dessa temática em nosso corpus ficcional” (VILLAR, 2008, p.10).

Desde as primeiras observações sobre a terra brasileira, o árabe se faz presente nos escritos aqui produzidos. Nos relatos iniciais acerca do achamento da nova terra, os habitantes nativos eram comparados aos povos do oriente e, por seu amor à liberdade, são

representados em crônicas e relatos aos *aljarves*, isto é, caracterizados à semelhança dos árabes pelo olhar dos europeus.

Com o desenvolvimento das letras em terras brasileiras, o árabe passa a ser inserido nas produções literárias, ora como um problema, ora como pertencente à nacionalidade brasileira e totalmente inserido a ela.

Ao buscar a escola do Realismo, VILLAR cita os escritos de Machado de Assis, nos quais a figura do oriental aparece em “*Lira Chinesa*” (1870) e “*A cristã nova*” (1875). Aos escritos machadianos, em especial suas crônicas, referências podem ser encontradas acerca do mundo árabe, em especial temas como a poesia, religião e a queda do Império Turco Otomano. Segundo o autor, ao usar o oriente como inspiração de seus escritos Machado mostra-se “um profundo conhecedor da doutrina islâmica, (...) ressalta-lhe a profunda unidade entre o poder político e o poder sagrado, lamenta e critica o processo de ocidentalização do Oriente, terminando por associar o declínio do Oriente à morte da poesia” (VILLAR, 2008, p.30).

Entretanto, seria com o advento do Movimento Modernista, envolto aos questionamentos sobre a vinda de imigrantes para o Brasil, que a presença árabe ganhará força e se tornará “mais sistêmica e assídua” (VILLAR, 2008, p.37). E, dentro desta perspectiva, será o Movimento Modernista do Nordeste – preocupado em tratar dos temas acerca da realidade regional – que, encabeçado por Jorge Amado, colocará o imigrante árabe em evidência dentro dos textos literários.

Rossi chamou a produção de Jorge Amado da década de 1930 de uma escrita “proletária”, conclui que a literatura produzida pelo autor baiano estava ligada às massas e as representava. Portanto, uma escrita atenta ao contexto social que o cercava. Trabalhos que se caracterizavam por uma escrita de luta e revolta, a qual enxergava na produção

literária uma ferramenta de crítica social, que demonstrava em suas linhas o movimento e a atuação das massas e dos excluídos.

Para ele,

o romance amadiano dos anos 1930 forjou um sentido de massa, povo e popular pregado ao pertencimento à classe proletária, alargar este pertencimento a todos aqueles que, de alguma maneira, encontravam-se numa situação de exclusão e subordinação e possuíam, potencialmente, capacidade de subverter a ordem social (ROSSI, 2004, p.160).

Desse modo, a “revolução de 1930” marca a diferenciação e a oposição entre intelectuais e artistas perante a realidade nacional. Assim, esperava-se desses escritores e manifestantes das artes o lado oposto ao da ordem estabelecida (CÂNDIDO, 2006, p. 235). Ao estabelecer em seus primeiros romances um posicionamento crítico, Jorge Amado buscava atingir a mentalidade conservadora que dominava e estabelecia as relações em sua região.

Essas mudanças no pensar a literatura, tanto formais como temáticas, fizeram-na uma ferramenta de transformação da realidade nacional. Segundo Candido, foi ao longo da década de 1930 que o inconformismo e o anticonvencionalismo, exemplificado nas críticas atiradas à Academia Brasileira de Letras, se tornaram um direito, e não mais uma transgressão, mesmo para aqueles que não se manifestavam abertamente modernistas (2006, p.225).

Para o sociólogo, o decênio de 30 marca uma ruptura na forma de encarar a estrutura social brasileira. Até então, graças à formação histórica dos intelectuais, salientava-se a pujança virtual existente, mas ainda não utilizada em benefício da solução dos problemas nacionais, ou seja, existia um louvor a uma grandeza ainda não realizada. Neste contexto de produção, as manifestações literárias preocupavam-se em unir as ideias de nação e natureza, compensando “o atraso material e a debilidade das instituições por

meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social” (CANDIDO, 2006, p.107). Assim, as condições naturais preexistentes na terra seriam razão para a manutenção de uma ilusão no porvir que não se manifestava no cotidiano da maioria da população.

É, portanto, nesse decênio que ocorre o abandono do pitoresco e da idealização do natural como a panaceia para os problemas nacionais, criando-se, então, uma consciência do atraso e buscando respaldo na ideologia de um país novo, apregoadado pela política estado-novista. Com esse novo entender da constituição da sociedade e dos problemas nacionais, foi inevitável o engajamento político, religioso e social no campo da cultura (Idem, p.220).

O principal ataque dos modernistas estava na necessidade de fazer chegar às massas seus escritos, o que trouxe também a necessidade de se afastarem de uma forma mais rebuscada e pura na escrita. Segundo ABDALA JUNIOR, foram dois os caminhos então abertos: “a representação da fala popular e a adoção de uma norma jornalística”, isto é, buscou-se alinhar a forma literária aos padrões mais usuais da língua para que a veiculação das linguagens artísticas chegasse com mais facilidade ao leitor médio. Essa ruptura com os códigos literários até então empregados não se mostrou apenas em experiências de linguagem, mas também em críticas às estruturas mentais das gerações anteriores, ou mesmo, fizeram da arte uma ferramenta, um esforço para penetrar na realidade brasileira (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 119).

Além das transformações trazidas pela Semana de 22, as faces do modernismo também podem ser encontradas longe dos centros cosmopolitas brasileiros fortemente influenciados pelos pensamentos europeus. O modernismo característico da região nordeste brasileira foi um movimento iniciado em 1928, por José Américo de Almeida, com a publicação de *A Bagaceira*. Os temas definidos por Almeida, e não a obra inaugural

em si, são, segundo BOSI (1994, p.395), dignos dos méritos dados ao escritor até hoje pela historiografia literária. O censo da terra, o tratamento da paisagem natural e social, assim como o sentimento de patriotismo regional foram retratados pelo autor e responsáveis pela formulação de posteriores retratações por outros autores nordestinos. A vida nos engenhos, a seca, o retirante e o jagunço faziam parte das tramas expressas pelas obras do modelo modernista nordestino, tornando-o, pois, original.

Inspirado nos estudos sociais de Gilberto Freyre, a obra de Almeida apresentava “um tratamento mais coerente da linguagem coloquial, traços impressionistas na técnica de descrição e, no nível dos significados, uma atitude reivindicatória que o clima de decadência da região propiciava” (BOSI, 1994, p.395). Temas também experimentados nos primeiros textos da literatura de Jorge Amado, cuja escrita teve início no ano de 1931, com a publicação do seu primeiro romance, *O País do Carnaval*.

Apesar de apresentar Jorge Amado como um “cronista de tensão mínima”, Alfredo Bosi não nega a grande amplitude tomada pelas obras do autor baiano, cujos romances estavam voltados para o modelo típico, “voltado para os marginais, os pescadores e os marinheiros de sua terra”, interessando-o enquanto exemplos de atitudes (BOSI, 1994, p.406).

VILLAR apresenta explicação para a grande presença árabe na obra de Jorge Amado o fato de o autor estar atento ao contexto social que formava a sociedade baiana. Ao colocar o árabe dentro de suas criações, o autor apenas dava lugar aos orientais presentes nas ruas da Bahia, fruto do boom do cacau e da conseqüente pujança econômica e comercial, fatos também constantes na sua escritura (2008, p.47). Em sua literatura, Amado faz dos imigrantes tipos nacionais, naturalizando-os e inserindo-os em todas as esferas da cultura baiana. Com essa percepção,

desfilam pela obra de Jorge Amado o brasileiro-árabe mascate, o comerciante, seja proprietário de bares (como Nacib) seja proprietário de loja de calçados ou de outros tipos de comércio; o fazendeiro, o vagabundo, o contrabandista, o intelectual, o poeta, o alfaiate, a prostituta, a dançarina, o revolucionário, o estudante, o cirurgião-dentista, o advogado, o menor abandonado, o conquistador da terra baiana, em meio aos diversos tipos étnicos que formam o nosso mosaico cultural (...)" (Idem, p.47).

Contudo, essa via de mão dupla criada por Jorge Amado, ou seja, a aceitação dos árabes pelos brasileiros e os sentimentos árabe de pertença à brasilidade, só seria possível com o apagamento de todas as formas de estranhamentos entre as duas culturas, realçando o que existisse de similar entre elas. Portanto, não existiria a definição de exótico entre as duas culturas, mas sim a de uma perfeita assimilação entre árabes e brasileiros, o que fica explicitado no romance *Gabriela, Cravo e Canela*.

Tal postura fazia parte do entendimento do escritor de que a literatura deveria ser feita pelo povo, com a construção de seus personagens retirados do cotidiano nordestino, e escrito de uma forma acessível ao entendimento da maior parcela da sociedade, o povo, ou seja, para aquele leitor que se identificava com escrita inspirada na oralidade.

Ao longo de *Gabriela, Cravo e Canela*, Jorge Amado constrói a relação entre os imigrantes árabes e a sociedade receptora como uma relação sem ranhuras, uma assimilação perfeita, o que fica claro na descrição do comerciante de origem Síria, Nacib Saad, que, mesmo estrangeiro, é um brasileiro nos modos culturais: “Quanto a Nacib, esse brasileiro nascido na Síria, sentia-se estrangeiro ante qualquer prato não baiano, à exceção do quibe. Era exclusivista em matéria de comida” (AMADO, 1979, p.340 Apud VILLAR, 2008, p.67).

Além de forjar aproximações no campo da cultura, o escritor baiano tem o trabalho de criar similaridades físicas entre as gentes árabes e nordestinas, ao mesmo tempo em que

assegura aos imigrantes orientais o importante papel de elemento constitutivo de uma característica baiana, assim como da constituição do nacional.

A inserção do árabe entre os nacionais, em especial de sírios e libaneses, foi facilitada pelo ramo de negócio que a maioria desses imigrantes escolheu ao chegar a terras brasileiras. Por possuírem poucos recursos financeiros, o comércio foi a forma mais fácil e rápida de conseguirem adentrar na nova sociedade e acumular o dinheiro que enviariam às suas famílias em suas terras de origem.

Fugidos do domínio Turco-Otomano e das baixas perspectivas econômicas de seus países, esses imigrantes, diferentes de outras etnias, não foram trabalhar no campo. Acostumados ao trabalho na agricultura familiar, não se interessaram pelo trabalho camponês a que outras levas europeias se dispuseram.

A rápida inserção no comércio de bugigangas no interior do país, ocupados, a princípio, com trabalho de porta em porta, fez com que fosse significativa a necessidade de cativarem sua freguesia, o que fez com que libaneses e sírios acabassem se enraizando na nova terra. Pelas características do negócio de que dependiam para viver, eram praticamente forçados a se socializar, a entrar em contato duradouro com as pessoas de uma rua, de um bairro, de um povoado, de uma região rural do interior do Brasil.

Em sua tese de doutorado, Maria José dos Campos reflete a importância atribuída às peculiaridades raciais da população brasileira para um projeto literário e artístico fomentado pelos adeptos do modernismo, tendo como objetos os escritos de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, ambos protagonistas do movimento em São Paulo. O que a autora pretendeu avaliar em seu trabalho foi a contribuição desses modernistas para a formulação de uma narrativa que “acabou se convertendo em um dos pilares da política cultural do Estado Novo: uma reinvenção do discurso sobre as raças no Brasil” (CAMPOS, 2007, p.17).

A hipótese levantada pela autora é que, do ponto de vista da produção dos discursos, a construção e a consolidação do imaginário que associa a nação brasileira a uma democracia das raças se faz não apenas pela recorrência da repetição da narrativa, mas também pela possibilidade de variação em torno de um mesmo tema, de acordo com a visão e com a perspectiva de cada autor. É, portanto, a manutenção de determinado tema, apresentado sob diversas formas, operadas pelo manejo dos sentidos de cada autor e sob seu julgo, que se transforma e se consolida uma narrativa (Idem).

As narrativas das versões da democracia racial propagandeadas pelos diferentes autores modernistas pautam-se pela percepção positiva da convivência entre as diferenças no Brasil do início do século XX. Dessa forma, uma imagem de uma nação assimilacionista e democrática em relação às diferenças encontradas no corpo social foi uma criação coletiva. De acordo com Campos, por meio de diferentes registros e formas de representação, os autores que adentraram esse debate, em meio a uma construção tensa que incorporou contradições e conflitos políticos, acabaram por forjar uma maneira de encarar a sociedade nacional ainda hoje louvada (CAMPOS, 2007, p.12).

A presença árabe na literatura brasileira, portanto, poderia ser entendida como uma interpretação da contribuição dessa cultura na formação da nação. Como oferece Jorge Amado, o árabe é aquele que certamente reconhece nos elementos nacionais a sua nova cultura, assim como os personagens de origem nacional respeitam o que vem do oriente. O árabe na obra amadiana é representado como perfeitamente inserido no contexto brasileiro; contudo, nem sempre o árabe aparece para o nacional como assimilado.

### **O Exótico e o Exotismo na literatura de Malba Tahan**

As qualidades apresentadas pelos imigrantes árabes, tais como o trabalho sem questionamento, a sobriedade e a perseverança em um futuro melhor, foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplos de conduta pela comunidade desses imigrantes ao longo do seu processo de aceitação ao seio da nação brasileira. Essa rápida capacidade de adaptação à nova pátria impressionou alguns escritores que fizeram deles personagens de seus enredos, tal como Jorge Amado.

Contudo, nem todos os que retrataram a cultura árabe na literatura nacional seguiram o mesmo percurso que o escritor baiano. Nos enredos criados por Júlio César de Mello e Souza, o árabe é apresentado ao nacional pelos seus costumes, sua religião, seu modo de expressar seus sentimentos e pela sua língua. Logo, ainda como díspar, distante. Ao se apresentar aos seus leitores, o próprio Júlio César encarnava um árabe e, assim, assinava seu nome, Malba Tahan. Em palestras e encontros de estudo daquela cultura, vestia-se e alimentava-se dos mais característicos símbolos da ancestral cultura oriental.

Em um período em que os literatos contemporâneos pensavam um projeto nacional, Júlio César de Mello e Souza aproveitou-se do aumento do número de leitores e do surgimento de um mercado livreiro para criar uma obra que atraísse a atenção exatamente por retratar o outro. O que antes era desconhecido para o leitor brasileiro passava a fazer parte do seu cotidiano; o que parecia distante na geografia passava a ficar mais próximo no campo da cultura. Por isso, criou o que chamou de mistificação literária, isto é, além de ter o árabe como centro de suas produções, produziu o árabe Malba Tahan para assinar seus textos.

Além de criar histórias ambientadas na cultura árabe, portanto, preocupou-se em dar vida ao árabe que tomou conta de suas produções e de seu empreendimento editorial, cuja biografia divulgada nos inícios de suas obras e em páginas de jornais pelo Brasil, fez

com que os leitores acreditassem que Malba Tahan era realmente um árabe. Seus primeiros contos datam de 1918, quando trabalhava como secretário do jornal O Imparcial<sup>44</sup>; contudo, seu primeiro livro, *Obras de Malba Tahan*, foi publicado sete anos mais tarde, em 1925, e o segredo de sua mistificação literária revelado apenas em 1933.

Ao ambientar seus contos e romances no mundo árabe, o escritor idealizava seus personagens por meio de certas características culturais e pessoais adequadas ao estilo ocidental, mas sem retirar o seu *status* de diferente. Oposto à ideia de retratar o pátrio, sua gente e sua natureza, a maior parte de sua bibliografia não teve o nacionalismo como critério de qualidade literária; portanto, não se enquadrou nas preocupações de maior parte dos literatos contemporâneos a ele.

Vê-se, pois, que a obra de Malba Tahan pode ser compreendida, em seu contexto de criação, como um exemplo de literatura exótica e exotista ao mesmo tempo. Seguindo o entendimento de Dotto Neto, os escritos de Tahan, apesar de sua escrita jornalística e de seus romances de fácil entendimento, fogem da constante nacionalista e de exaltação do brasileiro. Dessa maneira, uma escrita exótica, fugindo do tom oficial do movimento literário então em voga.

Ademais exotista, pois se preocupou em apresentar o diferente. Nas obras publicadas, ocorre um exercício de alteridade que não parte da retórica da diferenciação pura e simplesmente etnocêntrica, nem da total assimilação, mas que busca uma aproximação entre as duas realidades, tendendo mesmo à defesa, em alguns aspectos, da superioridade da cultura árabe.

Apesar de não ter acontecido o contato *in loco* entre o escritor e as culturas retratadas, tal como ocorreu com Wenceslau de Moraes, Tahan aprofundou seus estudos entre os anos de 1918 e 1925 acerca da cultura oriental, antes de começar a escrever seus

---

<sup>44</sup> Quando trabalhava n'O Imparcial, Júlio César era secretário do editor chefe do jornal, à época, Leônidas Resende. Os cinco contos publicados no jornal foram publicados na coluna "Contos de Mil e Uma Noites".

contos e publicá-los em jornais. O que fica claro, ao fazer a leitura de suas obras, é que sempre que o autor encontra a necessidade de traduzir ou inserir com segurança uma informação, utiliza e cita suas fontes, ou seja, as obras que lhe serviram de referência para criar seus contos, ou mesmo de material para tradução, são apresentados em notas de rodapés.

Enquanto Jorge Amado inseriu cultural e afetivamente o árabe na realidade baiana da década de 1930, Malba Tahan preocupou-se, antes, em mostrar ao leitor as diferenças e as aproximações entre as duas culturas, em um constante questionamento de como criar formas e instrumentos de comunicação entre as diferentes experiências culturais dos nacionais e dos orientais.

### **A sombra do Arco Íris: Malba Tahan e o público**

Em sua fala ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (1973), Júlio César de Mello e Souza, ao ser questionado, disse que a obra que mais o agradara dentro de sua produção é *A Sombra do Arco Íris*, uma de suas obras mais volumosas.

A grande faceta da obra é a sobreposição e as citações de textos de autores brasileiros e portugueses para dar forma, as quais nos permite enxergar o que RESENDE entende por etnicidade, ou seja, o encontro e a relação travada entre duas culturas distintas. Assim como as demais assinadas por Malba Tahan, o tradutor é Breno Alencar Bianco.

Em apresentação, o tradutor coloca algumas características e preocupações do autor na confecção do seu trabalho. O primeiro ponto levantado é a “originalidade” com a qual foi pensada e colocada no papel, pois, ao cruzar trabalhos de poetas de língua portuguesa com sua literatura árabe, Malba Tahan faria os poetas sentirem “viver as suas próprias poesias”, isto é, o autor árabe, ao inseri-las em seu texto, conseguiu dar vida a textos de outros. Assim a colocou:

A Sombra do Arco-Íris”, de Malba Tahan é, por conseguinte, um livro que faz juz, sem sombra de dúvida, ao qualificado de original espécie de “lâmpada de Aladim” que desafia, vitoriosamente, a literatura contemporânea (TAHAN, 1941, p.5).

Além da originalidade de ser “uma novela de aventuras e de amor escrita especialmente para deleite da juventude, que incluísse mais de um milheiro de poetas”, o tradutor deixa claro uma outra característica relevante para o período de sua confecção: a preocupação com o nacionalismo a ser colocado para jovens leitores.

Apresenta, ainda, outra feição que merece ser destacada – a sua alta e patriótica finalidade. “A Sombra do Arco-Íris” fará com que os poetas do Brasil sejam lidos pela mocidade; lidos, se tornarão conhecidos; conhecidos serão forçosamente admirados (Idem).

Escrita em 1941, auge do que ficou conhecido por Estado Novo, a obra complementa a atuação de outros intelectuais que trabalharam em prol da manutenção e dispersão da ideologia estatal. Preocupada com a criação de um novo país, tal ideologia baseava-se na busca de uma identidade brasileira, conjugando esforços em torno de um sentimento de nacionalismo. Como coloca CÂNDIDO, toda obra literária possui uma função total, ou seja, é a representação de um modelo ideológico que se encontra em atuação na sociedade na qual a obra foi confeccionada.

A função total deriva da elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados. Ela exprime representações individuais e sociais que transcendem a situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio do grupo (2011, p.55).

A obra citada nada mais é do que um quebra cabeças de textos conduzidos pelo autor, em um esforço de se criar uma narrativa cujo fundo é o casamento de uma princesa árabe e a torturante escolha de seu pai por um pretendente. Ao longo da obra, como já dito,

mais de mil autores são apresentados ao leitor em pequenos trechos que, reunidos e trabalhados por Malba Tahan, criam um ambiente de fantasia.

Entre os autores citados, podem ser destacados alguns dos expoentes da escola modernista, corrente literária em voga no período de escritura de *A Sombra do Arco-Íris*, tal como Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira, Murilo Mendes e Cassiano Ricardo. Contudo, destaca-se entre os mais citados ao longo da narrativa o nome de Olegário Mariano, apresentado ao leitor em trinta e nove passagens do texto.

Marca de sua literatura é a preocupação em traduzir o oriente para o ocidente, deixar a cultura oriental próxima, não a diluindo, contudo, na cultura ocidental. Malba Tahan preocupou-se nessa obra, assim como nas demais, em deixar clara a divisão que existiria entre as duas vertentes culturais; contudo, sem criar uma hierarquia entre elas. Em *Notas e Comentários* aos leitores, o autor preocupa-se em esclarecer tal característica.

Muitos vocábulos e expressões que reopntam nesta singular novela são tipicamente árabes e podem causar certa estranheza aos leitores. Assim, para atender à natural curiosidade dos estudiosos, incluímos, no segundo volume desta obra, pequeno Vocabulário no qual são elucidados, de modo simples e sucinto, os principais termos, versos, alegorias e símbolos que aparecem nas lendas muçulmanas. Esse Vocabulário é da autoria do ilustre Prof. Ragy Basile, da Academia Brasileira de Filologia (TAHAN, 1941, p.07).

Esse pequeno trecho destacado ajuda a perceber não apenas a tentativa de Malba Tahan em criar um entendimento da cultura que é base de toda a sua produção literária, mas também um entendimento de como ele próprio lida no concreto com esta cultura. Ao ser o Vocabulário inserido, ele não se preocupou em traduzir pura e simplesmente, mas sim em colocar um especialista assinando tal glossário. Ragy Basile, ao participar da elaboração da obra mostra, que está de acordo com a produção literária de Malba Tahan, ou seja, seu conjunto de obras agradava ao público e também à parte da colônia árabe.

Ragy Basile destacou-se na colônia árabe por ser literato e membro da Academia Brasileira de Filologia, além de ser tradutor das *Fábulas de Kalila e Dina*, obra que creditam ser uma das fontes de inspiração de *As Mil e Uma Noites*. Malba Tahan e Ragy Basile conjugavam uma relação profissional bastante interessante, pois um citava o outro em trabalhos ligados à cultura árabe. Em mais de uma das obras de Tahan, Basile aparece como colaborador, assim como Basile é citado em obras com participação de Malba Tahan. Em uma das versões brasileiras da história de Sherazade, Tahan foi convidado a escrever a apresentação e, em seus escritos, cita o nome de Ragy.

Portanto, fica aparente uma relação de amizade profissional que auxilia Mello e Souza em seu projeto de criar e manter uma identificação árabe à sua mistificação literária, assim como dar visualização e validação aos seus escritos ao se aproximar de intelectuais provenientes da colônia árabe brasileira. Tal metodologia foi empregada em outras obras e com outros pensadores de origem arábica com pode ser percebido por meio da leitura de outras apresentações, ou mesmo de citações ao longo dos textos literários.

Publicado pela primeira vez em 1943 pela Editora Getúlio Costa, *O Livro de Aladim* trouxe como tradutor o fictício Breno Alencar Bianco<sup>45</sup> e apropriou-se, no título, de um dos contos mais conhecidos de *As Mil e Uma Noites*. A segunda e atual edição da obra é do ano de 2003, quando publicado pela Editora Record, exatamente sessenta anos depois do seu primeiro lançamento.

O interesse na obra disposta é o seu início e não apenas seu conteúdo, pois, em seu prefácio, são encontradas duas citações de Malba Tahan que podem sugerir questionamentos acerca da utilidade de sua obra. Ao abrir o livro pela primeira vez, o leitor encontrará a citação de um provérbio árabe com os seguintes dizeres: “Se meus amigos me fugirem (...) de mim fugirão todos os tesouros” (TAHAN, 2003).

---

<sup>45</sup> ANAIS da Biblioteca Nacional. Vol. 87, 1969.

Na página seguinte, o leitor encontrará duas colunas com quarenta e sete nomes de árabes e descendentes que o autor diz serem amigos cuja gratidão lhes é devida. Abaixo dos nomes, aparecem os seguintes dizeres:

Determina Maomé, o Profeta que não se iniciasse a prece solene, na mesquita, sem que estivessem presentes, pelo menos, quarenta fiéis. Um crente sincero é incapaz de contrariar o mais simples Hadhit do Enviado de Alá.

E, assim, reuni nestas páginas, como uma pequenina e desvaliosa homenagem, os nomes de quarenta e nove amigos, muitos dos quais tive a honra e o prazer de hospedar em minha pobre tenda, para além do deserto, entre as tamareiras suaves de minha terra natal

Sob o céu de Zahlé, em 6 de maio de 1941

Fica intrínseco que o autor, em sua obra, deseja agradecer aos amigos que fizeram parte de sua constituição, seja ela pessoal, acadêmica ou profissional. Como o trabalho aqui é relativo a um personagem criado por Júlio César de Mello e Souza, não fica claro se essa relação de amizade foi real ou fantasiosa; não fica óbvio se isso foi mais uma jogada de marketing do autor ou se realmente seu desejo era deixar marcado seu sentimento de gratidão.

A relação de Júlio César com os quarenta e nove citados em sua lista fica implícita; contudo, alguns deles são citados ao longo da obra em notas explicativas ao fim de cada conto, como são os casos do xeque Ali M. Al-Haj e do poeta e industrial Felipe Luftalla. Ambos aparecem citados ao fim do texto “O intérprete das corujas”, nota em que Malba Tahan, por meio do seu tradutor Breno Alencar Bianco, apresenta ao leitor a origem e a escolha da forma apresentada: “preferimos a forma popular, mais simples e mais interessante, pela qual é narrada na Síria”.

Ainda segundo o autor, outra narrativa foi construída e apresentada por Luftalla, porém não houve predileção pela mesma por entender que a original seria de mais valia para o leitor. Na mesma nota, ainda cita Al-Haj, descrevendo-o como “nosso distinto

amigo muçulmano, xeque Ali M. Al-Haj, residente em São Paulo”, ao qual agradece o presente do livro de um autor de origem árabe.

Entre os nomes citados, encontram-se personalidades do mundo árabe ou da colônia árabe brasileira, em especial a colônia da cidade de São Paulo. Entre os nomes citados, podem ser encontrados arquiteto, funcionários públicos, poetas e escritores, industriais e políticos. Nomes como Alexandre Kerberg, vice presidente da Associação Maronita de Beneficência<sup>46</sup> e sócio da Associação Paulista de Imprensa; Alfredo Issa Assaly, que chegou a ocupar o cargo de Diretor Geral Substituto da Repartição Central de Polícia de São Paulo<sup>47</sup>; Carmo Zaccur, Fuad Buchain e Gabriel Calfat, industriais do ramo têxtil de São Paulo, assim como Nagib Scaff, que, segundo Relatório da Excursão Científica pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fazia parte de um seletto grupo de “industriais paulistas e caçadores experimentados”<sup>48</sup>.

Na lista ainda figuram Paulo Taufik Camasmie, arquiteto responsável pela construção da catedral Ortodoxa de São Paulo, cujo projeto foi inspirado no templo de Santa Sofia em Constantinopla, e Jean Achar, responsável por ensinar a língua e a cultura árabe para que Mello e Souza compusesse suas narrativas e transmitisse o conhecimento do povo oriental. Jamil Almansur Haddad, Mussa Kuraiem, Nazir Zaitum e Ragy Basile destacam-se por serem escritores que fundamentaram o conhecimento disseminado pelo heterônimo de Mello e Souza.

Nas últimas páginas da coletânea *Os Melhores Contos*, publicada pela Editora Record, atual detentora dos direitos de publicação das obras de Tahan, aparece um breve

---

<sup>46</sup> Diário Oficial de São Paulo p. 39 – 08 de fevereiro de 1936. Ata da reunião e posse da nova diretoria da Associação Maronita de Beneficência.

<sup>47</sup> Diário Oficial de São Paulo – 18 de outubro de 1938.

<sup>48</sup> Relatório da Excursão Científica Realizada na Zona da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Julho de 1939, p. 526.

texto assinado por Paulo Mansur, no qual faz uma clara declaração sobre a importância que os textos escritos e traduzidos pela mistificação literária tomaram dentro da colônia árabe brasileira, assim como a importância que teve na divulgação da cultura oriental entre os brasileiros desde meados da década de 1920 até os dias atuais.

O nome de Malba Tahan está gravado no coração de cada um dos sírios e libaneses do Brasil. É ele a grande figura intelectual brasileira que dedicou sua vida e seu talento à divulgação das coisas orientais em língua portuguesa. (...) Podemos afirmar que é através dos livros de Malba Tahan que todos os brasileiros conhecem o Oriente (TAHAN, 2003, p. 203).

É clara a exaltação de um descendente de árabes ao escritor que deu notoriedade à colônia que, apesar de economicamente relevante no cenário brasileiro, sofria por não conseguir adentrar nos caracteres culturais que desejavam os políticos e intelectuais forjadores de uma identidade brasileira nas décadas de 1930 e 1940.

Revestidos de uma imensa força de sugestão e poesia, os seus contos e romances têm aproximado o povo brasileiro do espírito oriental, prestando um serviço extraordinário à divulgação da cultura árabe no Brasil. (...) É, pois, pela mão de Malba Tahan que o oriente entra no coração dos brasileiros (Idem, p.204).

Voltando ao *Livro de Aladim*, em seu desfecho a casa editora publicou sete poemas cuja autoria seriam de leitores e admiradores de Malba Tahan. Na lista figuram escritores das mais diversas localidades do país, como Jundiaí, Rio de Janeiro e Curitiba; todavia, o que apresentam em comum é o objetivo de cantar as qualidades do escritor árabe. Em texto de 1942, Crysostomo de Souza assim caracteriza-o:

Louvado seja Alá, que te encontrei  
Entre Vizires, ulemás, no brilho  
Dessa Bagdá dos sonhos, que sonhei! ...  
(TAHAN, 2003, p. 185)

Também de 1942 e assinado por A. Monteiro, o seguinte poema faz referência à obra “*A Sombra do Arco Íris*”:

*O viajante deslumbrado  
lê o livro com a certeza  
que o deserto tão falado  
é um oásis de beleza!*

*Transportado do Oriente  
o arco-íris bendito,  
é nosso e fulge contente  
num céu muito mais bonito! ...*

A introdução de tais escritos é uma tentativa da casa editorial de demonstrar a aceitação dos escritos de Malba Tahan entre o público leitor, os quais são da época da primeira edição da obra citada, ou seja, o ano de 1943. Como coloca CANDIDO, “A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público” (2011, p.84).

Destarte, entende-se que a relação entre autor, seus pares e o público é uma relação de solidariedade, pois, para se justificar como um autor árabe, Malba Tahan necessitou criar vínculos profissionais com intelectuais de renome para o período, assim como com estudiosos de origem árabe das comunidades síria e libanesa instaladas no Brasil. Da mesma forma, para alcançar um patamar dentro do campo intelectual, era necessário ser aceito pelo público leitor, não somente como um árabe, mas agradar na escrita e na apresentação de seus textos.

Se obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição para o autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é sua revelação (CANDIDO, 2011, p.85).

Assim como era valorativo para a editora demonstrar a importância, a qualidade e a aceitação do autor, era também importante para Malba Tahan vender sua marca, pois o reconhecimento da posição do escritor (a aceitação das suas ideias ou da sua técnica, a remuneração do seu trabalho) depende da aceitação da sua obra por parte do público. “Escritor e obra constituem, pois, um par solidário, funcionalmente vinculado ao público (...)” (Idem, p.87).

## Malba Tahan: A Invenção

### Mello e Souza: o criador

Júlio César de Mello e Souza nasceu no dia 06 de maio de 1895, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda quando criança, por motivos de trabalho de seus pais, passa parte de sua vida na cidade de Queluz<sup>49</sup>, interior do Estado de São Paulo. Foi nesta cidade, quando criança, que Souza começou a colocar no papel sua criatividade, seus personagens imaginários, e que ficou aparente seu gosto pela literatura e pelo ato de escrever. Filho de pai funcionário público, Júlio César acompanhou a necessidade de transferência de seu pai para o município paulista, onde a mãe também passou a lecionar.

Seus genitores, João de Deus de Mello e Souza e dona Carolina Carlos de Mello e Souza, desde jovem o apoiavam na escrita e confecção de pequenas revistas e contos que publicava e distribuía entre os amigos e familiares, uma delas apresentava um título: ERRE<sup>50</sup>. Nesta produção, ficou aparente seu caráter inventivo e fantasioso, pois foi naquelas páginas que nasceu seu primeiro pseudônimo: Salomão IV (OLIVEIRA, 2001, p. 36). Publicado entre os anos de 1907 e 1908, a princípio o próprio Júlio assinava como “redator/editor”; a partir do número quatorze, passa a assinar como Salomão IV, o que, segundo SIQUEIRA FILHO, trouxe mudanças significativas na linha editorial, no sentido de que, “além da periodicidade, o jornal passou, também, a ser crítico e ilustrado”. (2008, p.151)

---

<sup>49</sup> Nesta cidade, na casa onde habitou durante a infância, está instalado, desde 2004, o Instituto Malba Tahan. Contudo, seus arquivos e registros foram, em 10 de agosto de 2010, transferidos para o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Unicamp, arquivo que disponibilizará a consulta ao material produzido e arquivado sobre e pelo intelectual.

<sup>50</sup> Ano I (1907) - n. 01; n. 02; n. 04; n. 06; n. 07; n.11; n. 12; n. 13; n. 14 - redator - Salomão IV. Ano II (1908) - n. 15 - janeiro; n. 16 - fevereiro; n. 17 - março; n. 18 - abril; n. 19 - maio; n. 22 - agosto; n. 24 - outubro; n. 25 - novembro. ARQUIVO PESSOAL – IMT. Jornal ERRE, Apud SIQUEIRA FILHO, 2008, p.151.

Na adolescência, volta ao Rio de Janeiro e, em 1906, matricula-se no Colégio Militar, amparado por uma semigratuidade. É aluno da instituição por quase três anos, onde conhece o futuro ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, Osvaldo Aranha, uma amizade que seria duradoura. Depois dos anos sob a educação militar, por motivos econômicos, é transferido para o Colégio Pedro II, referência em educação no período, onde passa a viver em regime de internato. Foram nestas instituições educacionais que Mello e Souza lapidou seu talento na escrita e na arte de inventar, exemplo era o dinheiro que ganhava vendendo redações aos amigos que não se interessavam pelo trabalho com as letras ou nutriam certa resistência pela disciplina, o que lhe rendeu certo conhecimento da gramática e algumas barras de chocolates, ajudando-o a sanar relativas dificuldades familiares em mantê-lo estudando fora de seu domicílio.

Em discurso de posse da Academia Carioca de Letras, Joaquim Inojosa<sup>51</sup> presta homenagem póstuma à figura de Mello e Souza, quando este iniciou a vida como escritor ao vender suas produções a amigos e colegas de turma, a partir de sua puberdade. Sua fala retoma o período em que Júlio César era um garoto pobre que, para conseguir o dinheiro dos chocolates que gostava, vendia *Esperança, Ódio e Saudade*, temas de redações que comercializava para seus pares no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Após o fim dos estudos no Pedro II, frequentou o curso de professor primário, na Escola Normal do antigo Distrito Federal. Mesmo sem nunca atuar na área, também diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica, o que, contudo, lhe seria necessário para concorrer à cadeira da Cátedra de Matemática do Colégio Pedro II em 1933<sup>52</sup>. Seus primeiros passos como professor foram dados nas turmas suplementares do Externato do Colégio Pedro II e, depois, na Escola Normal, tendo como clientela turmas

---

<sup>51</sup> Escritor pernambucano modernista que, em 1975, assumiu a cadeira n.8 da Academia Carioca de Letras no lugar de Malba Tahan.

<sup>52</sup> Nesse concurso, Mello e Souza ficou em terceiro lugar, atrás de Haroldo Lisboa da Cunha e Alberto Serrão, primeiro e segundo colocados respectivamente (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.161).

provindas de famílias carentes da capital. Concomitante à formação para o magistério, fez curso de teatro com Procópio Ferreira, especialização que o transformou em ator e em especialista na arte da oratória, encantando não somente seus alunos, mas a todos que o ouviam proferir suas palestras sobre Educação Matemática.

Foi também professor da Escola Nacional de Belas Artes e um dos precursores do Ensino à distância em nosso país, cursos cujo objetivo era levar aos professores dos cantos mais remotos do país as disciplinas do ensino secundário através do rádio<sup>53</sup>, no projeto Universidade do AR<sup>54</sup>, o qual foi experimentado durante a década de 1940, e do qual Mello e Souza participou como docente da disciplina de Matemática (OLIVEIRA, 2007, p.42). Atuou de forma eficaz para a unificação das disciplinas matemáticas, ao lado de Euclides Roxo<sup>55</sup> e Cecil Thiré<sup>56</sup>, com os quais escreveu livros e artigos em periódicos nos quais discutiam e avaliavam o que de mais moderno existia sobre o ensino de matemática no contexto internacional<sup>57</sup>.

Além de análises e críticas a outros autores e obras que tratavam do ensino da disciplina, era editor responsável da Revista Brasileira de Matemática, RBM, na qual, além de apresentar suas considerações acerca de autores e obras didáticas, era um dos veículos

---

<sup>53</sup> As aulas da Universidade do Ar tinham como público professores de todo o país. Para se inscreverem, gratuitamente, deveriam encaminhar seus nomes e endereços para a Rádio Nacional, instalada na cidade do Rio de Janeiro. Os alunos inscritos recebiam resumos e informes dos cursos em suas respectivas residências, e o certificado de aperfeiçoamento só era concedido ao professor mediante entrega de trabalhos avaliativos, com o fim de apurar o aproveitamento do curso (OLIVEIRA, 2007, p.43).

<sup>54</sup> As aulas da Universidade do Ar eram transmitidas pela Rádio Nacional todos os dias às 18h45, exceto aos domingos e quintas-feiras, perfazendo um total de 20 horas para cada disciplina.

<sup>55</sup> Euclides Medeiros Guimarães Roxo nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 10 de dezembro de 1890, e faleceu no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1950. No final da década de vinte, então diretor do Internato do Colégio Pedro II, impulsionado por movimentos internacionais de renovação do ensino da Matemática, iniciados no final do século XIX, e enquadrado no Movimento da Escola Nova, propôs uma mudança curricular e metodológica naquela instituição.

<sup>56</sup> Ceci Thiré nasceu em Nova Lima, Minas Gerais, em 03 de maio de 1892, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1963. Foi um dos professores mais famosos do Colégio Pedro II e autor de livros didáticos com grande aceitação no período.

<sup>57</sup> A disciplina Matemática que hoje é ensinada nas escolas é originária da fusão de outras quatro disciplinas à época autônomas, são elas: Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Foi inicialmente organizada no interior do Colégio Pedro II e, a partir da década de 1930, passou a ter caráter obrigatório pelo decreto que instituiu a primeira reforma que estruturou nacionalmente o ensino no Brasil, a Reforma Campos.

que utilizava para fazer propaganda dos próprios trabalhos didáticos na área da Matemática. Além da RBM, editou, nas décadas de 1930 e 1940, a Revista Al-Karism, dedicada à recreação e a atividades lúdicas que envolviam a utilização da matemática, e a Revista Damião, publicação dedicada à causa da reinserção social dos portadores de hanseníase, distribuída no Brasil e em Portugal.

Contudo, ganhou notoriedade nacional, e mais tarde internacional, em meados de 1920, fama que permanece até a atualidade, quando criou seu maior personagem: Malba Tahan, o árabe que escrevia de forma divertida e inteligente, chamando a atenção da crítica literária e, principalmente, dos leitores de jornal, a priori, mas que, com seu enorme sucesso, se transformou em *best-sellers*. Ali Iezid Izz-Eduim Ibn Salim Hank Malba Tahan acabou ocupando um espaço inimaginável na vida do escritor carioca. Autor e personagem, criador e criatura acabaram se confundindo, tanto que o público, durante anos, desconheceu a verdade sobre o árabe, algo que o próprio Júlio César chamou de “mistificação literária”, ao ser produto e produtor de si, mesclando realidade e fantasia<sup>58</sup>.

Nessa construção, surgiu uma literatura híbrida que, ao reunir curiosidade, imaginação e (in)formação edificando uma ponte, um caminho transitável entre a cultura oriental, em especial a árabe, e a brasileira da época com que escrevia. Na entrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro no ano de 1973, o escritor narra como foi ser aluno, professor, escritor, mas transparece sua verdadeira paixão: viver Malba Tahan, o árabe que personificou durante parte de sua vida, ganhando notoriedade acadêmica e mercadológica. Premiada duas vezes pela Academia Brasileira de Letras, foi membro da cadeira n. 8 da Academia Carioca de Letras e, hoje, dá nome ao prêmio oferecido pela Fundação Nacional do Livro Infantil, honraria que destaca os melhores livros informativos voltados ao público infantil.

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro em 1973 (OLIVEIRA, 2007, p.158).

### **Criador e criatura: Malba Tahan**

Criador e criatura, uma fusão que gerou um marco da nossa literatura. Árabe e brasileiro, uma mistura que rendeu notoriedade. Produto e produtor de si, fenômeno do qual não se nasceu uma identidade. Júlio César de Mello Souza e Malba Tahan transformaram-se em um só, com o último postulando abaixo do primeiro somente na carteira de identidade do autor. Mello e Souza assumiu a identidade de Malba Tahan e, como árabe, assinou seus livros e parte da sua produção intelectual. A maior prova de que Malba Tahan foi um fantástico criador de enredos é a sua própria biografia. Esse personagem famoso das arábias nunca existiu, foi imaginado por outro Malba Tahan, tratando-se, pois, de um pseudônimo, um nome de fantasia sob o qual assinava suas obras o fabuloso professor, conferencista, escritor, educador e pedagogo brasileiro, Júlio César de Mello e Souza.

Aos 23 anos de idade, quando trabalhava como colaborador do jornal O Imparcial, na cidade do Rio de Janeiro, entregou ao editor da casa cinco contos que havia escrito. Os textos, contudo, ficaram por dias sobre a mesa da redação, figurando aparente descaso com seu trabalho. Incomodado com tal situação, Mello e Souza recolheu o que havia criado e reapareceu no dia seguinte com os mesmos contos, assinado agora por um escritor americano, R. S. Slady. “Entregou-os novamente ao editor, dizendo que acabara de traduzi-los e que faziam grande sucesso em Nova York. O primeiro deles, A Vingança do Judeu, foi publicado em primeira página já na edição do dia seguinte” (OLIVEIRA, 2001, p.48).

O trabalho em jornais representava uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, maneira de expandir a rede de sociabilidades, um passaporte para os mundos sociais e políticos mais elevados (GOMES, 1996, p.45). Criador de contos árabes, Malba

Tahan ganhou destaque no cenário literário nacional ao passar a publicar na primeira página do jornal *A Noite*, veículo de propriedade da família Marinho, cujo diretor, Irineu Marinho, conheceu a mistificação e incentivou a “tradução” dos textos assinados por Malba Tahan. Segundo explicações dadas pelo próprio autor em entrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, mas que não suprem alguns questionamentos, a criação de um escritor árabe estava ligada a uma necessidade de *status* dentro do contexto da produção literária da época, que, ainda segundo o autor, promovia mais espaço a escritores estrangeiros que a brasileiros, ou mesmo anulavam a produção de jovens escritores, como era seu caso.

É o que aponta MICELLI ao tratar da relação entre o campo literário e editorial pós anos 30, período que conheceu um crescimento acentuado na entrada de escritores e materiais vindos principalmente do mercado americano. O período marcou um aumento significativo do número de escritores nacionais; todavia, houve uma ampliação da procura por livros de aventura, por romances policiais e biografias romanceadas, assim como “os manuais de viver que difundiam as receitas norte-americanas em todos os domínios do estilo de vida concentraram boa parcela dos investimentos editoriais numa conjuntura bastante favorável à substituição de importações no mercado interno de bens simbólicos<sup>59</sup> e, em especial, no setor editorial” (2001, p.147).

E quais motivos levaram-no a criar um personagem árabe? Duas razões são apontadas por Mello e Souza: primeiro, a paixão que cultivava desde criança pelos textos de “As Mil e Uma Noites” e, segundo, o fato de os leitores terem contato com muitos escritores de origem europeia e americana, mas nenhum de origem árabe. Logo, a criação

---

<sup>59</sup> MICELLI atribui essas mudanças às consequências da crise de 1929 e também, mais adiante, com o início da Segunda Guerra Mundial, houve uma reconsideração da relação sujeição dos países periféricos antes à Europa e, naquele contexto, aos Estados Unidos, troca que não se limitou apenas ao campo econômico, mas também à importação de bens culturais (2001, p.147).

de um personagem diferente foi um tiro no escuro, pois sua criação ou seria um total fracasso ou agradaria ao leitor nacional, o que de fato acabou acontecendo. (OLIVEIRA, 2001, p.159).

Em sua declaração ao Museu da Imagem e do Som (1973), ao ser questionado acerca de sua escolha por uma mistificação literária de origem árabe, Júlio César foi enfático ao dizer que não passou de uma escolha pessoal e fria. Ao ser mencionada a criação de um escritor americano, ou mesmo europeu, em vistas ao que o público livreiro estava acostumado, o escritor citou Edgar Allan Poe e descreveu em poucas palavras sua criação: “a coisa foi friamente não teve inspiração nenhuma” .

A partir de então, criação se torna criador, a vida real e a fictícia passaram a se confundir, ou melhor, um homem com duas identidades, uma árabe e outra brasileira. Um fato que marcou essa fusão de identidade foi o ato do Presidente Getúlio Vargas que autorizou Júlio César a também utilizar e assinar o nome Malba Tahan em sua carteira de identidade. Era tamanha a personificação que, em suas aulas, ao visitar o caderno dos alunos, carimbava o nome Malba Tahan, escrito com caracteres árabes.

Assim, carioca de nascimento e um “menino de Queluz”<sup>60</sup> por formação, Mello e Souza, professor, escritor, pensador e entusiasta da educação, deu vida e notoriedade a Malba Tahan. Com biografia própria, o pseudônimo destacou-se pelas obras que retratam o cotidiano dos mundos árabe e oriental. O significado de seu nome, traduzido para o português, seria, aproximadamente, o Moleiro de Malba<sup>61</sup>.

O escritor árabe nasceu em 1885 na aldeia de Muzalit, próxima à cidade de Meca. Estudou no Cairo e em Constantinopla e, aos 27 anos, após receber uma grande herança de seu pai, iniciou uma longa viagem pelo Japão, Rússia e Índia. Morreu em 1921 lutando

---

<sup>60</sup> Alusão ao livro escrito por seu irmão, J.B. de Mello e Souza, cujo título é “Meninos de Queluz: crônicas de saudade”, no qual é narrada a infância do escritor na cidade de Queluz, interior do Estado de São Paulo.

<sup>61</sup> Malba é o nome de uma planta encontrada na região do Iêmen. Já Tahan, moleiro na língua árabe, foi retirado do sobrenome de uma aluna. Por deferência de Getúlio Vargas, Júlio César de Mello e Souza pôde usar o pseudônimo na carteira de identidade.

pela libertação de uma tribo na Arábia Saudita (OLIVEIRA, 2001, p.53).

Para completar ou confundir mais, Júlio César criou um tradutor fictício dos originais de Malba Tahan, motivo pelo qual, em seus livros, aparece o seguinte aviso: “tradução e notas do professor Breno de Alencar Bianco”. Entretanto, como coloca SIQUEIRA FILHO (2008, p.126), o nome dado ao tradutor seria uma homenagem a um amigo de Mello e Souza e, ainda, as iniciais BAB, em árabe, significam porta. Fato que o autor atribui ao fato de Malba Tahan apresentar, abrir caminhos, tal como uma porta, para o público brasileiro conhecer e se familiarizar com a cultura árabe, traduzida e popularizada em páginas de jornais e, depois, em obras literárias de sucesso. Ao ganhar um rosto e uma identidade própria, Malba Tahan tornou-se um dos mais expressivos divulgadores desta cultura dentro da literatura infantil, chegando a receber prêmios e honrarias por tal empreendimento.

Na entrevista concedida ao MIS carioca, Mello e Souza disse que, ao criar o autor árabe, havia criado uma mistificação literária, e explica que tal fenômeno ocorre “quando (...) o escritor faz uma obra que atribui a um outro escritor, vivo, (...) real ou imaginário (...)”<sup>62</sup>. Essa mistificação ganhou vulto e notoriedade com o apoio de editores com os quais trabalhou – entre elas Francisco Alves, Civilização Brasileira e Cia. Editora Nacional – e pelo esforço em divulgar suas obras em jornais de grande circulação – o uso do jornal como um caminho para atingir, a priori, um maior número de leitores<sup>63</sup> – ou ainda, nas parcerias com outros autores, principalmente em obras de caráter didático<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Segundo depoimento ao Museu da Imagem e do Som no ano de 1973 (OLIVEIRA, 2001, p.160).

<sup>63</sup> Segundo SIQUEIRA FILHO (2008, p.47), a prática de divulgação de escritores e textos diferente dos com funções de notícia decorre, no Brasil, do século XIX, quando romances, crônicas, poesias e novelas passam a fazer parte dos assuntos tratados cotidianamente nos jornais.

<sup>64</sup> Com o programa de educação básica desencadeada por Getúlio Vargas, o mercado editorial ampliou de forma rápida, o que possibilitou a criação de um público leitor no país, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.126).

A simultaneidade das identidades assumidas pelo autor aparece na simultaneidade das práticas discursivas presentes nos mais diferentes “embates” sociais de que participava Mello e Souza. Atuante no mercado editorial de livros didáticos de ensino de Matemática tornou-se um dos precursores de novas formas do ensino matemático, ao sugerir um ensino preocupado com as questões práticas que, segundo sua concepção, envolviam as necessidades e o uso da ciência dos números, o que lhe forneceu condições de participar ativamente na formação da disciplina Matemática durante a Reforma Campos – um dos primeiros movimentos para a modernização ensino no país.

Além de crítico de ensino, foi literato condecorado pela Academia Brasileira de Letras e imortal da Academia Carioca de Letras, assumiu a docência no ensino secundário do Colégio Pedro II, foi professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, participou do Movimento da Escola Nova, além de atuar como colunista em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, como *n’O Imparcial* e na *Folha da Noite*<sup>65</sup>.

Ao encarnar um árabe que gostava de matemática, inspirado pelos contos de “As Mil e Uma Noites”, quem o carregava, como um camelo a um beduíno, era um professor que nunca tocou os pés em solo oriental, grande conhecedor da matemática e da cultura daqueles que acabou por se tornar um dos grandes propagandistas, gerindo um dos mais expressivos exemplares do binômio ciência-imaginação. Seus ex-alunos e aqueles que receberam sua formação ainda o denominam Malba Tahan, já outros desconhecem a existência de seu criador.

Sérgio Lorenzato, ao narrar um curso de Mello e Souza na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, assinala o seguinte: “Apesar de Malba Tahan ter escrito muitos romances, uma de suas maiores preocupações sempre foi contribuir para a melhoria do ensino da Matemática” (LORENZATO, 1995 p. 96). A personificação do personagem

---

<sup>65</sup> Entre outros podem ser citados *O Cruzeiro*, *A Noite Ilustrada*, *Almanaque d’O Tico Tico* e *Correio da Manhã*.

escrito, ou a mistificação do sujeito, demonstra como o homem Júlio César de Mello e Souza construiu a biografia de seu personagem, mas como também fez parte dela própria:

Era Julho de 1958. Todos os três jornais de São Carlos (SP) noticiaram a chegada de Malba Tahan que, durante 12 dias, iria ministrar cursos de extensão a professores. (...) No primeiro dia de aula, o mestre, como sempre o faria, chegou caminhando tranquilamente, mas com passos firmes e coluna erecta. Ele se vestia impecavelmente e seu jaleco era da cor de seus alvos cabelos. (...) Para sua primeira aula, Malba Tahan escolheu o estudo dos “métodos obsoletos” de ensino, comparativamente aos “métodos progressistas” (LORENZATO, 1995, p. 98).

LORENZATO, ao narrar a experiência de contato com o autor, não o diferencia de sua criação, isso advém da vontade do próprio Mello e Souza de construir uma áurea de realidade em sua invenção. Malba Tahan e Mello e Souza eram os mesmos, sem distinção, ou melhor, o árabe cobriu o seu inventor, tornou-se o criador para os olhos de seus leitores que, em sua maioria, desconhecia a mistificação.

Em entrevista concedida a Silveira Peixoto<sup>66</sup> e a Monteiro Lobato, descrita no Terceiro Volume da obra “Falam os Escritores”, em 1941, Mello e Souza narra o nascimento de Malba Tahan:

*“O caminho, então, seria tratar de escrever com um pseudônimo estrangeiro. Pensei mais sobre o caso. Qual o pseudônimo a adotar? Deveria ser um que tivesse todo cunho de realidade. Americano? Mas não. Queria um pseudônimo que se conformasse bem com o caráter dos trabalhos que pretendia escrever... Seria um árabe.*  
 - Por quê?  
 - *O árabe é homem que faz poesia a propósito de tudo. Suas atitudes sempre são romanescas. Não compreende a vida sem a poesia. Mas o pseudônimo não deveria ser nem masculino e nem feminino. Teria de ser sonoro. Teria de dar a necessária impressão de perfeita autenticidade. Na Escola Normal, havia uma aluna com*

---

<sup>66</sup> José Benedito Silveira Peixoto, N. São Paulo/SP 1909, jornalista, estudou Direito em Niterói/RJ. Iniciou a carreira jornalística aos 16 anos, em Taubaté, São Paulo, onde passou a infância e a adolescência. Foi redator e colaborador em muitos jornais do Rio de Janeiro, de São Paulo e do interior paulista, assim como das revistas "Vamos Ler" e "Carioca". Foi professor na escola de jornalismo Cásper Líbero e no curso de Jornalismo no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Foi também tradutor e autor de literatura infantil. (MENEZES, 1978)

*um sobrenome interessante: Maria Tahan. Simpatizei-me com esse Tahan. Perguntei-lhe que queria dizer. "Moleiro" - respondeu-me ela. Fui, dias depois, descobrir num mapa da Arábia, o nome de uma cidade - Malba, aldeia perdida na Arábia Pétreia ...*  
 - E nasceu Malba Tahan ...  
 - *Que, como vê, pode ser traduzido por "moleiro de Malba". Comecei, então, a estudar a civilização árabe. Li Gustavo Le Bon, comprei o Alcorão, numa edição comentada, percorri as obras de Massoudi. Tomei um professor de árabe: o dr. Jean Achar. Tempos depois, quando já havia me enfrornado nas coisas do Oriente, procurei Irineu Marinho, a esse tempo um dos diretores de A Noite. Apresentei-lhe uns trabalhos de Malba Tahan. Disse-lhe que se tratava de um escritor árabe; acentuei que eu apenas havia traduzido alguns de seus trabalhos”<sup>67</sup>.*

A mesma entrevista ainda reserva-nos a descrição que Silveira Peixoto faz do primeiro contato que teve com o autor, a duplicidade do autor. A princípio, procura por Mello e Souza, contudo, surpreende-se ao ter Malba Tahan em sua frente:

“A porta do apartamento entreabre-se. Alto, magro, moreno cor de azeitona, cabelos muito negros, um sorriso amável dependurado nos lábios, aparece-me, ainda em mangas de camisa, um rapagão.  
 - Doutor Melo e Sousa está?  
 - *Sou eu mesmo.*  
 - Você?! É o Malba Tahan?  
 - *Isso. Você é o Silveira Peixoto?*  
 Apertamos as mãos. Alguns instantes mais, somos íntimos. Explica-se: há muito eu o conhecia; e Júlio César de Melo e Sousa é desses temperamentos acessíveis, cordiais e simples, que sabem estabelecer, em minutos, a desejada comunicação com os que deles se aproximam. - *Isso é entrevista?* -  
 - Claro.  
 - *6 de maio de 1895.*  
 - Você tem quarenta e seis anos?!  
 - *Quarenta e seis.*  
 - Pois, francamente, não parece”<sup>68</sup>.

A criação toma conta do criador ao passo que o entrevistador o chama pelo nome, “Doutor Mello e Souza”, contudo, surpreende-se ao saber que está na presença de Malba Tahan. O criador mistura-se na vida de sua criação ao atender e responder como o árabe;

<sup>67</sup> PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. 3.v. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971-1976.

<sup>68</sup> Idem.

todavia, toma como referências biográficas seus próprios dados. Ora é Malba Tahan, vestindo-se de árabe para participar de jantares e noites árabes ou mesmo em palestras e conferências, ora Mello e Souza, como na descrição acima, na qual o repórter tem como entrevistado Malba Tahan no corpo de outro homem, que apresenta seus dados biográficos próprios: “6 de maio de 1895”.

Em muitas de suas obras, a biografia de Malba Tahan aparece para dar mais veracidade à ideia de que ele próprio é um autor árabe e não brasileiro e, acima de tudo, um autor real. A descrição da vida do árabe, a seguir, foi divulgada no jornal *A União* de João Pessoa, Paraíba. O texto, publicado em 13 de setembro de 1933, foi redigido como forma de divulgar o lançamento do livro *Lendas do Oásis*, pela Editora Civilização Brasileira<sup>69</sup>, texto integrante do prefácio do livro<sup>70</sup>:

Conheceis a história de Malba Tahan. É das mais interessantes (...) famoso escritor árabe, descendente de uma tradicional família muçulmana, nasceu no dia 06 de maio de 1885 na aldeia de Mazalit, nas proximidades da antiga cidade de Meca. (...) A convite de seu amigo o Emir Abd El Azziz bem Ibrahim, exerceu Malba Tahan, durante vários anos, o cargo de *quaimaquam* (prefeito) na cidade árabe de El-Medina, tendo desempenhado as suas funções administrativas com rara inteligência e habilidade. Conseguiu mais de uma vez, evitar graves incidentes entre os peregrinos (...) e procurou sempre dispensar valiosa e desinteressada proteção aos estrangeiros ilustres que visitaram os lugares sagrados do Islam. Pela morte de seu pai, em 1912 (...) iniciou uma longa viagem através de várias partes do mundo. (...) Foi ferido em combate (julho de 1921), nas proximidades de El Riad, quando lutava pela liberdade de uma pequenina tribo da Arábia Central (...) (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.41).

Contudo, a farsa artística de Mello e Souza não ficaria escondida por muito tempo.

A figura do árabe escritor foi revelada oito anos depois do lançamento do seu primeiro

<sup>69</sup> Segundo SIQUEIRA FILHO (2008, p.41), o livro era comercializado a 5\$000 (cinco mil réis).

<sup>70</sup> Júlio César de Mello e Souza utilizou com frequência as páginas de jornais e revistas para fazer propaganda de suas obras literárias, assim como de seus livros de matemática.

livro<sup>71</sup>, em 1925, *Contos de Malba Tahan*<sup>72</sup>. Em 1933, a poetisa Rosalina Coelho Lisboa, constatou que Rudyard Kipling, indicado como tradutor da obra “Sama-Ullah, contos orientais”, nunca fizera aquele tipo de trabalho. Mello e Souza, por distração, provocação, ou mesmo numa tentativa de ser reconhecido, havia colocado em um de seus livros uma relação das “Obras de Malba Tahan”, com informações sobre tradutores (OLIVEIRA, 2001, p.123).

O reconhecimento do autor levou a um furor que chegou aos rincões do país, como destaca SIQUERIA FILHO, ao apresentar em seu doutoramento duas citações de um jornal de Manaus que destaca a descoberta da farsa, e outra, de um jornal de Natal que, mesmo após a divulgação da farsa, enaltece a figura do árabe. Esse fato nos permite inferir o reconhecimento do interesse do público leitor que havia alcançado o escritor-personagem, da mesma forma a importância das páginas dos jornais para a manutenção, criação e propagação dos textos de Tahan, assim como a aceitação, mesmo longe dos grandes centros editoriais, dos contos que escrevia (2008, p.44).

O jornal do Comércio, de Manaus, um dos jornais nos quais Malba Tahan divulgava seus contos, chegou a apresentar, em dois dias consecutivos, versões diferentes sobre a identidade do autor da obra que estava sendo lançada, *Lendas do Deserto*. No primeiro dia, os elogios recaíram sobre Malba Tahan:

Malba Tahan! Quem não conhece, no Brasil, a poderosa phantasia e a graça seductora desse Kalifa das *Mil e uma noites*, cujas histórias têm o perfume de terras exóticas? [...] Uma linda capa de H. Cavaleiro, onde se ve uma mulher branca ouvindo a confissão

---

<sup>71</sup> O título da primeira publicação em livro do autor remete ao título homônimo de uma coluna que publicou no jornal *Folha da Noite*.

<sup>72</sup> Contos publicados: A pequenina lua azul; A ultima vontade do rei Hibban; O nariz do rei Mahendra; O castelo das mil e tantas luzes; O livro do destino; A sombra do cavallo; O thesouro de Brésa; O elephante furioso (parábola hindu); O sábio da Effelogia; Devoradores de Reis; O homem que tudo achava; A primeira pedra; O castigo; Protocholovsky; Um caso de medicina; Kitab, o gênio; A bússola; A sopa; O avestruz contrabandista; O homem prodigioso; Sassevará; Peregil e o velho do camelo; Bom, mas não muito. Destes, os seis primeiros já haviam aparecido no jornal *Folha da Noite*.

de um chefe árabe num oásis, completa o valor do volume que acaba de nos dar *Lendas de Oásis* [...] <sup>73</sup> (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.45).

No dia seguinte, o mesmo jornal apresenta a seguinte nota:

Malba Tahan não é o oriental que todos pensam. Brasileiro, tem, porém, um carinho imenso por tudo quanto nos vem daquellas terras distantes com o sabor de um pittoresco suprehendente. Os contos, que aos domingos ilustram a edicção desta folha, fallam bem do que é o artista que se esconde sob aquelle pseudonyma. *Lendas do Oásis*, que a Civilização Brasileira lançou agora, é mais uma obra prima do consagrado escriptor [Júlio César de Mello e Souza]. <sup>74</sup>

Entretanto, mesmo depois de divulgado que Malba Tahan não existia e que era um pseudônimo, sua notoriedade e reconhecimento pouco ou nada foram abalados. É o que se pode perceber ao ler a publicação que aparece no *O Jornal* da cidade de Natal, publicada no mês posterior às notas acima:

Não é um nome desconhecido o de Malba Tahan, *conteur* brillantíssimo e collaborador assíduo dos principais jornaes do Brasil. Vem agora elle de afixar n'um elegante volume uma serie de seus deliciosos contos. São páginas de um colorido proprio, onde ao lado da ambiencia propria, avulta a moral, a intelligencia e a argucia dos habitantes dos desertos, que vão da Arabia ao alto Egyto. Malba Tahan possui o segredo que extasia aquelle que percorreu Maupassant: é um contista perpétuo, imaginação fértil, viva e criadora; uma logica e uma technica perfeitas. Em bello formato material (...) se acha exposto á venda (...) <sup>75</sup>.

Essa aceitação é evidenciada se verificarmos as publicações do autor após descoberta da mistificação. Entre os anos de 1933 e 1939, apenas como marco para exemplificação, foram publicados ou reeditados mais de quinze títulos <sup>76</sup> assinados por Malba Tahan, além de vinte e nove didáticas para o ensino de matemática, assinadas por

<sup>73</sup> Nota publicada em 28 de setembro de 1933.

<sup>74</sup> Nota publicada em 29 de setembro de 1933.

<sup>75</sup> Nota publicada em 14 de outubro de 1933.

<sup>76</sup> **1933:** *Mil Histórias Sem Fim I*. 2ª edição; *Mil Histórias Sem Fim II*. 1ª edição; *Lendas do Deserto*. 2ª edição; *Lendas do Céu e da Terra*. 1ª edição; *Lendas do Oásis*. 1ª edição; **1935:** *Lendas do Céu e da Terra*. 2ª edição; *Maktub*. 1ª edição; **1936:** *Alma do Oriente*. 1ª edição; **1937:** *Novas Lendas do Deserto*. 1ª edição; *Minha Vida Querida*. 1ª edição; **1938:** *O Homem que Calculava*. 2ª edição; *Lendas do Céu e da Terra*. 3ª edição; *Lendas do Céu e da Terra*. 7ª edição; **1939:** *O Homem que Calculava*. 3ª edição.

Júlio César de Mello e Souza. Essa aceitação ainda hoje pode ser percebida ao vermos estantes em diversas bibliotecas com as obras do árabe, assim como, se abriremos qualquer site de venda de livros e fizermos uma pequena busca, vamos encontrar com facilidade seus títulos ainda à venda.

Seus trabalhos envolvendo literatura e matemática são reconhecidos ainda hoje pela linguagem intrigante, envolvente e que gera o sentimento de se sempre estar a descobrir algo novo. Essa ligação entre os saberes poéticos e exatos fez de Malba Tahan um dos mais reconhecidos literatos da linha infantil.

Premiado duas vezes pela Academia Brasileira de Letras, em 1930, pelo livro *Céu de Alá* e, em 1939, premiado pelo livro e best-seller *O Homem que Calculava*. Em seu discurso durante a entrega do prêmio ao livro *O Homem que Calculava*, Júlio César de Mello e Souza destacou o fato de que a menção honrosa dedicada pela Academia à obra representava algo inédito nos anais da literatura mundial. Segundo ele, era a primeira vez que um livro de fantasia tecido em torno da Matemática era merecedor de valioso reconhecimento dos imortais.

a Academia Brasileira de Letras outra coisa não fez, senão reabilitar a Matemática perante homens de espírito e de talento, os burilados do Verso, os arquitetos da Frase – e demonstrar, de forma eloquente e generosa, que a ciência de Lagrange – na sua beleza e simplicidade, pode viver e florir em perfeita harmonia com a Literatura (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.55).

Ao analisar o arquivo pessoal de Mello e Souza, SIQUEIRA FILHO defende que o autor, ao escolher o que e como arquivaria em seu “arquivo” pessoal, estaria construindo sua identidade para si e para os outros: “Sendo ele professor-autor, a organização de um *arquivo* lhe possibilitaria produzir discursos, capazes de mostrar sua importância à sociedade e articular poder e saber, mas para produzir saber, deveria tomar parte em relações assimétricas de poder” (2008, p.177). Para embasar seu pensamento, utiliza De

Certeau ao falar em práticas cotidianas como uma apropriação inventiva e criativa que o indivíduo faz dos usos e costumes produzidos e construídos nas relações socioculturais, utilizados para fomentar outros modos de existir (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.179). Essa prática pode ser percebida como a constituição de um querer; o querer ser aquilo que deseja ser. Suas obras didáticas, as revistas nas quais escreveu e/ou criou, os jornais, os discursos proferidos, suas palestras e depoimentos arquivados lhe outorgam lugares de poder e explicitam sua vontade.

Dentro da constituição dessas vontades, podemos observar a manutenção e o delineamento do que deveria ser lembrado de Malba Tahan selecionando o material que considerava importante, conduzindo, dessa maneira, o processo de construção de uma identidade, por ele e pelos que acessam seu arquivo. Contudo, é observável, da mesma forma, o anseio do não esquecimento da figura de Júlio César de Mello e Souza. Malba Tahan existia, caminhava, escrevia e discursava, não obstante, no corpo e nas possibilidades biológicas de Mello e Souza.

A criação do personagem que virou autor, ou do autor que acabou por virar personagem da sua própria trama, insere-se em um contexto ímpar na história da sociedade nacional. Como um criador de bens simbólicos, identidades e alteridades, em um período marcado pela busca e diferenciação entre o novo e o velho, o discurso empregado ia de encontro aos interesses nacionais, no que tange ao modelo de homem, requisitos para servir a pátria, não obstante, apresenta como diferencial a amostra dos personagens de contexto oriental árabe, indivíduos alienígenas da política imigratória do governo Vargas, mal vistos por sua origem não europeia.

Sem nunca ter visitado terras árabes, o escritor conseguiu fidelizar um público que durante anos o considerou um autor estrangeiro, mas, na realidade, era apenas um apaixonado pela cultura oriental e por suas fantasias, que utilizou do dom da escrita para

também apaixonar e aproximar os leitores aos encantos arábicos. Sua morte veio a acontecer em 18 de junho de 1974, em Recife, onde foi proferir uma palestra sobre o ensino de matemática. Segundo narra OLIVEIRA (2001, p.36), naquele dia, o professor estava hospedado em um hotel na capital pernambucana e amanheceu com dores no peito. Dona Carolina, sua esposa, comunicou a recepção do estabelecimento e um médico, também hospedado na ocasião, foi solicitado. Contudo, quando chegou ao quarto, já havia ocorrido o óbito.

Antes de falecer, escreveu um testamento e, segundo sua filha Sônia Pereira, a carta era mais uma invenção literária que propriamente um testamento. Nele, o autor diz: “Tenho o pressentimento de que vou morrer de um momento para o outro”. E que, para o caso de sua morte “(queira Deus que seja repentina!)”, deixava aquele lembrete à sua mulher e filhos de como gostaria que fosse a cerimônia. Entre outras coisas, o autor diz que não aceitaria flores para seu sepultamento por achar terrivelmente horrível a “literatura funerária” e que, “depois de morto”, não queria “saber mais de literatura”. Não gostaria, pois, de receber coroas, não aceitaria “missa anunciada” e não era digno de que sacerdote algum acompanhasse seu enterro. Contudo, o que chama a atenção em sua carta testamento é novamente a postura de manutenção da imagem árabe que criou, visto que pede que seja publicada a seguinte nota nos principais jornais do país:

Malba Tahan acaba de morrer e pede, a todos, perdão pelas faltas, erros, ingratidões e injustiças. E também pede, por amor de Deus, que todos os crentes rezem por ele. Este apelo é dirigido, especialmente, às inúmeras religiosas, pacientes e dedicadas, que foram suas alunas ou que ouviram as suas aulas.

Além do tom satírico que a nota reproduz, é aparente a ideia de manutenção da imagem construída em torno de Malba Tahan, pois não é Júlio César, o criador de Malba

Tahan, que morre, mas sim o próprio Malba Tahan. Assim, mesmo no fim da vida, havia preparado mais um episódio de manutenção do árabe que acabou por tê-lo em vida.

## O Oriente de Malba Tahan

Literatura e história, como criações e difusoras de discursos, se entrecruzam no estudo da sociedade humana, aparecem como duas formas distintas de se reconhecer no concreto os desejos, ideias e concepções das sociedades humanas. As diferenças entre história e literatura são um tanto quanto contundentes, enquanto a primeira se pauta pelo discurso da verdade, a segunda utiliza-se do imaginado para conseguir transmitir ao leitor sua mensagem. Ao passo que o trabalho do historiador tem o pressuposto de buscar o real do fato passado, o literato tem como objetivo final do seu trabalho levar ao sublime, ao prazer, mesmo que seja adiantando o devir.

Contudo, ambas são construções sociais, e é no trato com as palavras e com o discurso que as narrativas histórica e literária se aproximam. Mesmo edificações paradoxais, as duas formas de expressão são constituintes do que hoje chamamos de ciências humanas. Dessa maneira, a formação discursiva da história e da literatura, como construções e práticas sociais, ou seja, a interação entre homens, podem ser entendidas e utilizadas como ferramentas de reconhecimento da subjetividade humana num determinado tempo histórico e lugar social.

Para os que defendem a história como ciência do passado, a fonte era o documento, preferencialmente o escrito e oficial, o qual, no ideal positivista, concentrava toda a verdade em torno do passado que o cercava. No entanto, essa fonte não é um postulado de verdade, como pensavam aqueles que idealizavam um carimbo ou mesmo o timbre de um documento oficial. Hoje, o historiador percebe suas fontes como um vestígio do passado, mas não sua configuração, pois o documento é por sua imanência um discurso produzido intencionalmente pelas gerações passadas, geralmente com vista à manutenção de uma determinada ideia, ou à construção de um discurso, o qual pode sofrer com as

interpretações posteriores a si, pois cada nova geração direciona um olhar diferente ao seu passado.

Com a ampliação da noção de documento, cresceu o interesse dos estudiosos do passado em buscar o entendimento das sociedades por meio de novos instrumentos, resultantes da construção humana e social, o que amplia o esforço e a responsabilidade do historiador. O documento não fala por si; o historiador é que o faz falar. Nesse sentido, o mesmo documento pode ser utilizado para fins diferentes, dependendo da posição ideológica do historiador.

As duas formas de conhecer o humano no seu cotidiano e no seu íntimo faz da história e da literatura sujeitas da realidade, pois a primeira busca trazer à tona o conhecimento do fato passado e a literatura pode ser a chave para se entender tal passado, ou mesmo parte dele. Como dito, uma obra literária sozinha não poderá trazer à tona determinados conhecimentos que o historiador poderia se aproveitar para consolidar sua tese acerca de determinado contexto histórico no qual o literato é um sujeito ativo.

CHALHOUB, ao refletir sobre literatura na perspectiva da história social, coloca que a literatura deve ser tomada por um pressuposto necessariamente materialista de análise. Assim,

a crença na ‘transcendência’ ou autonomia da literatura, ou da obra de arte em geral – ou seja, a ideia de que para tais obras vale, em última análise, o postulado da inexplicabilidade, pois, resultariam da atividade de ‘criadores singulares’, atemporais, cujas obras seriam validadas por critérios estéticos absolutos -, é tomada aqui como um problema histórico a ser explorado e analisado. (CHALHOUB, 1998, p.07)

Partindo de tal posicionamento, o historiador deve entender a produção literária como um exemplar do tempo em que foi confeccionada e buscar entender a lógica social do texto.

Em outras palavras, a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance – inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo” (Idem).

Ao colocar que autores e obras literárias são acontecimentos datados e historicamente condicionados, afirma que a importância de determinada produção tem seu valor naquilo que expressam aos seus contemporâneos, colocando, CHALHOUB, os autores como homens de seu tempo e de seu país. Dessa forma, refletem sentimentos, necessidades e angústias vivenciadas pela sociedade na qual se inserem, cabendo aos estudos de história entender as especificidades de cada obra, as intenções do sujeito e a relação entre aquilo que diz e o real (1998, p.08). SAID, em *Representações do Intelectual*, expressa de forma direta a relação entre a realidade e as representações criadas e disseminadas por meio dos intelectuais, desta maneira entende que, “não se pode e não se deve acreditar no intelectual que afirma escrever para si mesmo ou em benefício do puro aprendizado ou da ciência abstrata (...) quem não quiser ser político não deve escrever (...) nem falar publicamente” (2005, p. 111).

A ideia de utilizar a literatura como documento para o estudo histórico está no fato de que o plano político, com o qual a história trabalha, não está presente apenas nas relações travadas com e pelo Estado, mas nos diferentes âmbitos da vivência social, pois o político é uma construção da sociedade que se concretiza no cotidiano, e é reelaborado de acordo com as expectativas, experiências pessoais e coletivas, necessidades e ideologias. Essa perspectiva nos permite entender que os registros históricos que podem ser utilizados como fontes para o entendimento do passado não ficam meramente circunscritos às práticas e chancelas oficiais. Como coloca NAXARA, trata-se de um instrumento que pode ser entendido como um disseminador de representações:

Há, na produção literária, um universo muito rico de vestígios para a interpretação de seu momento histórico que não se esgota na palavra escrita, mas transcende-a, rumando em direção ao campo das representações, as quais se fazem no cotidiano dos mais variados sujeitos (NAXARA, 2007, p.39).

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o texto literário, por adentrar o campo das representações, transforma-se em documento, de forma que abre a possibilidade da análise do processo discursivo inerente à sua construção e ao terreno no qual ideias são trabalhadas, ordenadas e difundidas para atender a determinadas expectativas e um determinado fim. A criação literária revela todo o seu potencial documental, não apenas pela análise das referências casuais, mas também se apresenta como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que “incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção” (SEVCENKO, 1995, p. 245).

As representações criadas pelos literatos também foram alvo da atenção dos políticos empenhados na constituição da nova identidade nacional e do brasileiro. Aproveitando do crescimento do mercado editorial, a literatura também foi vista como um meio de formar o cidadão para as necessidades da nação, formar padrões éticos e sensibilizar o grande público para questões defendidas pelo Estado. Nesse caminho, os contos e as crônicas foram percebidos e utilizados como ferramentas capazes de doutrinar de forma recreativa, visto que as morais de cada obra eram tidas como uma forma de apresentar o exemplar, o correto e padrão.

Para dinamizar esse empreendimento cultural, além das iniciativas tomadas pelo Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho também participava da formação social, patrocinando concursos literários destinados à produção de romances e

peças teatrais dirigidos ao público operário, nos quais o prêmio para as melhores produções era a publicação e distribuição das mesmas aos trabalhadores por meio dos sindicatos.

### **Literatura Infantil: (in) formando a nova criança brasileira**

No decorrer da carreira de Mello e Souza, seu pseudônimo tornou-se um fenômeno literário: iniciou sua atuação nas páginas de um jornal, *O Imparcial*, na década de 1920, com textos voltados para um público adulto; entretanto, suas histórias agradaram sobremaneira o público infantil, o qual, mais tarde, aventurou-se nas páginas dos livros. Mesmo o autor não tendo, a princípio, o intento de atender ao público jovem, acabou que, conseguiu com maestria e inteligência arrebanhar uma gama fabulosa de leitores e admiradores.

No período, apesar de o mercado de revistas em quadrinhos estar em expansão o ramo da literatura infantil mostrava-se bastante restrito, pouco atraente aos escritores, um mercado ainda dominado por publicações advindas de Portugal e com uma pequena atuação de escritores nacionais<sup>77</sup>.

Esse nicho ganhou visibilidade no Brasil com as publicações de Monteiro Lobato, por meio de uma literatura militante que procurava conquistar um público cada vez mais amplo, apontando para os seus leitores os problemas do país e convidando-os para a ação. Nos textos lobatianos, o leitor aparece como um dado a mais da obra escrita, e não como mero receptor passivo da informação, em uma mensagem que tinha como preocupação uma escrita simples, que refletisse a oralidade tipicamente nacional e que buscava fugir dos modelos imitativos e eruditos, em vistas a um objetivo: alcançar cada vez mais uma parcela maior de leitores (PASSIANI, 2002, p.249).

---

<sup>77</sup> Monteiro Lobato encaixa-se no grupo de escritores brasileiros que, na época, já viam na escrita da literatura infantil uma arma política de transformação do espaço social.

O projeto de um Brasil moderno apregoou como pano de fundo as preocupações de cunho nacionalista nos escritos de literatura, entre contos, ensaios, romances e crônicas; aproveitou-se do crescimento do mercado editorial levado pelo aumento do público leito e, dessa forma, a literatura passou a ser vista como um agente da cultura simbólica que poderia ser utilizado como um meio eficaz de dispersão de determinadas ideias.

MICELLI indica uma hierarquia dos gêneros literários com melhor comercialização e, no topo das preferências, está a literatura de ficção

nessa categoria, a predominância dos romances de amor, de histórias policiais e de livros de aventuras – deve-se em ampla medida à expansão da parcela de leitores recrutada nas novas camadas médias, que redundou no aumento da demanda por obras de mero entretenimento (2001, p.155).

As preocupações com os marcos culturais da identidade nacional também foram tema gerador para obras do gênero literatura infantil, cujo expoente foi Monteiro Lobato. Em 1937, por exemplo, foi grande ícone literário, pois teve mais de 1,2 milhão de exemplares de livros e traduções publicados pela Companhia Editora Nacional. Seguindo os passos de Emília, Narizinho e Pedrinho, a criança entrava em contato com grandes temas da literatura universal, contudo, transplantados para uma realidade nacional, com uma linguagem exata e atenta ao cotidiano do nacional, textos enxutos que, na medida certa, sem ornamentos e excessos, atingissem diretamente o leitor, incorporando-o ao próprio texto.

Sua maneira clara e direta de escrever, portanto, visava a um único objetivo, a saber, ampliar o número de leitores. E, para tanto, preconizava uma estética de fácil apreensão, o cultivo de um estilo que refletisse uma oralidade tipicamente nacional, livre de imitações e da erudição basbaque (PASSIANI, 2001, p.250).

Dentro desse projeto de expansão de leitores no país, a partir da década de 1920, Monteiro Lobato inicia seu empreendimento de transformar o livro em mercadoria de consumo, atrativa para grande parte da população. Com a aquisição da Revista do Brasil, em 1918, passa, então, a utilizá-la como veículo de propaganda para os livros que editava. Como coloca PASSIANI, novas preocupações passaram a fazer parte do projeto editorial de Lobato, uma nova maneira de entender o livro, tal como uma mercadoria a conquistar seu consumidor; portanto, passa a realizar modificações nas publicações de sua companhia com o intuito de diferenciá-las das demais, como na “diagramação, tipo de letra, ilustrações, qualidade do papel; tudo era feito para conquistar novos leitores”.

Lobato, em certo sentido, retirou a sacralidade que existia em cima do livro, desfez a aura que o cercava e que o definia como um artigo de luxo, cujo usufruto estava até então restrito a uma pequena parcela da população, alguns poucos “eleitos” que tinham acesso àquele totem chamado livro.

Inserir o livro nos moldes da produção e circulação de mercadorias típicas do sistema capitalista criava, segundo ele, as condições necessárias para se estabelecer a relação entre obra e público, logo, para a circulação do texto literário e o consumo do livro (Idem, p.254).

Monteiro Lobato instaura, pois, uma percepção diferenciada para o universo de leitores, passando a percebê-los não apenas como o comprador avulso, mas dirige-se também às instituições, muitas das quais governamentais. Esse posicionamento alterou a percepção de muitas das outras editoras do período, que passaram a trabalhar com novos públicos e novos produtos, com destaque para a fixação de um nicho para livros infanto-juvenis. Destaca, ainda, que o contato das produtoras desse segmento passou a se dirigir não ao seu leitor imediato (crianças e adolescentes), mas aos formadores de opinião (instituições de ensino, pais, etc.) (ARANHA, 2009, p.118).

O crescente interesse do público por esse gênero literário trouxe novas prerrogativas para essa modalidade de escrita, que poderia ser utilizada na condução da formação moral e social do sujeito, auxiliando na construção da identidade do indivíduo. É nesse tocante que, em 1936, foi criada, em portaria pelo Ministro Gustavo Capanema, a Comissão Nacional de Literatura Infantil, a CNLI<sup>78</sup>. Todavia, no ano posterior, é instituída, por decreto presidencial, como parte integrante do recém-criado Instituto Nacional de Pedagogia, com o objetivo de estudar o “problema” da literatura destinada às crianças e adolescentes<sup>79</sup>.

Como atribuições do grupo, deveria ser realizado um levantamento sobre a situação desse tipo de produção literária no país, a seleção dos títulos a serem traduzidos para o português do Brasil, a classificação, por faixa etária, das obras existentes no mercado e a censura das que fossem consideradas perniciosas. Além, é claro, de organizar um projeto de disseminação de bibliotecas infantis e, com destaque, “promover o desenvolvimento de uma boa literatura para jovens e crianças” (GOMES, 2003, p.117).

Exemplo de literatura com cunho nacionalista foi *As Aventuras de Tibicuera*, escrita por Érico Veríssimo, romance ganhador do primeiro prêmio nacional que, em 1937, laureou os melhores textos de literatura infantil pela Comissão Nacional de Literatura Infantil. A obra foi especialmente concebida para a participação no pleito, obedecendo às normas constituídas especialmente para o concurso e, dessa maneira, em consonância com os desejos ufanistas do governo central. Em uma viagem pela história do Brasil, o índio

---

<sup>78</sup> Em sua primeira formação, a Comissão contou em seus quadros com personalidades intelectuais do período que, coordenados por Murilo Mendes, contava com nomes como Manuel Bandeira, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Elvira Nizinska da Silva, Cecília Meireles, Maria Eugênia Celso e Lourenço Filho.

<sup>79</sup> O conceito de literatura infantil utilizado pela comissão era o de um modelo literário que, por excelência, investisse na imaginação infanto-juvenil e, nesses termos, contribuísse para educar particularmente a juventude, como era chamada a faixa etária em idade escolar, isto é, uma idade de construção de hábitos e valores.

Tibicuera, em enredo alinear, viaja pela história do Brasil apresentando de forma didática os personagens e fatos mestres da história oficial brasileira (GOMES, 2003, p.122).

Segundo GOMES, os membros da CNLI optaram por afirmar a precedência do valor estético do produto que pretendiam estimular, separando-o do espaço dos textos didáticos e entendendo que a “fantasia” deveria dominá-lo, o que, contudo, não o impedia de educar. Aliás, sua virtude e poder estavam justamente em educar apelando para a imaginação e interesse das crianças e jovens, e era de conhecimento da Comissão que os livros escolares raramente faziam. Ela era a preferida do público infanto-juvenil, o que era muito bom, pois os membros da CNLI afirmavam que as leituras realizadas na infância influenciavam de maneira especial a “psique do indivíduo”, habitando o “espírito do leitor” até a velhice e constituindo-se em “lastro inestimável” para o resto da vida. Além disso, como também observavam, era essa a literatura que “entrava nos lares”, espaço vedado à regulamentação estatal, diferentemente do da escola (2003, p.122).

Como intelectual, Júlio César de Mello e Souza, apropriou-se de uma questão que fervilhava em sua realidade e, utilizando-se de conhecimentos adquiridos em sua trajetória intelectual, transformou sua caneta em uma arma com a qual buscou atingir de forma sutil e genial a questão da alteridade no seio daquela realidade, antecipando-se às transformações do modo de pensar das elites da época. De maneira didática e informativa, além de lançar ao público uma nova forma de encarar o Outro, uma nova maneira de ver uma cultura diferente, Malba Tahan não abandonou os pressupostos que determinavam a criação de um novo brasileiro, um novo cidadão para um país novo. Trabalhou seus textos de forma a contemplar a moralidade e a sujeição à hierarquia, transformando-se em um mediador cujas características enquadraram-se naquelas apresentadas por BOBBIO para um intelectual experto (1997).

O personagem escritor tinha como inspiração um enorme caudal de lendas, fábulas, parábolas e contos maravilhosos que pertencem à literatura universal, assim como de lendas indígenas, costurando realidades, personagens e temáticas diferentes de outros escritores da época, os quais partiam da realidade brasileira para escrever suas histórias, como, por exemplo, Monteiro Lobato. Contudo, os valores expressos nos escritos de Tahan revelam uma ligação com a realidade, mesmo que de forma camuflada e aparentemente pueril, como observa Nelly Coelho (1982, p.386); não obstante, cultivando uma direta relação com os ideais moralizantes de justiça e hierarquização social. Apesar de se diferenciar de questões cotidianas, como afirma COELHO, suas historietas partem de princípios pedagógicos entendidos como necessários, pelos membros da CNLI, ao gênero literatura infantil.

Em uma linguagem e didatismo que consegue interagir com as mais diversas faixas etárias, as histórias prendem o interesse dos leitores devido ao pitoresco e ao inesperado das situações vivenciadas por seus personagens. Assim, ensino, moral e o fantástico estão intrinsecamente ligados nas produções de Malba Tahan, situação que o transformou em um dos mais procurados escritores do período. O que podemos conjecturar é que o árabe personagem-escritor participou também das tramas reais da divulgação política levada a cabo por Capanema e Vargas, contribuindo, assim, da manutenção e construção de um imaginário social que permitisse o fortalecimento político dos mesmos.

### Calculando um Novo Oriente:

*Ao fim de alguns meses – graças a novos e constantes exercícios – contando formigas e outros pequeninos insetos, cheguei a praticar a proeza incrível de contar todas as abelhas de um enxame! Essa façanha de calculista, porém, nada viria a valer diante de muitas outras que mais tarde pratiquei*<sup>80</sup> (TAHAN, 1949, p. 9).

*O Homem que Calculava* é a obra de maior sucesso de Malba Tahan e da qual foi retirada a passagem acima. Apareceu pela primeira vez na segunda edição do livro *Contos de Malba Tahan*, a princípio como um conto, e, em 1938, acaba virando o romance de maior destaque da carreira do autor. Até os dias atuais, Malba Tahan é reconhecido como o escritor de *O Homem que Calculava*.

Não obstante, a data de sua publicação é um problema que ainda não foi possível de ser exposto com total certeza, pois OLIVEIRA (2001, p. 54) aponta que “a única evidência que temos é de que, possivelmente, a primeira publicação da primeira edição tenha sido em 1938”. Para balizar seu discurso, utiliza pesquisas realizadas por Pedro Paulo Salles, sobrinho neto de Malba Tahan. Já SIQUEIRA FILHO (2008, p. 227), ao apresentar uma lista das obras publicadas por Tahan nas décadas de 1920/30, tendo como fonte o arquivo pessoal do autor, não apresenta o ano de publicação da primeira edição d’*O Homem que Calculava*, oferecendo 1938 como o ano de publicação da segunda edição, pela editora ABC<sup>81</sup>.

Vê-se, na obra, um personagem cuja inteligência e sagacidade o fazem percorrer os caminhos da literatura e dos desertos da Arábia, sendo reverenciado por sua criatividade, imaginação e conhecimento da cultura oriental, sem mesmo seu autor nunca ter pisado nas

---

<sup>80</sup> Trecho retirado do capítulo II, no qual Beremiz Samir, o Homem que Calculava, conta a história de sua vida e relata ao narrador da obra os prodígios que realizava utilizando a matemática.

<sup>81</sup> Segundo SIQUEIRA FILHO, as edições e editoras de *O Homem que Calculava* foram: 1ª, sem data e editora; 2ª Editora ABC, 1938; 3ª Editora ABC, 1939; 4ª Editora ABC, 1940; 5ª Editora Getúlio Costa, 1940; 6ª não apresenta data e editora; 7ª Editora Getúlio Costa, 1941; 8ª Editora Getúlio Costa, 1943; 9ª Editora Getúlio Costa, 1945; 10ª não apresenta editora, 1946; 11ª Saraiva, 1947.

areias quentes do deserto. Tahan foi celebrado pela mais alta instância literária do país, condecorado pela Academia Brasileira de Letras, em 1939, com uma menção honrosa pelo alcance e qualidade literária da obra. Cabe ressaltar, ainda, a importância do prêmio ao *Homem que Calculava*, se for levada em consideração a nova postura tomada pela entidade ao enxergar o intelectual como aquele que, por meio de seu trabalho, consegue chegar próximo à realidade da população, tal como era o desejo do presidente em exercício e também imortal daquela instituição, Getúlio Vargas.

Na obra, tudo acontece dentro de uma sequência encadeada pelas ações dos personagens, e cuja estrutura apresenta-se como tradicional para um romance: o ator principal da história é Beremiz Samir, um esperto calculista que passa por inúmeras peripécias e problemas, nos quais utiliza do seu conhecimento matemático para solucioná-los e conseguir vantagens pessoais. Após conhecer a revelação do amor, enfrenta e vence as provas definitivas e tem, como recompensa final, o casamento com Telassim, sua amada, filha de um rico e poderoso xeique.

O livro foi escrito em trinta e quatro capítulos curtos, pois a intenção era facilitar a leitura infantil, ao narrar a viagem de Beremiz Samir da pequena aldeia de Khói, na Pérsia, até Bagdá, local onde iria assumir um cargo na administração da cidade. No caminho, o personagem principal pratica suas habilidades matemáticas para solucionar problemas e querelas das mais diversas origens.

De forma romanceada, o narrador apresenta as aventuras do calculista e prende a atenção do leitor com a resolução de problemas, tais como a divisão de uma herança entre três irmãos, ou como o modo como Beremiz se apaixonou pela filha do xeique, um amor puritano que acontece entre os véus de uma sala onde ele ensinava matemática, mesmo sem nunca ter visto o rosto da garota, pois era proibido de vê-la durante as aulas que ministrava.

- *É um louco esse calculista – dizem – despreza a riqueza e rejeita a glória para casar-se com uma jovem que nunca viu!* (TAHAN, 1949, p. 200).

Na dedicatória do livro, o autor oferece seus escritos a grandes nomes do estudo da matemática, símbolos da sabedoria e do conhecimento utilizado como um meio prático para a resolução de muitos dos problemas tidos por insolucionáveis ao longo da narrativa:

“À memória dos sete grandes geômetras cristãos ou agnósticos:

DESCARTES  
PASCAL  
NEWTON  
LEIBNIZ  
EULER  
LAGRANCE  
COMTE

(Allah se compadeça desses infieis!)

à memória do inesquecível matemático, astrônomo e filósofo muçulmano  
Buchafar Mohamed Abenmusa AL-KARISMI.<sup>82</sup>

(Allah o tenha em sua glória!)

(...)

De Bagdá, 19 da Lua de Ramadan, 1321.

Logo nas primeiras páginas, existe um *aviso ao leitor*, no qual é explicitada a seguinte informação: “Quando, no decurso desta obra, as notas forem de Malba Tahan *declará-lo-emos entre parênteses. As notas incluídas sem assinatura, ou acompanhadas das iniciais B.A.B.*<sup>83</sup>, são da autoria do tradutor.” Como já assinalado, a utilização de um tradutor fictício foi a forma encontrada para dar mais veracidade ao também fictício autor árabe. As iniciais B.A.B, de Breno Alencar Bianco, significam porta em persa, em alusão ao fato de o escritor favorecer uma troca entre as duas culturas, a ocidental e a oriental, a brasileira e a árabe, um caminho aberto para as descobertas do diferente.

<sup>82</sup> Em nota explicativa, Malba Tahan acrescenta: “Pelo apelido de “Al-Karism” tornou-se famoso o mais ilustre dos matemáticos árabes – Abuchafar Mohamed Aben Musa – que viveu em Bagdá na primeira metade do IX século. (...) A ele devemos, entre outras coisas, na grafia dos números, o sistema de posição, isto é, o sistema no qual cada algarismo tem um valor conforme a posição que ocupa o número”.

<sup>83</sup> O nome do tradutor é uma homenagem a um amigo, o general Heitor Bianco de Almeida Pedroso (SIQUEIRA FILHO, 2008, p.42).

Nesse entendimento, o próprio Malba Tahan torna-se uma porta para o conhecimento de um povo até então exótico e passível de alguns falsos entendimentos e falsas construções acerca de sua cultura. Transformou-se em um sucesso literário, levando a jovens e adultos um mundo novo e diferente daquele em que inseridos estavam, um mundo no qual sentiam necessidade de estar. Basta olharmos o número de edições que alcançou a obra: atualmente, a obra está na 65ª edição, cujos direitos de publicação estão sob posse da editora Record.

Tradutor de padrões e costumes, o escritor árabe abriu novos olhares ou formas de entendimento para as questões relacionadas ao Outro. Em muitas de suas obras, encontramos a questão da alteridade, ao passo que o autor constrói um ambiente que muitas vezes distancia-se do real, aproximando-se do que no senso comum poderia parecer exótico. Contudo, ao construir essa diferença, fomenta um mundo árabe aceitável ao brasileiro, criando uma realidade fantástica, pedagógica e moldada aos padrões culturais dos nacionais.

O processo de mescla cultural empregado por Malba Tahan em suas obras reflete os ideais de uma brasilidade mestiça, que culturalmente mostrou-se assimiladora e politicamente integradora, construída por narrativas ideológicas que buscavam construir a ideia de unidade e coesão, distanciando os debates acerca da constituição biológica do nacional<sup>84</sup>. No momento da publicação das obras de Tahan, a mistura cultural era entendida sob duas óticas, podendo ser encarada como algo que teria a condição de poluir ou com uma áurea redentora da brasilidade.

Estrategicamente, a mestiçagem cultural pode ser representada como purificadora para quem vislumbra alguma vantagem com ela, isto é, para aqueles que, por meio dela,

---

<sup>84</sup> A questão da mestiçagem da população nacional encontrada na história brasileira pode ser visualizada oscilando entre dois pontos de entendimento: ora como poluidora, devendo ser combatida, ora como redentora da nação (COSTA, 2001, p. 102).

ascendem social ou economicamente, como foi o que buscaram de sírios e libaneses que, na década de 1920, já alcançavam altos padrões econômicos. Pode ser representada, ainda, como poluidora para aqueles que estão nas posições de dominação, cuja preservação da “pureza” de sangue, tradições, origem, raça, etnia, classe, contribui para a manutenção de seus privilégios.

Durante a década de 1930, buscou-se consolidar uma visão de população que reinventou o país, na medida em que revelou, ou mesmo criou a possibilidade de convivência entre os diferentes grupos socioculturais então residentes no país. O Brasil passa a ser visto, então, como uma grande nação, não mais branca, mas sim mestiça. “O mito da ‘democracia racial’ – quer dizer, de um país sem preconceito de cor e com capacidade de assimilar o ‘estrangeiro’ – apresentava-se como alternativa à teoria do branqueamento, e foi pensado como capaz de solucionar o impasse da constituição do povo brasileiro” (OLIVEIRA, 2003, pág.326).

Nesse caminho, *O Homem que Calculava*, assim como toda a obra de Tahan, teve sua atuação na promoção da sociedade árabe instalada no Brasil desde o final do século XIX. A inserção dessa cultura em terreno brasileiro perpassou por inúmeros capítulos, desde a chegada e inserção, até a aceitação dos descendentes árabes nos terrenos econômico, a princípio, e, posteriormente, o político. Em sua travessia pelo oriente próximo, o calculista coloca em prática seus conhecimentos da cultura e religião islâmica, assim como se apropria do uso da matemática para, em nome de Ala, solucionar problemas que também, ajudam-no a ascender socialmente, tendo o respeito de algumas figuras poderosas de onde passa.

*O elogio que Beremiz fez da ciência dos hindus recordando uma paina da História da Matemática, causou ótima impressão no espírito do príncipe Cluzir Chá. O jovem soberano, impressionado pela dissertação, declarou que considerava o calculista um sábio*

*completo, capaz de ensinar a Álgebra de Baskara a uma centena de Brâmanes.*

*- Fiquei encantado – ajuntou ainda – ao ouvir essa lenda (...). Os problemas de Baskara, citados pelo eloqüente calculista, são, realmente, interessantes e apresentam, nos seus enunciados, esse ‘espírito poético’, que tão raro se encontram nas obras de Matemática (TAHAN, 1949, p.120).*

Ou ainda:

*- Pela resposta dada, ó calculista, a todas as perguntas, fizeste jus ao prêmio que te prometi. Deixo portanto à tua escolha: Queres receber vinte mil dinares de ouro ou preferes possuir um palácio em Bagdá? Desejas o governo de uma província ou ambicionas o cargo de vizir da minha corte?*

Essas relações criadas entre o personagem e o poder colocam-no como um modelo, um protótipo do homem ideal, aquele que consegue a ascensão através de seus conhecimentos e esforço. “Amor, paz, felicidade, generosidade, concórdia constituíram os elementos que compunham a estrutura afetiva organizada para propor a unidade em torno de um todo harmônico. Ao estimular esses sentimentos, pretendia-se neutralizar os conflitos através da formação da identidade nacional coletiva” (CAPELATO, 2003, pág.125).

A relação entre culturas diferentes e a iniciativa governamental de instalar a coesão nacional fizeram com que muitas comunidades imigrantes fossem levadas a participar forçosamente do caudal cultural que era constituído na esfera estatal. Em ofício enviado ao Conselho de Segurança Nacional pelo Conselho de Imigração e Colonização, o Ministério da Educação e Saúde denunciou a entrada de sessenta caixas de livros didáticos escolares em língua japonesa no porto de Santos, não podendo ser apreendidos porque não entraram no país destinado à venda.

Em resposta, o Conselho de Segurança envia o seguinte ofício reservado, em 29 de julho de 1940, encaminhando a denúncia ao Ministério da Educação e Saúde, então dirigido por Gustavo Capanema, pedindo providências:

Sabido como são férteis os japoneses em seus processos de sutileza em sua pertinência racial, contamos que V. Exe. Em seu alto patriotismo se dignará mandar estudar o assunto pela Seção de Segurança deste Ministério, no sentido de ser encontrada uma forma para neutralizar essa manobra de burla à nossa política nacionalizadora<sup>85</sup>.

Como se pode perceber, a questão da imigração assim como as políticas assimilatórias tornaram-se problema de segurança nacional. O período foi marcado por medidas de coerção com vistas a atingir as organizações comunitárias étnicas em nome da tradição de assimilação e mestiçagem características da nacionalidade.

Como coloca SEYFERTH (1999, pág. 225),

só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas, sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.

Com isso, não somente os japoneses, mas todo estrangeiro passa a ser o Outro a ser domesticado por políticas nacionalistas. Algumas comunidades conseguiram adentrar ao patamar do nacional mais facilmente que outras; contudo, todas foram acompanhadas por medidas de fiscalização do governo.

Em seus trabalhos, Tahan introduziu novas informações na cultura nacional, um ambiente novo, não totalmente fiel à cultura do outro, mas nem totalmente dominado pela sociedade receptora. Suas histórias e contos criaram um novo original que fez muito sucesso entre os leitores do período, um exótico que acenou para a possibilidade da

---

<sup>85</sup> Cel. MELLO, Raul Silveira. Chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional. 29 de julho de 1940. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC – RJ. In. FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*.

mistura, não na pureza essencial, incomunicável, mas no sentido da própria sociedade brasileira ser multiétnica.

A ideia de percorrer grandes distâncias, colocada no livro do árabe calculista, era a mesma dos primeiros árabes que no Brasil chegaram e viram na mascateação uma forma de conseguir um salto econômico. Em sua jornada, o homem que calculava viajou e se inseriu dentro de outras realidades, utilizando-se de sagacidade e sabedoria. Beremiz foi contemplado com inúmeras benesses, sendo aceito, graças às suas habilidades, pelos mais diferentes tipos de pessoas. Em uma hospedaria, em uma feira, em um caravançá ou mesmo em um palácio de um rico xeique, o mestre da matemática soube usar seus conhecimentos para conseguir inserir-se nos mais diferentes ambientes daquela sociedade. Sua sabedoria, ousadia e desprendimento, características que alguns autores atribuem aos mascates, estão presentes na personalidade do personagem de Malba Tahan.

O mascate, assim como o personagem, também deveria ater-se aos cálculos matemáticos para que seu objetivo de lucro fosse alcançado. A imagem gerida acabou sendo um mito fundador da comunidade árabe em terras brasileiras. A transformação de imigrantes em vendedores ambulantes deu-se sob as críticas e campanhas difamatórias de outras camadas que também atuavam como comerciantes. O preconceito e a desconfiança fizeram com que inúmeras histórias fossem inventadas contra os mascates, as quais, segundo BASAGLIA, eram fruto dos interesses relacionados à concorrência nos preços, modos de negociar e nas disputas pela freguesia, algo caro entre os comerciantes (2002, pág. 38).

Malba Tahan com seu *O Homem que Calculava*, vide nota 5, chamou a atenção não apenas do público que se abria para as descobertas orientais, mas também de outros nomes da literatura infantil. Monteiro Lobato, além de demonstrar seu interesse na obra de Tahan, apresentou sua admiração em passagens de suas narrativas voltadas às crianças. Em

*Aritmética da Emília*, Monteiro Lobato faz referência ao calculista em uma fala de dona Benta:

*A lição foi interrompida pela chegada do correio com uma porção de livros encomendados por dona Benta. Entre eles vieram os de Malba Tahan, um misterioso califa árabe que conta lindos apólogos do oriente e faz as maiores piruetas possíveis com os números. Dona Benta passou a noite a ler um deles, O Homem que Calculava, e no dia seguinte, ao almoço, disse: - Parece incrível que este árabe saiba tantas coisas interessantes a respeito dos números! Estive lendo-o até as quatro da madrugada e estou tonta. O tal homem que calculava só não calculou uma coisa: que com suas histórias ia fazer uma pobre velha perder o sono e passar uma noite em claro (OLIVEIRA, 2007, p.126).*

Em carta endereçada a Tahan, no ano de 1939, Lobato expõe os motivos que o levaram a apreciar o árabe escritor:

*O Homem que Calculava já me encantou duas vezes e ocupa lugar de honra entre os livros que conservo. Falta nele um problema – o cálculo da soma do engenho necessária para a transformação do deserto da abstração necessária em tão repousante oásis. Só Malba Tahan faria obra assim, encarnação que ele é da sabedoria oriental – obra alta, das mais altas, e só necessita de um país que devidamente a admire; obra que ficará salvo das vassouradas do Tempo como a melhor expressão do binômio “ciência-imaginação”.*

*Que Alá nunca cesse de chover sobre Malba Tahan a luz que reserva para os eleitos (Idem, p. 207).*

A propaganda e o elogio à obra de Malba Tahan na obra lobatiana mostram a influência literária que tomou seu trabalho. Dona Benta, uma senhora ilustrada, contudo

influenciada pela imaginação que percorria as histórias no sítio do *Pica Pau Amarelo*, aparece como uma de suas admiradoras. Ninguém melhor que essa personagem para que o escritor de Taubaté demonstrasse a importância dos escritos de Tahan.

Os dois personagens, Beremiz e Dona Benta, compartilham o gosto e a busca pela sabedoria, como evidencia o trecho acima recortado, no qual a senhora do sítio é mostrada como uma consumidora de novas informações. Beremiz, em inúmeras passagens de sua trajetória, deixa claro o amor e a necessidade pela busca de novos conhecimentos e aprendizados, vistos pelos construtores do Brasil moderno como desejos necessários para que fosse construída uma nova e moderna Nação.

*- Não se admire, meu amigo – prosseguiu o inteligente persa – que eu queira ver turbantes com formas geométricas. A Geometria existe por toda parte [asserto atribuído a Platão]. Procure observar as formas regulares e perfeitas que certos corpos apresentam. As flores, as folhas e muitos animais revelam simetrias admiráveis que nos deslumbram o espírito. (...) Há enfim, infinita variedade de formas geométricas espalhadas pela Natureza. (...) A abelha constrói seus alvéolos com a forma de prismas hexagonais e adota essa forma geométrica, segundo penso, para obter a sua casa com maior economia possível de material. A Geometria existe, como já disse o filósofo, por toda a parte. É preciso, porém, olhos para vê-las, inteligência para compreendê-la e alma para admirá-la (TAHAN, 1949,p. 39).*

Muitos aspectos da matemática são adotados no livro; entretanto, as descrições de ambientes, costumes, comidas, roupas, entre outros, contribuem para a riqueza de *O Homem que Calculava*, no que nasce a construção da diferença, mas que, aos olhos do leitor, se mostra uma bela diferença.

*Era uma casa principesca de puro estilo árabe, com um pequeno jardim ensombrado por filas paralelas de laranjeiras e limoeiros. Do jardim passava-se para o pátio interior por uma porta estreita (...). O chão do pátio, da galeria e dos quartos era todo coberto por esplêndidos mosaicos de quadrinhos esmaltados de cores variegadas (...). No meio do pátio havia uma fonte e, mais adiante, outra, com três repuxos dentro de um vão de muro revestido de mosaicos de estrelas e rosas. Do meio de cada arco pendia uma grande lanterna mourisca. Tudo ali era faustoso e senhoril (Idem, p. 26).*

Ou ainda:

*Lá fora, nos jardins, reinava a mesma pompa, realçada pela mão da Natureza, perfumada por mil odores diversos, alcatifada de verdes alfombras, banhada pelo rio, refrescada por inúmeras fontes de mármore branco, junto às quais um milheiro de escravas trabalhava sem cessar (Ibidem, p. 74).*

Suas descrições aguçam a imaginação do leitor, a ponto de criar um novo oriente, afastado daquele que pouco se conhecia, mas do qual, também, tanto se queria distância. Suas falas diminuem as diferenças entre ocidentais e orientais, criando uma nova relação com o Outro. O espaço é um componente da construção do mundo árabe de Tahan, que leva o leitor ocidental a conhecer o mundo arábico e a reavaliar sua cultura e as características dela própria. Por isso, os ambientes não são uma cópia da realidade<sup>86</sup>, e sim uma seleção ou idealização do que seria o espaço a ser traduzido.

*O aposento em que devia Beremiz realizar o seu curso de Matemática era espaçoso. Dividia-o no centro pesado e farto reposteiro de veludo vermelho que descia do teto até o chão. O teto era colorido e as colunas douradas. Achavam-se espalhadas sobre os tapetes grandes almofadas de seda com legendas do Alcorão (TAHAN, 1949, p. 60).*

---

<sup>86</sup> Basta lembrar que Júlio César de Mello e Souza nunca esteve frente a frente com um palácio de um califa, sob o sol ou sobre as areias do deserto.

Na descrição abaixo, o autor mostra como era uma *suque*, lugar ou rua em que se localizavam as tendas ou casas dos mercadores:

*Os bazares surgiam apinhados de gente; os paços das estalagens estavam atulhados de mercadorias; às portas das mesquitas os fiéis rezavam. Por todas as ruas só se viam os turbantes brancos dos forasteiros (...). Estava o ar impregnado de um cheiro agudo de aloés, de especiarias, de incenso, de quife; parecia que se andava numa imensa loja de droguista (Idem, p. 32).*

Vê-se que os ritos religiosos se fazem presentes nas obras de Malba Tahan; as características de muçulmanos e de sua religião, parte dos enredos de suas produções. Não diferente, em *O Homem que Calculava*, estão presentes inúmeras passagens nas quais o islamismo é colocado para o conhecimento do leitor.

*Toda pesquisa de ciência é precedida pela prece. Foi, pois, com a prece que Beremiz iniciou:*

*- Em nome de Allah, Clemente e Misericordioso! Louvado seja o Onipotente criador de todos os mundos! A misericórdia é em Deus o atributo supremo! Nós Te adoramos, senhor!, e imploramos a Tua divina assistência! Conduze-nos pelo caminho certo! Pelo caminho dos esclarecidos e abençoados por Ti!<sup>87</sup> (TAHAN, 1949, p. 61).*

Assim como,

*- Allah é grande e Mafona é o verdadeiro enviado de Deus! Vinde à prece, ó muçulmanos! Vinde à prece!*

*Os mercadores, precedidos por Beremiz, estenderam os seus tapetes coloridos, retiraram as sandálias, voltaram-se na direção da Cidade Santa e exclamaram:*

*- Allah, Clemente e misericordioso! Louvado seja o onipotente criador dos mundos visíveis e invisíveis! (Idem, p. 71).*

---

<sup>87</sup> Segundo nota do autor, o texto acima é a primeira surata do Alcorão.

No decorrer de seu texto, existem momentos em que o autor e o tradutor, Breno Alencar, apresentam ao leitor a tradução de alguns termos característicos da cultura oriental. Essa tradução pode aparecer em notas de rodapé ou mesmo no corpo do texto, sendo a palavra estranha precedente à tradução.

*Cheique – termo de respeito que se aplica, em geral, aos sábios, religiosos e pessoas respeitáveis pela idade ou posição social (p. 15).*

*Vizir – ministro – Califa – soberano muçulmano. Os califas diziam-se sucessores de Maomé (p. 16).*

*Os muçulmanos emprestam grande importância a qualquer juramento feito pelo nome de Maomé ou Maomé que eles veneram como profeta de Deus. Maomé foi o fundador da religião muçulmana, isto é, do Islam (p. 17).*

*Preces – As preces obrigatórias para os muçulmanos são em número de cinco. A primeira ao nascer do dia, a segunda ao meio dia, a terceira às quatro da tarde mais ou menos; a quarta ao pôr do sol e a última à noite. A prece deve ser precedida de ablução (p. 25)<sup>88</sup>.*

*O Alcorão prescreve pena cruelíssima: o ladrão deve ter a mão direita amputada. (Nota de Malba Tahan) (p.45).*

Ou ainda, poderiam servir de canal para a propaganda de outros trabalhos do autor. Na nota abaixo, Malba Tahan serviu-se de uma passagem de seu livro para citar obra de seu criador, Júlio César de Mello e Souza. Esse fato mostra a união, mas também o afastamento de criador e criação:

*Para um estudo mais aprofundado sobre a teoria dos ‘números amigos’ convém ler Mello e Souza – ‘Dicionário da Matemática’ (p. 78).*

Pode-se perceber que a tentativa de Tahan em apresentar a cultura oriental árabe em seu texto é uma forma de humanização do *outro*, antes tratado apenas como excêntrico e passível de ser excluído da sociedade nacional. Uma forma de levar à percepção do leitor a

---

<sup>88</sup> Explicação ao narrar um fato que se passa após a segunda prece do dia.

maneira como a outra cultura tem de agir em momentos do cotidiano. Com isso, o leitor pôde perceber que aquilo que parecia “exótico”, sob a ótica europeia, poderia ser bem próxima de nossa realidade, ou mesmo tornar-se ela própria.

No momento da escrita da obra, a colônia árabe no Brasil já buscava sua estabilização social, apresentando um relevante papel e atuação no cenário econômico em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, não contavam com o *status* que desejavam dentro destas sociedades. Tinham o capital, porém a respeitabilidade foi sendo gerada e gerida aos poucos, conforme a renda aumentava. Os censos realizados em 1920 e 1940 fornecem dados sobre a quantidade de estrangeiros no Brasil, sinalizando a localização da população síria e libanesa no Brasil. Na tabela abaixo, pode-se visualizar os principais destinos dos imigrantes de origem síria e libanesa. Nota-se com clareza que São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais destinos escolhidos pelos que aqui chegavam.

Muitos foram os caminhos abertos pelos descendentes de árabes para sua aceitação no seio da sociedade nacional: publicações, como jornais, revistas e folhetos; clubes de futebol e de beneficência, como casas de auxílio e hospital. Além de serem os desbravadores do comércio interiorano, adentraram também no terreno da aceitabilidade.

De mascates a pequenos comerciantes, depois varejistas, atacadistas e industriais. Vencidas as dificuldades da primeira geração, os pioneiros trataram de buscar para seus filhos a ascensão socioeconômica por meio da educação. Queriam vê-los como doutores, e assim muitos o fizeram, aproveitando-se, no início, de clientelas cultivadas na própria colônia, depois estendidas a outros estratos sociais. A ideia de um personagem errante pode estar relacionada ao fato de ele próprio sempre perseguir algo que não lhe estava dado de forma clara e fácil. Contudo, ao conhecer a jovem pela qual se apaixonou, sem mesmo ter visto seu rosto uma única vez, o calculista fincou bases, criou e gerenciou o espaço social que necessitava para conseguir seu objetivo: casar com Tessalim. Podemos dizer, assim,

que Malba Tahan fabricou um oriente aceitável e intrigante, que dava ao leitor a oportunidade de sonhar e imaginar. Esse oriente traduzido para o nacional criou uma nova identidade árabe, sem exotismos e preconceitos, ofertando ao leitor os encantos e diversidade daquele povo.

Nesse tocante, não se pode duvidar do caráter didático que apresenta sua obra, a qual pode ser apreendida em duas linhas de entendimento: em primeiro lugar, pelos ensinamentos matemáticos que são dispostos, utilizados e desvendados durante todo o livro encantam pela forma simplificada e poética com que são utilizados. Em segundo, pelo ideal pedagógico utilizado ao traduzir e ensinar os significados simbólicos de algumas situações e características de outra cultura.

Tradução e informação são os pilares da obra *O Homem que Calculava*, em uma miscelânea de história, matemática, costumes e tradições apresentada no campo da literatura e disposta de forma que encantar-se com as descrições dos lugares e compreender os problemas resolvidos por Beremiz Samir não eram a mesma tortura que estudar a ciências dos números em um banco escolar. Mostrou, em sua caminhada, as curiosidades de um mundo maravilhoso o qual teve a ousadia e criatividade de arquitetar e construir nas páginas de seu livro. Edificou uma estrada por onde passavam brasileiros e árabes, sem a barreira do desconhecido e muito menos do exótico, tornando-se um facilitador para se conhecer e descobrir outra realidade, diferente; todavia, passível de tradução e transformada em modelo acessível e aceitável para o leitor.

***Maktub: uma nova percepção***

Em 1935, ano de lançamento de *Maktub*, as colônias síria e libanesa no Brasil já contavam com grande participação econômica no país e buscavam legitimarem-se com a criação de entidades filantrópicas, realizando campanhas de solidariedade para patrícios ou nacionais, e com a fundação de clubes de convivência pelas grandes cidades do país.

O livro possui uma rápida apresentação do termo *Maktub*, no qual apresenta a filologia do termo, Bruno Alencar Bianco faz uma ligação do seu significado – “tinha que acontecer” – ao fatalismo também encontrado na Bíblia cristã<sup>89</sup>, mais precisamente no livro de Reis.

*Maktub é apenas uma fórmula clássica, perfeitamente ortodoxa, por meio da qual o crente reafirma que seu espírito se acha plenamente conformado com os desígnios insondáveis da vontade de Deus.*

Composto de 42 contos, o livro permite ao leitor conhecer alguns costumes e curiosidades de povos e culturas, até então diversos, cuja alcunha podia ser de “curiosos”, pois, diferente de hoje, quando podemos conhecer o novo em tempo real, o livro em destaque é contemporâneo a grandes processos para o período: a expansão do mercado do livro no Brasil e a um acontecimento que marcou de forma bastante relevante o discurso de construção da nacionalidade: a confecção da Constituição promulgada em 1934, que tinha como objetivo a campanha estatal pela brasilidade.

LESSER (2001, p. 101) chama a atenção para o movimento antiárabe que surgiu no final do século XIX no Brasil; destaca editoriais de jornais, nos quais são tidos por “vagabundos turcos”<sup>90</sup>; problemas gerados por agentes policiais, e um relatório da

---

<sup>89</sup> O fato de o próprio autor colocar a aproximação entre as duas correntes religiosas demarca a intenção de traduzir uma cultura para a outra. Nesse intuito, *Maktub* será de extrema valia para que os brasileiros conhecessem a cultura árabe.

<sup>90</sup> *Mariannense*, 1888 (LESSER, 2001, p.100)

Sociedade Central da Imigração exigindo que se evitasse que os árabes embarcassem para o Brasil, tal como aconteceu nos Estados Unidos (Idem, p.101).

Edgard Roquete Pinto via os imigrantes árabes como um embrião regressivo atacando a nação brasileira e deixou claro seu ponto de vista por esses imigrantes em Rondônia:

No coração do Mato-Grosso, na Amazônia, em Minas Gerais, na capital da República, vivem grandes massas de mercadores turcos. Embora, pelas condições do seu mister habitual, sejam obrigados a entrar em relação com os brasileiros, vivem, de fato, perfeitamente segregados na sua raça, suas normas, no seu feitio. Ninguém sabe ao certo como se chamam, de onde são, que religião professam. Vivem lá entre si, ignorados *quasi* pelos brasileiros. (...) Seria injusto negar os serviços elementares que prestam essas mascates à populações do interior. É uma imigração que cumpre, na hora atual, missão de utilidade; não tem trazido, porém, nenhum gérmen de progresso<sup>91</sup>.

A chave para a aceitação dos sírio-libaneses como constituintes do sentimento nacional brasileiro foi sua qualificação econômica, a partir do momento em que passaram de mascates a industriais. A visão de agrestes, exóticos e atrasados manteve-se em textos que discutiam os ideais de etnicidade e nacionalidade, contudo, com menores graus de ataque ou mesmo em menor número.

Foi pela ascensão social que sírios e libaneses foram elevados à categoria de “brancos”, no que tange a cultura ocidental e não a caráter biológico. A construção do outro em Malba Tahan, em sua obra em geral e nesta em especial, é um choque entre a cultura ocidental, por nós conhecida e vivida, com a cultura oriental, deveras desconhecida em sua amplitude e complexidade até os dias de hoje. Não obstante, o que a obra do autor nos permite perceber é a questão de como o oriental é traduzido para o nacional, ou seja, permite tê-la como uma expansão do discurso da etnicidade naquele contexto de divisão entre aceitáveis e não aceitáveis.

---

<sup>91</sup> Apud. LESSER, 2001, p. 102

Nessa perspectiva, os livros de Malba Tahan poderiam ser tomados como um dicionário daquela cultura, transposta, é claro, para a nossa. Ao traduzir a cultura oriental para o entendimento e conhecimento do nacional, o autor tenta retirar da cabeça de quem os lê a ideia de exóticos, ou seja, preconceitos com uma cultura que já estava no Brasil, contudo ainda não era totalmente conhecida por intelectuais e pela população em sua grande parte. É nesse contexto de discussões acerca dos desejáveis à nação que ganha corpo a literatura orientalizada de Malba Tahan e, em especial, a de *Maktub*. As páginas de sucesso reúnem contos de personagens e situações de diferentes lugares, mostrando o cotidiano e *flashes* da cultura arábica.

Alguns dos contos presentes na obra foram reeditados. Os contos “A Pequena Luz Azul”, “O Sábio da Efelogia”, “A última Vontade do Rei Hibban”, “O Nariz do Rei Mahendia”, “O Castigo”, “A Sopa”, “A Primeira Pedra”, “Bom, mas não muito”, “O Palácio das Mil e Tantas Luzes”, “Sassevasá” e “Devoradores de Reis” já haviam sido publicados na obra *Contos de Malba Tahan*, publicado no ano de 1925 e que tinha como tradutor o professor Júlio César de Mello e Souza<sup>92</sup>.

*Meu Natal em Bagdá* é um dos 42 contos publicados na coletânea *Maktub*, uma história que se passa na cidade de Bagdá, onde Malba Tahan, na companhia de alguns amigos sírios, participa de um culto em uma igreja cristã, ambiente onde se passará a maior parte da narrativa, em comemoração ao dia do Natal. Muito do que se discutia em relação à aceitação de novas levas de imigrantes sírios e libaneses para o Brasil residia na questão da religião.

Para muitos, a crença trazida por estes imigrantes era condensada no binômio fanatismo-bigamia, cujo deus, profeta, ritos e costumes diferiam do ideal de nação católica

---

<sup>92</sup> Os cinco primeiros contos descritos também já haviam sido publicados no jornal *Folha da Noite*, no mesmo ano, 1925 (SIQUEIRA FILHO, p.42).

que deveria ser inculcada na sociedade brasileira. No caso de *Maktub*, a ideia de islâmico é deixada de lado pelo autor, talvez isso fosse uma forma de evitar problemas e constrangimentos, levando-se em conta os debates então travados. No conto em questão, o autor faz uma referência aos cristãos advindos do Oriente Médio que, no grupo que para o Brasil imigrou, era maioria, no caso denominados maronitas<sup>93</sup>.

Voltando ao conto, entre os sírios encontrava-se um poeta, Fauzi Maluf, personagem que, durante a entonação de um cântico, tem como que uma dádiva a inspiração para escrever um novo poema, sentindo-se na obrigação de agradecer àquele que preside o culto e responsável pela música que o maravilhou. O poeta, tomado pelo acontecido, pede para que o narrador presenteie com “vinte rupias” o “padre de barba loura que cantou ‘Senhor Jesus, ó luz do mundo’”. Contudo, como forma de mostrar o desprendimento material inerente a tais religiosos, são apresentadas ao leitor inúmeras negativas quanto à aceitação do presente que, a cada novo presenteado, repassa a um outro a responsabilidade pelas maravilhas causadas a quem ouve a música.

Na terceira tentativa de entregar o presente, Malba Tahan chega na presença do padre Nicolau, que recebe de bom grado a quantia, com a condição de agradecer pessoalmente seu admirador. Porém, ao avistar o seu benfeitor, o religioso apresenta uma surpreendente reação ao reconhecer sua esposa, Evelina, que o acompanhava. Após um curto silêncio, Nicolau devolve o dinheiro e, muito sério, desculpa-se, em um aparente constrangimento, e diz:

*- ‘Entregue esse presente de Natal à Evelina: foi ela, meu caro, a única inspiradora!’ E sem mais uma palavra, encaminhou-se cabisbaixo para o interior do templo.*

---

<sup>93</sup> Seita religiosa que surgiu no norte da Síria e que tem como fundamento o cristianismo. Com pequenas diferenças, os maronitas podem ser comparados aos católicos, contudo, a sua liturgia é feita em siríaco e os membros de seu clero podem casar-se (HAJJAR, 1985, p. 49).

E é se referindo a duas nuvens solitárias no céu de Bagdá que Tahan termina sua narração de um amor impossível; duas nuvens brancas que “pestanejam ao longe, como se fossem almas caravaneiras perdidas pelo céu”.

A mentalidade oriental trazida pelos imigrantes era sinuosa e estranha. No entanto, o conto “*Meu Natal em Bagdá*” apresenta aos leitores brasileiros uma Síria diferente da amplamente imaginada, a começar pelo próprio título que nos remete a uma comemoração cristã. Porém, em nenhum momento da narrativa Malba Tahan se refere ao catolicismo de forma direta, mas o agrega por meio de personagens, como os padres e o bispo. Para o leitor, os personagens estariam vivenciando um culto e uma história de amor dentro de uma realidade católica, não obstante o que foi narrado por um culto de origem maronita; contudo, isso não foi revelado ao leitor.

Na passagem seguinte, é possível identificar a ligação feita pelo autor entre os sírios maronitas e o catolicismo desejado:

*A escuridão espessa derramava-se, ainda, por todos os cantos e recantos; os fanáticos muçulmanos, erguendo suas pesadas lanternas, despejavam sobre nós, míseros cristãos, olhares cheios de ódio e desconfiança.*

Nesse pequeno trecho, os “míseros cristãos” personificados nos sírios sofriam com a presença dos “fanáticos muçulmanos”. O que é interessante ter em mente ao ler tal posicionamento é a predisposição com o Outro. Aqui, o Outro é representado pela figura dos maometanos, um Outro incivilizado e que oferece riscos a “nós” e à nossa sociedade, esta, formada pelos brasileiros com a participação e ajuda da comunidade síria. Tal afirmação de identidade, o não ser muçulmano, traduz o desejo da comunidade síria de ter acesso a um bem simbólico, no caso, participar da construção de uma

nacionalidade, e o desejo da nacionalidade brasileira de mostrar-se pautada nos ensinamentos e costumes baseados na tradição cristã.

Outras passagens do conto podem exemplificar a aproximação entre sírios e cristianismo e, com isso, marcar seu distanciamento da cultura muçulmana. No cântico que foi o ápice da narrativa, existe a seguinte passagem: “*Senhor Jesus, ó luz do mundo, eu te bendigo*” e ainda, “*é meu Deus*” e não Alá, como sugere a designação comumente utilizada pelos seguidores de Maomé e, também, como o autor utiliza em outras obras que escreveu sobre o mundo árabe.

Com isso, pode-se supor que Malba Tahan, ao fazer uma crítica à cultura muçulmana, colaborou com os mecanismos empregados para reforçar a representação do sírio como cristão, mas, acima de tudo, ocidental. Distanciando-os, assim, dos estereótipos popularmente empregados à população maometana, tais como o fanatismo religioso, costumes exóticos e a poligamia, ligando tal povo à sua raiz árabe. Sua construção de oriente, baseada na cultura árabe e na cultura local, não possui uma essência imutável, mas sim manipulada dentro das convergências e divergências da realidade, ou seja, é criada e recriada conforme os reflexos da sociedade que irá consumir a obra. Em *O Homem que Calculava*, escrito em 1938, três anos depois de *Maktub*, não há nenhuma referência ao cristianismo, mas toda a obra é baseada nos costumes e ensinamentos da religião muçulmana.

A negociação cultivada pelos grupos árabes com a elite brasileira perpassou por momentos em que os primeiros precisaram se afirmar como não negros e não fanáticos e exóticos, até alcançar um patamar onde não mais estariam sujeitos a ataques étnicos, portadores da tão apreciada civilidade, cujos maiores representantes eram os brancos de origem europeia. Contudo, buscou-se manter características da cultura de origem, em

uma costura de tradições que permitiu a criação de uma “brancura” que incluísse também o Oriente Médio em posição de igualdade com a Europa, o que facilitaria sua aceitação e o posterior *status* de brasileiro. LESSER (2001) afirma que esse processo de “elevação racial” deveu-se em grande parte à participação da comunidade árabe no contexto econômico da época, facilitando sua aceitação pelas elites de então.

### **Relatando um novo Oriente**

O palestino Edward Said, ao conjecturar sobre a construção do entendimento que ocidentais construíram acerca do Oriente, não negou a nenhum intelectual ou homem de letras a responsabilidade pela manutenção da divisão entre Oriente e Ocidente. Na elaboração ocidental, o mundo apresentaria duas faces antagônicas, divididas arbitrariamente: Ocidente e Oriente, forma esta de o primeiro melhor submeter e justificar a submissão do segundo. Para ele, mais que uma marca geográfica, um discurso mantido não apenas no campo político, mas também por poetas, romancistas e outros pensadores que cristalizaram uma concepção ideológica que distingue oriente e ocidente como culturas díspares e impenetráveis:

O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o “o Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente”. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economicistas e administradores imperiais, aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, “mente”, destino e assim por diante (SAID, 2001, p.14).

Portanto, segundo a defesa de SAID, enquadram-se no ideal de orientalista todo aquele que constrói determinado discurso de forma a buscar uma tutela e diferenciação entre dois marcos culturais distintos, o *Outro*, Oriente, e *nós*, Ocidente. As origens dessa

construção do Oriente e sua absorção intelectual estão ainda no período medieval e no processo de Reconquista, momento em que o mundo islâmico entrou no raio de visão dos povos da Europa. A partir daquele momento, o mundo árabe-muçulmano passou a ser o grande contrário complementar concorrente da Europa, uma concepção disseminada e estimulada por meio de cartas, relatos, descrições políticas, ou mesmo de viajantes que viam no outro sua diferença (TORCATO, 1996, p. 02).

A familiaridade com os relatos e as revelações de experiências extra cotidiano, segundo TODOROV, nasceu com o advento das grandes navegações realizadas e narradas por europeus nos séculos XV e XVI. De acordo com o autor, “desde a alta Idade Média, relatos mais ou menos fantasistas gozam da simpatia do público e mantém acesa sua curiosidade”<sup>94</sup>. Ademais, o contato com outras populações trouxe aos renascentistas europeus a consciência da sua diversidade histórica, “pois, começam a se considerar os herdeiros de duas tradições bem separadas, a greco-romana, de um lado, a judaico-cristã, de outro”. Essa percepção fez com que a diferenciação perante o Outro fosse “colocada num compartimento vazio”, para que esta alteridade fosse mais visível e melhor assimilada.

Vemos isso claramente, por exemplo, no decorrer da conquista espanhola da América. Quando os conquistadores descobrem lugares de culto, dão-lhes espontaneamente o nome "mesquitas": o mecanismo aqui se propaga pois o termo começa a designar qualquer templo destinado a uma religião não-cristã (TODOROV, 1999, p.14).

A ideia seria, portanto, tornar familiar o desconhecido. Contudo, a linha demarcatória entre nós e o *Outro* deverá aparecer nessa tradução: o templo é religioso, não obstante de uma cultura diferente, portanto, “mesquita”. Com esse mesmo entendimento, o

---

<sup>94</sup> Para o autor, o primeiro relato verdadeiro, do ponto de vista do leitor atual, foi a narração de Marco Pólo de sua viagem à China, que abriu os caminhos para outras viagens, como a de Cristóvão Colombo.

autor encara a leitura do relato na atualidade com um significado diferente do apreendido pelo leitor do século XVI. Apesar de apresentarem a mesma forma de construção, os relatos são lidos com outros olhos. Sua tese é de que, inconscientemente, o leitor imagina nos relatos “uma narração pessoal e não uma descrição objetiva, mas também viagem”<sup>95</sup>, um marco, portanto, e circunstâncias exteriores ao sujeito”.

Neste caso, a primeira relação de alteridade entre o narrador e seu objeto de narrativa é que não devem partilhar do mesmo quadro ideológico. Nesse sentido, a descoberta que o narrador faz do outro, seu objeto, o leitor a repete em miniatura ao próprio narrador. No caso de Malba Tahan, seu objeto narrado são as experiências de árabes nas mais diferentes situações, o que gera no leitor, segundo o que pensa TODOROV, um processo de conhecimento, não apenas do que está sendo narrado, mas também daquele que produz os relatos, nesse caso outro árabe.

Outra prerrogativa para o gênero relato é que o narrador deve ser diferente de nós, mas não muito, e em todo caso não tão diferente quanto são para nós os seres que constituem o objeto de seu relato. “O narrador típico será portanto um europeu”, ou o indivíduo que compartilhe seu arsenal ideológico e as premissas que são inerentes à ideia de sobreposição cultural. No sentido que atribuí a seu texto, os relatos seriam uma peça chave para entender o ideal de superioridade do homem de cultura ocidental e suas relações de alteridade com o diferente que, em muitos casos, teria como representação o oriental.

Portanto, um outro entendimento da obra de Malba Tahan surgiria de seu caráter mágico, mas que traz em seu bojo o diferente, o qual poderia ser entendido sob duas óticas. Primeiro como uma forma de o leitor reconhecer em seus escritos as ligações entre duas

---

<sup>95</sup> O autor parte da premissa de que “viagem” tem mais significados que apenas o de deslocamento espacial, mas liga-o à ideia de mudança, pois “o relato também se alimenta da mudança; neste sentido, viagem e relato implicam-se mutuamente”.

culturas distintas, as quais, em seu arsenal literário, aparecem de forma mestiça, traduzidas para seu entendimento cotidiano. Segundo, seus relatos fantasiosos poderiam demarcar a linha que nos separa daqueles, apresentando os orientais como sujeitos que não compartilham dos mesmos ideais e, dessa forma, a mestiçagem em sua literatura teria a ideia de controlar a cultura que dá fundo a seus contos.

MUNANGA afirma que:

A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências, destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio. Por essa razão, a mestiçagem como etapa transitória do processo de branqueamento, constitui peça central da ideologia racial brasileira (2008, p. 95).

Com sutileza, a unidade não constituída pelo branqueamento da pele, a negociação da identidade parte para o campo do sociológico e, dessa maneira, a mestiçagem ocorre de forma a atender aos critérios político-ideológicos para a manutenção de formas de poder. O modelo de nação pensado pelos intelectuais do início do século XX “tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada em uma visão eurocêntrica” (idem). Portanto, se Malba Tahan for pensado dentro deste contexto, seu mundo original deve ser entendido também como um relato de um mundo diferente, um mundo construído por meio da integração das diversidades ou pluralidades culturais.

Ao entender a cultura nacional como uma colcha de retalhos e não uma unidade, a política levada a cabo não impediu a produção cultural das minorias, ou que se referiam a elas, apesar da repressão que existiu, impedindo apenas inibir a expressão política dessas minorias enquanto oposição dentro do contexto nacional. Portanto, o conjunto dos escritos de Tahan deve ser entendido como produção híbrida, na qual a cultura árabe é traduzida de forma a atender às prerrogativas da busca desta unidade, pois o que chega ao leitor não

vem de uma escrita cujo interesse é mostrar apenas o que pode ser entendido como estranhamento.

Para o intelectual francês Serge Gruzinski, autor de *O Pensamento Mestiço*, o termo mestiçagem ganha exemplificação nas misturas que ocorreram em solo americano no século XVI, entre nativos e europeus, gerando uma fusão que ainda hoje pode ser notada em cultos afro-brasileiros, por exemplo. A troca cultural, a princípio, era impensada pelo pensamento eurocêntrico. Contudo, foi vista como uma ferramenta facilitadora na empresa colonizadora, tanto no que tange os poderes militares, econômicos e culturais. Dessa forma, a mestiçagem foi uma troca cultural de via dupla, pois enquanto os europeus buscavam transplantar o mundo europeu, transferindo para cá seus imaginários e instituições, os indígenas procuraram brechas que lhes permitissem sua expressão (GRUZINSKI, 2001, p.316).

Para conseguir demonstrar que sua conceituação pode ser utilizada dentro de diferentes espaços e temporalidades, exemplifica a partir da obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Para GRUZINSKI a obra é representativa da mestiçagem, pois, é capaz de dar naturalidade à mistura entre a tradição oral indígena e o capitalismo europeu, criando um terceiro elemento, diferente da cultura do autóctone, assim como da cultura “ocidental”.

Para tanto, utilizou o conceito de “atraidores”, ou seja, um tipo de forma artística que permite o ajuste entre si de peças díspares, reorganizando-as e dando a elas sentido. O atraidor funcionaria como uma ponte, paralelo entre universos culturais díspares que, ao serem colocados em contato, tenderiam a se unirem e a se mesclarem, resultando em uma comunicação criada a partir de dois modos de expressão desiguais (GRUZINSKI, 2001, p.197).

Em sua defesa da mestiçagem, coloca ainda que os elementos que tradicionalmente foram tidos, ora como distorção do modelo europeu, ora como corrupção da cultura

indígena, devem ser entendidos como elementos de integração da obra criada entre as duas culturas. Portanto, passam a ser avaliados a partir da construção de uma coerência interna da obra, a partir dos conflitos culturais dos quais ela emerge. Portanto, o entendimento da obra de Malba Tahan é creditado a uma mestiçagem cujo interesse cultural estaria em colocar o árabe dentro do contexto de produção da identidade brasileira. Assim, “para a cultura de origem, a tradução é o preço para a visibilidade; para a cultura de recepção, é a janela que dá novos ares (...)” (PIRES, 2008, p.03).

Um exemplo do que é dito por GRUZINSKI é a citação de elementos compreendidos pela cultura brasileira com elementos da cultura estrangeira, que podem ser encontrados em algumas passagens da obra de Tahan. No livro *Minha Vida Querida*, no conto “A Noiva do Cheique”, pode ser encontrada a seguinte narrativa acerca de uma jovem a ser preparada para o casamento:

A habilidosa Zenuja modificou, com uma tinta muito forte, a cor das minhas sobrancelhas; transformou os meus lábios em dois rubis únicos e tentadores; e, com um creme muito fino e perfumado, chegou a fazer-me morena como Fátima e muito mais bela do que eu era realmente (TAHAN, 1963, p. 57).

Na mesma página em que o autor faz referência à santa católica Fátima, o autor se utiliza de elementos da cultura islâmica e árabe para continuar sua narrativa:

- Allah é grande! A menina vai casar ...  
O Henné é raro na casa da noiva ...  
A mãe saudosa deixa-se estar no tamená  
E reza ao Profeta ...

A tradução que prepara do Oriente, ao escolher e selecionar palavras e informações, populariza um conhecimento que compartilha, portanto, de dois pontos: primeiro, a necessidade de a comunidade árabe se inserir e se autoafirmar dentro da comunidade que os acolheu; segundo, ao traduzir uma cultura para o nacional, o próprio autor mostra sua

crença na possibilidade da mistura, não na pureza, mas sim porque o conhecimento do outro ajudaria rever sua própria cultura.

## Terra de Tratado

Silvia Maria Montenegro, em seu texto *Identidades Muçulmanas no Brasil: entre o arabismo e a islamização*<sup>96</sup> apresenta três caracterizações territoriais acerca da inserção e aceitação da religião islâmica. Segundo a tese defendida pela autora, essas zonas, internamente diversificadas do ponto de vista doutrinário, “não podem ser reconhecidas tomando apenas como princípio sua localização geográfica”, considera necessário a interpretação religiosa da comunidade islâmica. Segundo ela, essas três categorias expressam a relação entre a comunidade muçulmana e outros grupos em determinado território e são referência para os fiéis desde os primórdios da criação da religião.

Para os maometanos, o mundo pode ser dividido em três grandes zonas, denominadas de “*Dar al-Islam, Dar al-Harb e Dar al-Muahadah*”, significando respectivamente, território onde os islâmicos são maioria e vivem em harmonia com minorias religiosas, a segunda classificação seria “terra de guerra”, ou seja, onde a comunidade islâmica é perseguida, reprimida ou expulsa. Já a terceira classificação, *Dar al-muahadah*, pode ser caracterizada como terra de tratado, ou seja, o território onde mesmo em minoria a comunidade islâmica pode conviver em paz com outras comunidades religiosas e com o Estado.<sup>97</sup>

Se esta categorização da relação entre muçulmanos e a comunidade do entorno ser levada em consideração a relação entre brasileiros e muçulmanos, na atualidade, pode ser colocada como uma relação diplomática e caracterizada como *Dar al-Muahadah*. Não obstante, em outros momentos históricos a relação entre Brasil e comunidade islâmica esteve pautada pelo *Dar al-Harb*, ou seja, uma relação de conflitos e perseguições. Este último pode ser exemplificado pela perseguição aos cativos africanos provenientes do

---

<sup>96</sup> MONTENEGRO, Silvia Maria. *Identidades Muçulmanas no Brasil: entre o arabismo e a islamização. Lusotopie*. 2002/2:59-79.

<sup>97</sup> Idem, p.62.

norte do continente africano, ainda no século XIX, quando da revolta dos Malês na cidade de Salvador

Contudo, mesmo dentro deste território aberto ao diálogo religioso, a autora apresenta certas características que definem e diferenciam a comunidade islâmica. Como exemplificação desta diferenciação interna Montenegro apresenta as divergências ideológicas entre os grupos muçulmanos de São Paulo e Rio de Janeiro, as duas principais comunidades instaladas no Brasil. Ou seja, a diferenciação está no fato de se proclamarem arabistas ou não, o que caracteriza as identidades locais e suas relações com o entorno e o grupo muçulmano instalado no país e internacional.

Enquanto o grupo paulista se auto identifica como defensores da cultura árabe, os islâmicos cariocas não se identificam com uma identidade árabe. Ao contrário, aderem a um tipo de islamismo que se opõe a que esta tradição religiosa possa ser associada a uma identidade étnica específica. Ou seja, enquanto São Paulo pode ser considerada arabista, o Rio de Janeiro apenas se identifica com um ideal islamizante e acredita que o arabismo seja apenas um apelo étnico não constituindo um pilar para a fé muçulmana.

A mesquita carioca e seu grupo de intelectuais entendem o arabismo como uma ideologia que não vai ao encontro dos ensinamentos muçulmanos, considerando-o uma defesa que deve ser desvinculada do Islã. Tal conceito está ligado aos movimentos nacionalistas da década de 1920, de origem árabe cristã, um preceito de nacionalismo importado do continente e ideólogos europeus e que desnaturalizaria a ideia da *Ummah*<sup>98</sup>.

Essas determinações auxiliam no entendimento de como a comunidade árabe brasileira se entende como um grupo étnico ou apenas religioso, pois, enquanto a comunidade paulistana se diferencia pela busca de uma identidade árabe, a carioca mostra-se preocupada mais com a questão religiosa e suas diferenças intrínsecas.

---

<sup>98</sup> *Ummah* é a ideia de que todos os seguidores da fé islâmica constituem uma irmandade, ou seja, independente de origem étnica os muçulmanos forma uma comunidade mundial de crente.

Essas tomadas de posições das colônias muçulmanas do Rio de Janeiro e de São Paulo nos ajudam a pensar a literatura de Malba Tahan no sentido de encaixá-la em um discurso que tenderia para a islamização ou para a arabização. Sua literatura parte de ambientes e personagens árabes, mas que apresentam características islâmicas e também não islâmicas, dependendo do contexto em que se passa a narrativa. Em suas obras há a aparição de personagens judeus, cristãos e árabes em contextos e paisagens orientais.

Ou seja, não há uma tentativa de islamização, mas sim de arabização, ou seja, de demonstrar, apresentar os principais caracteres daquela cultura e, entre eles a religião de grande parte do mundo árabe. O que, de fato, estaria de acordo com a comunidade árabe instalado no Brasil no início do século passado. Os imigrantes de origem árabe que chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e início do seguinte eram, em sua maior parte, signatários da religião maronita e não muçulmana. Os seguidores desta última começaram a entrar no país em maior número a partir de meados do século passado.

São vários os personagens e diferentes as suas origens, contudo, em sua maior parte os cenários são os mesmos, o mundo árabe. No conto “O Sábio da Efelogia”, o autor narra a história de Vladimir Koliévich, homem nascido na Letônia e cuja principal característica era ser conhecedor da “efelogia”, ou seja, a ciência do F. O personagem havia decorado todo o tomo da letra F de uma enciclopédia francesa. Contudo, a história que gira em torno do sábio da “efelogia” acontece em uma sala de jantar de um hotel em Marraqueche.(TAHAN, 1959, p.11)

Em outra perspectiva, a obra do marroquino erradicado francês, Tahar Ben Jelloun, autor de *L'enfant de Sable*, obra em que emprega termos árabes sem recorrer a aspas ou recursos que destaquem tais usos. Para ele, o ideal de arabismo é inserir no texto termos na língua árabe, mesclando esse idioma com a língua francesa gerando desta forma um texto híbrido.

O estudo da obra de Ben Jelloun revela que essa é uma característica de sua escritura: realizar uma mescla entre os idiomas árabe e francês, fundir sonoridades, apropriar-se da escrita do ex-colonizador e infiltrá-la de cor local, miná-la com a imposição do estrangeirismo, subverter seu caráter canônico (pronto, acabado, intocável e, por isso mesmo, opresso), e transformá-la em uma ponte: sobre o Mediterrâneo e sobre as diferenças culturais.<sup>99</sup>

NOGUEIRA, em seu texto questiona a tradução brasileira da obra *L'enfant de Sable* que, segundo seus estudos apresentam traduções de termos e de ideias diferentes daquelas criadas pelo escritor marroquino. Em suas colocações adverte ao leitor que a editora responsável pela publicação no mercado brasileiro valeu-se do uso de clichês e imagens pictóricas do árabe e de sua cultura, o que acabou gerando um valor menor tanto para a obra como para a cultura arábica.

O que de mais grave é apontado por NOGUEIRA é a tradução de termos que o autor considera o autêntico de sua obra, ou seja, o arabismo intrínseco ao texto produzido em outra língua. Tal característica faz parte de sua vontade política e estética de rebater o racismo contra imigrantes em solo francês. Outra característica de sua produção e política é a denúncia à censura imposta por setores fundamentalistas no Magreb a autores que, como ele, optaram pelo uso do idioma francês para falar na Europa, do mundo árabe.

Portanto, se levarmos em consideração os três “territórios” apresentados por MONTENEGRO, a literatura de Jelloun pode ser considerada um espaço onde há o interesse de se envolver duas formas culturais distintas.

Sua preocupação ao introduzir no texto elementos da língua árabe sem a diferenciação gráfica é induzir o leitor da cultura receptora ao sentimento e a emoção referente àquele que o termo gera no indivíduo da cultura estrangeira. Segundo ele, o destaque dado aos termos árabes poderia causar um estranhamento negativo que separaria

---

<sup>99</sup> NOGUEIRA, Luciana Persice. A busca do autêntico em *L'enfant de Sable* e a busca do clichê na publicação de *O Menino de Areia*, de Tahar Ben Jelloun.

o leitor francês da cultura árabe. Desta forma, a prerrogativa de sua produção seria a mescla das culturas árabes e francesa sem diferenciá-las textualmente de forma a criar uma literatura híbrida.

Para uma cultura imigrante consiga se estabelecer em território estranho, o primeiro passo para sua aceitação e inserção é parecer ao máximo com o grupo receptor. Desse modo ele poderá aos poucos mostrar as suas diferenças. A cultura árabe em terras brasileiras buscou a aceitação e a sua inserção no rol de brasileiros, contudo, não abriram guarda quanto a manutenção de determinados valores e características que trouxeram para os trópicos.

Ao longo da construção da sociedade brasileira, é possível observar a coexistência e o confronto entre a manutenção da cultura de origem e a acomodação aos padrões da cultura receptora, num esforço de adentrar a esta sociedade anfitriã, sem perder os laços com a cultura original. No que concerne à inserção do grupo de sírios e libaneses à cultura brasileira é marcada por um sistema de relações que é resultado de um contato intenso entre grupos que se vêem como essencialmente diferentes e, em virtude de uma tentativa de manutenção da etnicidade, delimitam espaços de inclusão e exclusão.

Desta maneira, o grupo de sírios e libaneses, deve ser entendido com um grupo étnico, ou seja, um grupo que busca se diferenciar dentro de um contexto social onde coexistem várias culturas. Desta maneira, ao mesmo tempo que buscam a incorporação à sociedade brasileira, trabalham para que sejam vistos e percebidos como etnicamente diferentes. Como aponta REZENDE (2000, p.20) “etnia não é o mesmo que cultura, pois ela existe apenas na situação de contato intercultural, ou seja, existe apenas como processo de interação que tem como princípio elementar a oposição entre grupos organizacionalmente diferentes”. Assim, identidade étnica seria uma categoria social

produzida em “situações sociais onde impera essencialmente o conflito entre sociedades em competição”. (Idem)

Esta preocupação em adentrar a sociedade receptora trouxe também a necessidade da manutenção da cultura de origem, neste ínterim houve então a necessidade de criar mecanismos que funcionassem como um avesso ao processo de orientalização conceituado pelo palestino Edward Said. Em seus estudos, Said coloca o orientalismo como uma construção discursiva que tem como objetivo menosprezar toda cultura diferente da européia com forma de criar mecanismos e justificativas para a conquista de suas riquezas e controle de sua população.

Estes discursos podem partir de agentes governamentais ou mesmo de páginas de livros e comentem acerca do diferente. Neste processo de ocidentalização esteve sempre presente a ideia de que ocidentalizar foi feita em benefício daqueles que eram submetidos às diretrizes impostas pelos europeus. Assim o outro e a construção de sua identidade teria que necessariamente ser construída de forma a não se igualar à identidade do europeu. A identidade construída para o outro deveria surgir de um processo político-discursivo de ocidentalização que partisse da premissa de que o diferente é inferior.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da ‘assimilação’ a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si menos afastada possível da identidade legítima. Diferente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e portanto dos critérios de apreciação apropriados a construí-la como legítima, a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas – que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas -, que procura impor senão novos princípios de divisão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às

classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (...).(BOURDIEU, 1989, p.124-125).<sup>100</sup>

Esse desejo de aceitação é reflexo das situações discriminatórias com relação a esse grupo. A fala gutural e o fato de comerem carne crua muitas vezes traduziram-se em formas de não aceitação fora do grupo a que pertenciam. A pronúncia de algumas palavras (as letras p e v não existem no alfabeto árabe e o g é pronunciado como c: brimo por primo, fale por vale, etc) e a dificuldade em distinguir o feminino do masculino, tornou-se muitas vezes motivo de chacota e piadas.

Relatos orais revelam certo mal estar entre os que aqui chegavam e a cultura local. Em fala concedida a GREIBER, a senhora Alice Maluf deixa claro o descontentamento com o tratamento dispensado pelas senhoras brasileiras à sua pessoa:

se você gosta de um vestido meu, eu empresto para você copiar. Aqui, quando cheguei, eu perguntava: ‘Onde você faz os seus vestidos?’ Por que eu não sabia de costureira nem nada! Diziam: ‘Você tem uma família tão grande e está me perguntando?’ ou ‘Numa costureira.’ Eu até chorava à noite! Como eu perguntei uma coisa dessas? Perguntavam muita coisa do Líbano, mas não me contavam nada daqui. Eu contava para o meu marido, ele dizia: ‘Você não compreendeu errado!’ Ele também não me apoiava! (...) e aqui era muito difícil. Até agora é muito difícil... Eu chorava, eu era nova aqui. Eu achava muito, muito triste (...). (Greiber, Maluf, Mattar, 1998, p.711)

Além das situações do cotidiano, os imigrantes de origem árabe contavam com a constituição de sua imagem através de literatos que forjavam uma identidade não aceita por eles. Carlos Drummond de Andrade, no poema *Os Turcos* retrata a imagem criada pelos brasileiros dos mascates de origem árabe que corriam todo o interior do país em

---

<sup>100</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Editora Difel/Bertrand, 1989.

busca de dinheiro. Uma imagem caricaturada e que por muito tempo fez parte do imaginário popular sobre os homens de origem síria ou libanesa em nosso país:

Os turcos nasceram para vender  
bugigangas coloridas em canastras  
ambulantes.  
Têm bigodes pontudos, caras  
de couro curtido,  
braços tatuados de estrelas.

Se abrem a canastra, quem resiste  
ao impulso de compra?  
É barato! Barato! Compra logo!  
Paga depois! Mas compra!  
A cachaça, a geléia, o trescalante  
fumo de rolo: para cada um  
o seu prazer. Os turcos jogam cartas  
com alarido. A língua cifrada  
cria um mundo-problema, em nosso mundo  
como um punhal cravado.  
Entendê-los, quem pode? [...]

Os turcos,  
meu professor corrige: Os turcos  
não são turcos. São sírios oprimidos  
pelos turcos cruéis. Mas Jorge Turco  
aí está respondendo pelo nome, e turcos todos são, nesse  
retrato tirado para sempre...

Ou são mineiros  
de tanto conviver, vender, trocar e ser  
em Minas: a balança  
no balcão, e na canastra aberta  
o espelho, o perfume, o bracelete, a seda,  
a visão de Paris por uns poucos mil-réis?

Ou em obras de outros autores da literatura brasileira, como a do baiano Jorge Amado, em uma de suas obras mais conhecidas, *Gabriela Cravo e Canela*:

De árabe e turco muitos o tratavam, é bem verdade. Mas o faziam exatamente seus melhores amigos e o faziam numa expressão de carinho, de intimidade. De turco ele não gostava que o chamassem, repelia irritado o apodo, por vezes chegava a se aborrecer:

– Turco é a mãe!

– Mas, Nacib...

– Tudo o que quiser, menos turco. Brasileiro – batia com a mão enorme no peito cabeludo – filho de sírios, graças a Deus.

– Árabe, turco, sírio, é tudo a mesma coisa.

– A mesma coisa, um corno! Isso é ignorância sua! É não conhecer história e geografia. Os turcos são uns bandidos, a raça mais desgraçada que existe. Não pode haver insulto pior para um sírio que ser chamado de turco.

– Ora, Nacib, não se zangue. Não foi para lhe ofender. É que essas coisas das estranhas pra gente é tudo igual...

[...]

Árabes pobres, mascates das estradas, exibiam suas malas abertas, berliques e berloques, cortes baratos de chita, colares falsos e vistosos, anéis brilhantes de vidro, perfumes com nomes estrangeiros, fabricados em São Paulo. Mulatas e negras, empregadas nas casas ricas, amontoavam-se ante as malas abertas:

– Compra, freguesa, compra. É baratinho... – a pronuncia cômica, a voz sedutora.

Longas negociações. Os colares sobre os peitos negros, as pulseiras nos braços mulatos, uma tentação! O vidro dos anéis faiscava ao sol que nem diamante.

– Tudo verdadeiro, do melhor.<sup>101</sup>

Os elementos apresentados por Amado e Drummond – o caminho para o comércio que fez dos árabes mascates e lojistas, o despojamento, a esperteza (em alguns discursos chegando à trapaça), a pronúncia exótica e mesmo algumas características físicas como a corpulência e o “bigode pontudo” –, mais do que formulações fantasiosas dos autores, são aspectos centrais do estereótipo do imigrante árabe formulado pela produção cultural brasileira e aceito pelo senso comum.

A partir desta forma de pensar surgem discursos e verdades que são veiculados pelos meios de comunicação, ensinadas em escolas e disseminadas para a massa como inquestionáveis, mas que muitas vezes não condizem com a realidade não passando de generalizações.

---

<sup>101</sup> Idem.

Portanto, a literatura produzida por Júlio César de Mello e Souza, sob a tutela assinatura de Malba Tahan deve ser entendida como um espaço de Tratado, segundo a defesa de MONTENEGRO. Diferente de outros autores que ao longo da escrita literária brasileira inseriram o árabe no contexto nacional, Malba Tahan não diluiu aquela cultura nesta cultura receptora, mas sim produziu sob a tutela do diferente. Aproximou mas não diminuiu a cultura oriental em detrimento da cultura brasileira, portanto, seus escritos inserem-se na ideia de “*Dar al-Muahadah*”.

## A Mulher

*Deus fê-la bálsamo de todas as dores, alívio de toas as tristezas, amparo de todas as desventuras, e não há uma só miséria na vida de que Deus não tenha feito da mulher o anjo libertador.*  
(TAHAN,1963, p. 50)

A mulher é figura de destaque especial na obra de Malba Tahan, para elas escreveu *Minha Vida Querida: Os Segredos da Alma Feminina nas Lendas do Oriente*, coletânea de contos de literatura árabe e oriental. Nos textos que formam a obra, o autor cria representações femininas com o intuito de apresentar ao leitor imagens de mulheres sábias e piedosas, exaltando-as como as responsáveis pelo êxito masculino de conquista pessoal.<sup>102</sup>

O título da obra é explicado no conto homônimo, em que um homem ao receber de um anjo o aviso da morte de sua amada, acaba por dar à mesma metade do seu tempo

---

<sup>102</sup> Em seu romance mais conhecido, *O Homem que Calculava*, Malba Tahan faz questão de apresentar as belezas e as qualidades do sexo feminino. Na última página do seu maior sucesso, entre outras passagens da obra, o narrador deixa claro que a felicidade conquistada só foi possível por estar junto à esposa. Em poucas linhas a mulher recebe adjetivos como: “obra sem mácula”, “carinhosa esposa”, “esposa de pura origem” e “perfumada”. Para o narrador, a melhor conquista e a melhor resolução feita pelo calculista foi “o da Vida e do Amor” (TAHAN, 1949, p. 240)

restante de vida, e, após o casamento e em referência à parte de sua vida doada à mulher passa a chamá-la de “minha vida querida”. (TAHAN, 1963, p. 15)

Tema recorrente na obra é o casamento e a constituição e manutenção da família como fator imprescindível para todo e qualquer sujeito. Por esse motivo, a maior parte dos personagens masculinos aparece como amantes incondicionais e para suas esposas e amadas desfazem-se até mesmo de grandes riquezas. Deixam de lado o objetivo da glória pessoal e mesmo a salvação, oferecendo a vida para aquelas que, segundo Tahan, sem não existiria a possibilidade de uma vida feliz.

Adjetivos são encontrados ao longo do texto e o autor não economiza em excepcionais predicados ao descrever suas personagens femininas, exaltando a beleza, a sensatez, a bondade, a religiosidade, a obediência, a resignação e, também, a desenvoltura no papel de esposa.

As bases de seu discurso aparecem claras na fala de um personagem de um dos contos de *Minha Vida Querida*, “O Pai que Casou as Cinco Filhas”. Na história encontramos um pai que recebe a visita de um homem que interessado em ter a mão de umas de suas filhas em casamento, assim se reportou ao sexo feminino: “Deus fê-la bálsamo de todas as dores, alívio de todas as tristezas, amparo de todas as desventuras, e não há uma só miséria na vida de que Deus não tenha feito da mulher o anjo libertador” (TAHAN, 1963, p.50)

Na mesma obra, no conto “Homens Extraordinários”, um canto às qualidades do homem árabe em detrimento da vontade de uma jovem. A história se passa na cidade de Bagdá, “a pérola do Islã”, e narra a história do casamento da jovem Arusa com o cheique Hamed Khamil, “homem generoso e nobre”, contudo, a jovem possuía um relacionamento secreto com um bagdali chamado Cháfik pelo qual nutria grande paixão. Para satisfazer os

desejos do pai a jovem se casa como cheique e planeja fugir na noite de núpcias e ir de encontro ao seu amado.

Contudo, após o casamento a jovem encoraja-se e conta ao marido o motivo de seu desanimo e tristeza e o marido reage:

- Pelo manto do Profeta! – exclamou o marido – Não seja isto motivo para tão grande mágoa. Não quero servir de empecilho à realização de teus projetos e não posso obrigar-te a quebrar um juramento. Já que prometeste, vais cumprir fielmente a tua louca promessa!(TAHAN,1963, p.73)

Após receber a permissão do marido para voltar para os braços de Cháfik, Arusa ruma para a casa de seu amado, contudo, no caminho é interceptada por um bandido que planejava a assaltar. A moça com medo conta-lhe a história passada e tem piedade do ladrão e assim reage:

-Mac Allah! Exclamou o ladrão – posso garantir que o teu marido é um homem extraordinário! Não é possível admitir-se que haja no mundo outro filho de Adão capaz de proceder do mesmo modo na noite do casamento! (...) – Eu porém quero provar, de modo expressivo, que sou um homem mais extraordinário ainda do que o teu espantoso marido. (...) Vou conduzir-te, com toda a segurança, até a casa de teu namorado. (TAHAN, 1963, p.75)

E assim fez o ladrão até a porta do amado de Arusa. Ao chegar em sua companhia a moça relatou todo o acontecido e o espanto também tomou conta dele ao saber que a moça não iludio o marido e sim ganhou sua autorização para retirar-se do palácio. E assim reagiu:

- Quero crer, minha querida, que o teu marido é um homem extraordinário – confessou Chafik. – Estou certo de que não haverá no mundo de Allah outro marido que proceda como ele procedeu! É evidente, porém, que o ladrão que encontraste casualmente no caminho é ainda mais extraordinário do que o teu marido! Quero, entretanto, provar que sou um homem mil vezes mais extraordinário do que ambos!(...) Pois bem: apesar de tudo, vou levar-te, agora mesmo, à casa de teu marido e entregar-te àquele meu odiento rival! (Idem, p.76)

E assim encerra a história com a volta de Arusa aos braços de Hamed Khamil, ou seja, o home com quem seu pais havia escolhido seu casamento. Ao longo da leitura do conto é mostrado a habilidade feminina de perseguir seus objetivos, contudo, com o encerrar do mesmo, chega-se à conclusão de que Arusa nada mais era do que uma inconsequente e que era guiada apenas pelo coração. Enquanto que a figura masculina pode ser tomada, a princípio, como representações de bondade e sabedoria, contudo, uma leitura mais profunda nos mostra a submissão feminina não apenas ao pai que escolhe seu marido, mas também às vontades e vaidades de seus companheiros.

Não obstante, outro exemplo pode ser encontrado na relação gerada entre o protagonista do livro *O Homem que Calculava*, Beremiz Samir e a jovem Telassim. Esta, filha de um sultão e prometida em casamento a outro homem, tem sua mão dada ao calculista após este ter resolvido o futuro da jovem ao ensiná-la os segredos da matemática. Na passagem que segue, o pai da jovem mostra-se bastante flexível quanto ao relacionamento que começava a existir, pois, vê que este é o desejo da filha

- Não farei, ó calculista, oposição alguma ao teu romântico e auspicioso casamento com a formosa Telassim. O meu prezado amigo, cheique Iezid, que acabei de consultar, aceita-te como genro. Reconhece, em ti, um homem de caráter, bem educado, e profundamente religioso! É bem verdade que a jovem Telassim estava prometida a um cheique damasceno que se acha agora, combatendo na Espanha. Mas uma vez ela própria deseja mudar o rumo de sua vida, não tentarei intervir. Maktub! (TAHAN, 1949, p. 170)

Mais à frente relação entre Telassim e Beremiz será novamente questionada, não obstante, na passagem acima pode-se entender o que desejava Malba Tahan ao inserir aos leitores uma realidade distante da que vivenciava na década de 1930. Na passagem “*ela própria deseja mudar o rumo de sua vida*”, o pai da jovem mostra-se bastante singular. Uma flexibilidade paterna estranha tanto para a cultura árabe, quando aceita o casamento da filha cuja mão já estava prometida a outro, quanto para a cultura ocidental naquele

período, a não imposição do patriarca na vida da mesma cujo desejo era casar-se com Beremiz, num claro afronto ao machismo das duas sociedades.

Em 1928, quando da publicação da primeira edição do *Homem que Calculava*, alguns países europeus assistiam ao surgimento do movimento das sufragistas, ou seja, à tentativa feminina de exercer o direito ao voto. No período entre guerras as mulheres européias mobilizaram-se para intervir na vida política de seus países. O movimento pelo voto feminino partiu de grupos de mulheres pertencentes à classe operária, atuantes em partidos de esquerda, a atuação destas mulheres foi fortemente reprimida por forças de segurança pública. No Brasil, o voto feminino ocorreu pela primeira vez em 1933, já sob os auspícios do governo de Getúlio Vargas.

Esta perspectiva de apresentar a mulher com características positivas deve-se à influência recebida dos contos d'*As Mil e Uma Noites* onde é central a presença e a função da mulher na cultura oriental. Segundo Haddad, em conferência no Centro de Estudos Árabes da Usp, a presença feminina nos contos arábicos, forma um arquétipo, tendo em Xerazade o destaque da obra. Segundo ele, sua figura liga-se a construção de um mito “à figura da mulher redentora, de que a história está repleta”, seja com a francesa Joana D’arc, com a bíblica Ester ou mesmo a oriental contadora de histórias. (1986)

Voltando à narrativa do *Homem que Calculava*, seu protagonista Beremiz ao longo do romance solucionou problemas envolvendo camelos, chapéus, vasos e ainda surpreendeu ao conseguir encontrar a metade do “x” da vida de um presidiário prestes a receber a pena capital. Contudo, como revela o narrador ao fim da obra, seu principal desafio foi vencer os desafios impostos por um sentimento, o amor. O caso de amor vivenciado pelo calculista iniciou-se ao ser convidado a lecionar aulas de geometria à jovem Telassim, como visto anteriormente, sua futura esposa. Um amor que foi ligado aos

números e às canções exaltadas pela jovem cuja imagem não era exposta ao protagonista da obra até o dia do casamento, pois, estava oculta atrás de um reposteiro, de forma que “as coisas eram dispostas de tal forma que nem mesmo se distinguisse o vulto da jovem que ia ser discípula de Beremiz”. (TAHAN, 1949, p.79)

Os fatos que levam ao surgimento da história entre os dois terão início dezessete anos antes do primeiro contato entre os dois quando Telassim, filha do xeique Iezid-Abul-Hamid nasceu. O pai ao consultar um astrólogo que desvendava o futuro dos indivíduos apenas pela observação das nuvens e das estrelas ouviu a seguinte previsão: o “mago afirmou que minha filha viveria perfeitamente feliz até os dezoito anos; a partir dessa idade seria ameaçada por um cortejo de lamentáveis desgraças” (Idem, p. 63) No entanto, o adivinho advertiu que a maldição poderia ser quebrada caso a jovem aprendesse as propriedades dos números e as múltiplas operações que com eles se efetuam.

Ao chegar próximo ao período em que a jovem teria sua felicidade ameaçada pelo destino trágico de desgostos que a esperava, o pai começou sua busca por algum matemático ou sábio que pudesse ensinar os segredos da ciência dos números para sua filha. Quando a jovem chegou aos dezessete anos essa busca acirrou-se, contudo, o patriarca encontrou grandes dificuldades para cumprir seu objetivo graças ao pensamento machista de alguns dos intelectuais de sua sociedade.

Homens dotados de sabedoria e conhecimento, “ulemás”, fugiam ao trabalho, mesmo com o respeitável pagamento prometido pelo homem, por entenderem que o cérebro feminino não seria capaz da abstração necessária para ser um bom entendedor da matemática. O xeique, comprometido com o futuro da filha se reportou a Beremiz, pela fama do calculista, como uma de suas últimas alternativas para conseguir acabar com a maldição da filha.

Como parte de seu discurso de convencimento o xeique narrou a fala de um ulemá, cuja fala tentava dissuadi-lo de conseguir o que parecia desmesurado, ou conseguir ensinar cálculo a uma mulher:

Um deles, dotado, aliás de grande talento, tentou mesmo dissuadir-me de tal propósito. Quem quisesse ensinar canto a uma girafa, cujas cordas vocais não podem produzir o mesmo ruído, perderia o tempo e teria trabalho inútil. A girafa, por sua própria natureza, não poderá cantar. Assim o cérebro feminino, explicou o daroês, é incompatível com as noções mais simples do Cálculo e da Geometria. Baseia-se essa incomparável ciência no raciocínio, no emprego de fórmulas e cursos da Lógica e das Proporções. Como poderá uma menina, fechada no harém de seu pai, aprender fórmulas de Álgebra e teoremas da Geometria? Nunca! É mais fácil uma baleia ir a Meca, em peregrinação, do que uma mulher aprender Matemática. Para que lutar contra o impossível? Maktub! (TAHAN, 1949, p. 63)

Beremiz, seguro de sua metodologia e de seus conceitos acerca do sexo feminino aceito prontamente tal trabalho, tendo-o mais como uma ajuda a um pai do que um desafio de difícil realização. Para ele, em poucos meses seria possível ver os avanços da jovem em relação aos números e suas possíveis operações algébricas e os segredos da geometria.

Para dar uma maior tranquilidade ao pai e desmentir aos insultos dados pelo sábio à capacidade feminina de lidar com os empreendimentos matemáticos, cita uma matemática que viveu no século V em Alexandria. Hipátia “lecionou a ciência do Cálculo a centenas de pessoas, comentou as obras de Diofante, analisou os difíceis trabalhos de Apolônio e retificou todas as tabelas astronômicas então usadas”. (TAHAN, 1949, p. 64)

Celebrada durante toda sua obra, Malba Tahan coloca a mulher, no que tange o nível cognitivo, em relação de paridade com o sexo oposto. Ao aceitar o convite seu personagem deixou claro em sua exposição o entendimento que o autor fazia da mulher e seu intelecto. Coloca que erravam os filósofos ao duvidar da capacidade e inteligência das mulheres, “quanto julgam medir com unidades negativas a capacidade intelectual da

mulher. A inteligência feminina, quando bem orientada, pode acolher, com incomparável perfeição, as belezas e os segredos da ciência” (Idem)

Há uma aparente preocupação do autor em apresentar a mulher como capaz de adquirir, transmitir e criar conhecimento. Contudo, apesar de ver na mulher a beleza da vida, uma igualdade no quesito inteligência, nenhum de seus personagens protagonistas é mulher. Tanto no romance *O Homem que Calculava* quanto em *Lendas do Deserto* e em *Maktub*, nenhum personagem de relevo é mulher, ou seja, nenhum narrador ou personagem de seus contos são protagonizados pelo sexo feminino. A mulher, apesar do canto e exaltação de seu valor é relegada a personagens secundários e sempre ligando-a às características louvadas para o casamento.

### **O Longínquo**

O árabe de Tahan habita um lugar distante e que desperta a curiosidade e o estranhamento do leitor por ser uma realidade que, em parte, mostra-se muito diferente daquela em que está inserido. Apesar de o escritor buscar aproximar as duas culturas através de traduções culturais e da fala, ainda persiste em mostrá-lo afastado da formação cultural do brasileiro, vivendo nos desertos, nas caravanas de camelos, nos castelos dos califas ou sob a sombra de tamareiras.

Nesta aproximação entre as duas culturas, as narrativas apresentam comparações entre as situações apresentadas, contudo, o que se observa é uma tentativa de realizar uma comunicação entre as duas, desta forma, o contato com o outro é traduzido sem, necessariamente, apagar com o que é árabe.

Sua intenção é criar uma realidade dentro da fantasia, ou seja, utiliza dos detalhes nas descrições para criar um mundo imaginário repleto de figuras e expressões cujo objetivo seria demarcar a diferença entre as duas culturas. Essa fantasia com um intuito de

realidade pode ser encontrada quando o autor relata as características de um ambiente comum para o real daquela ficção, mas não para o real do leitor

Longas arcarias sobrepostas, formando curvas em harmoniosas concordâncias, e sustentadas por altas e delgadas colunas geminadas, eram, nas porções de paredes que dominavam os pontos de nascença, ornamentadas por finíssimos mosaicos, (...).

Os tetos dos salões principais eram forrados de azul e ouro; as paredes de todos os compartimentos apresentavam-se cobertas de azulejos em relevo [...]. Os reposteiros, as tapeçarias, os divãs, tudo enfim quanto constituía a mobília do palácio demonstrava a magnificência inexcedível de um príncipe das lendas hindus.

Lá fora, nos jardins, reinava a mesma pompa, realçada pela mão da natureza, perfumada por mil odores diversos, alcatifada de verdes alfombras, banhada pelo rio, refrescada por inúmeras fontes de mármore branco junto às quais um milheiro de escravos trabalhavam sem cessar.

Ricas e numerosas colunas ostentavam ali, orgulhosas, com os seus capitéis e pedestais, elegantemente ornadas pelo cinzel dos artistas árabes de Espanha (...). (TAHAN, 1949, p.69)

Ou mesmo quando ao tratar no conto “O Conselho Árabe” sobre o roubo de camelos usa de uma linguagem jornalística que aproxima o leitor do fato narrado. Ou seja, Tahan cria um aparente contato com o que está sendo descrito, ou seja, a aproximação que faz do narrado algo próximo, um elo entre o brasileiro e o deserto do Saara:

Os larápios procuram agir numa noite sem lua e não tranqüila, isto é, numa noite abalada por fortes rajadas de vento. (...) De qualquer modo, porém, há duas preocupações que os profissionais do roubo acham de bom aviso: aproximar-se do acampamento caminhando contra o vento e inteiramente nus. (No Sahara existe a crença de que o cão não ataca o homem nu; ao contrário, foge dele, tomado de pavor!). (TAHAN, 1959, p. 204)

No início de cada conto Malba Tahan situa o leitor no longínquo de sua narrativa, num tentativa de distanciamento. Para que um relato possa atingir o *status* de verdadeiro, deve, necessariamente narrar o Outro, mas não um Outro qualquer, um Outro que faz o escritor sentir necessidade de apresentar, quase que num exercício utilitário de alteridade.

Uma narrativa de viagem verdadeira, “do ponto de vista do leitor atual, narra a descoberta dos outros, selvagens de regiões longínquas ou representantes de civilizações não europeias, árabe, hindu, chinesa etc.” (TODOROV, 1999, p. 21) Além do distanciamento geográfico e cultural, outra característica necessária para que o relato alcance seus intentos é o distanciamento temporal.

No conto “Os três homens Iguais” o autor tem a preocupação de ambientar o leitor:

Na velha cidade de El-Katif, que fica cercada d eum verdejante oásis, para além do famoso deserto de Roba-el-Khali, apareceu, certa vez um misterioso estrangeiro, mago persa de grande renome. (TAHAN, 2001, p.57)

Ou ainda:

Certa vez – há muitos anos- , quando voltava de Bagdá, onde fora vender uma grande partida de peles e tapetes, encontrei um caravançá, perto de Damasco, um velho árabe de Hedjaz que me chamou a atenção, de certo modo, a atenção. (Idem, p. 07)

Em o *Livro de Aladim*, encontra-se a mesma preocupação em deixar evidente que o texto exibirá uma imagem do diferente, um diferente que está a longas distâncias do leitor:

Para além das montanhas avermelhadas que limitam os grandes desertos da Pérsia, floresceu outrora um pequeno país denominado Sistan. (TAHAN, 2001, p.66)

Ou então:

Existia outrora na Arábia, para além das montanhas de Khab, uma cidade chamada Hazatakksmufid, nome que, na harmoniosa língua dos muçulmanos, significa “Lindo tempo faz aqui”. (Idem, p. 124)

Neste Oriente construído por Malba Tahan, não existe a tentativa de construir uma imagem pitoresca do árabe, aqui entendido como sua inclusão em uma categoria pré-definida por outra cultura, o que poderia resultar na construção de personagens estilizados, caricatos. Não é a simples apresentação dos povos orientais e sua cultura que preocupa a escritura de Malba Tahan, mas sim a possível inter-relação entre o que aqui se vivia com aquilo que poderia a cultura oriental oferecer como diferente. Aqui poderia ser feita uma relação com a bibliografia produzida por Júlio César na área da Matemática e sua didática,

o que o fez se destacar como um dos mais experientes professor e editor de livros da disciplina nas décadas de 30 e 40 do século XX no Brasil.

Outra aproximação entre os contos de Tahan e os das *Mil e Uma Noites* é a reunião de todas as culturas orientais em um mesmo conjunto cultural. Árabes, Indianos ou Chineses aparecem dentro de uma mesma obra e sob o título de “contos orientais”, como no caso de *Maktube* que traz a expressão como subtítulo. O conjunto de quarenta e dois contos traz narrativas que se passam na China, em terras árabes e na Índia e ainda, histórias que se passaram na Groelândia e Viena, entre outros lugares não discriminados.

Em *As Mil e Uma Noites*, o Oriente é apresentado ao leitor como homogêneo, ou seja, são colocados como detentores de certas especificidades culturais que os ligam, contudo, afastam-os do ocidente. Jamil Almansur Haddad, coloca que, a dificuldade em encontrar a verdadeira origem da obra, está no fato de que a coletânea de contos seria a união de vários instrumentos culturais dos mais variados povos da região que denominamos oriente. Na leitura dos contos de Xerazade, “o Oriente é coisa muito igual. Parece que há uma homogeneidade oriental, que vai desde um Mediterrâneo libanês até o Japão, de modo que é difícil a imposição de critério nacionalistas para explicar o que seja Oriente (...)” (HADDAD, 1986)

Para o autor, esta é uma das grandes problemáticas apresentadas para a análise da obra, uma universalidade que, de um lado, apresenta uma infinidade de material de pesquisa, por outro, delega uma imensa dificuldade em sintetizar e codensar suas interpretações. Com origem incerta, acredita-se que a obra seja fruto do imaginário popular, portanto, sua ligação com o mundo árabe é visto com o fato dos mesmos “arabizarem” os contos populares de outras realidades com os quais tiveram contato. Alienígenas, estes contos foram traduzidos para a realidade árabe, o que acabou por criar

esse oriente homogeneizado que coube nas expectativas culturais de seus divulgadores. (HADDAD, 1986)

Em seus escritos há uma forte relação entre religião, conhecimento e condição de vida, numa clara relação entre o esforço para conquistar os objetivos pessoais e mesmo materiais através do uso da racionalidade. Ao longo da aventura travada pelo *Homem que Calculava* para chegar a Bagdá seus conhecimentos matemáticos são postos à prova na resolução de imbróglis de outrem, contudo, com o intuito de tirar vantagens pessoais das resoluções para o narrador. No decorrer do romance Beremiz consegue além de ouro e camelos, elementos valorizados naquela cultura, cargos da administração pública apenas utilizando seus conhecimentos para solucionar pendências alheias.

### **Dar al-Muahadah: a Religião em Malba Tahan**

Como defendeu Said acerca da construção do orientalismo, ou seja, do aparato discursivo utilizado pelo ocidente na construção e difamação da cultura oriental, a religião ocupa a centralidade. Desde o período medieval quando cristãos dirigiam-se à terra santa com o intuito de livrá-la da ocupação dos infiéis e justificando esta guerra como santa. Atualmente, com maior afinco, após os atentados terroristas de onze de setembro contra os Estados Unidos estas figuras continuam sendo construídas e como colocou Said, “povoam a imprensa e a mente popular. Os árabes, por exemplo, são vistos como libertinos montados em camelos, terroristas, narigudos e venais cuja riqueza não-merecida é uma afronta à verdadeira civilização.” (SAID, 1996, p.117)

Vistos como inimigos da cristandade, as representações dos povos árabes que, desde as Cruzadas têm enfrentado uma campanha depreciativa e redutora de sua cultura na qual se acentuam o caráter de irracionais, de luxuriosos, pintando-os de cruéis, inferiores e bárbaros. Marcado pela linearidade, pelo tom e pelos velhos interesses que abriga, o

discurso de hostilidade e de desclassificação do mundo árabe atravessou os séculos da modernidade, chegando aos nossos dias em forma ainda de atualidade.

É o que mostra Isabelle Castro<sup>103</sup> ao analisar os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, antes e depois dos atentados contra as torres do World Trade Center e contra o Pentágono<sup>104</sup>. Segundo a autora, nos dois períodos, anterior e posterior ao marco de onze de setembro, o tema que mais ganha notoriedade nos dois veículos é o caso Israel-Palestina. Tendo como base suas pesquisas para a dissertação de mestrado, a autora apresenta como principais conclusões que os “dogmas orientalistas se mostraram presentes nos dois períodos estudados e os jornais naturalizaram discursos hegemônicos, em contraposição aos de árabes e muçulmanos.” (CASTRO, 2008)

Após suas análises Castro sugere que “o mundo árabe pareceu se resumir essencialmente à violência dos conflitos que assolam a Palestina, sem uma contextualização da questão.” Ou seja, existe uma tentativa de apresentar a violência entre os dois povos como originário ao lado palestino de forma tendenciosa, pois, ignora a ocupação ocorrida em 1948 e a criação de um Estado israelense à revelia dos povos que habitava a região. A autora ainda chama a atenção para a construção de um oriente como um lugar onde “a opressão feminina e o ‘fundamentalismo’ religioso dominam.” (2008)

Religião é o tema central na maioria dos seus escritos, Tahan escreve sobre o Islamismo tendo como fundo a moral cristã. Sua preocupação em inserir a religião islâmica, entre outras orientais, como o hinduísmo, retrata a forte ligação que o homem do Oriente tem com as questões religiosas. Criado sob os auspícios do catolicismo, Júlio César não deixa que cristianismo e islamismo se sobreponham, consegue em seu discurso criar uma complementaridade entre as duas religiões.

---

<sup>103</sup> Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlo/pos/downloads/Anais-SemanadeEstudosArabes.pdf>  
Acesso em 06, jun. 2011.

<sup>104</sup> O conjunto estudado dos dois veículos de notícia se constituíram entre as datas de 11 de março e 9 de abril de 2001 e entre 11 de março a 9 de abril de 2002.

Ou seja, o escritor cria uma identidade para os muçulmanos que, apesar de utilizar elementos da sua religião, tal como expressões usuais entre os fiéis, tem como preocupação ligá-la à moral do cristianismo. Princípios como o amor, traduzido em atitudes como a humildade e a caridade, bases do cristianismo, são recorrentes na literatura de Tahan, praticadas por muçulmanos ou cristãos em terras orientais.

Nem por isso seus contos afastam-se da moral islâmica, pois, a religião criada por Mohamed prevê que, mesmo com qualquer pressão exterior ao indivíduo, a força motriz da sociedade deve ser o emprego do amor e o temor à Deus:

O Islam desconhece o falso sentido da originalidade e inovação, e por isso não cria virtudes morais novas nem tenta minimizar a importância das normas morais bem conhecidas, nem conceder uma importância exagerada a algumas delas, negligenciando as outras sem razão. Ele retoma todas as virtudes morais do conhecimento comum e, com um sentido do equilíbrio e das proporções, atribui a cada uma delas o lugar e a função convenientes dentro do esquema de vida global. O Islam amplia o âmbito da aplicação das mesmas, estendendo-as a todos os aspectos da vida individual e coletiva das pessoas - relações domésticas, comportamento cívico, atividades nas esferas políticas, econômica, judicial, educacional, e social. (TRAÇOS)

Como coloca BRAUDEL, ao surgir o Islã assumiu velhos imperativos da geopolítica, formas urbanas, instituições, hábitos, rituais e modos antigos de crer e de viver. Inserida no seio do Oriente Próximo, o islamismo se liga ao judaísmo e ao cristianismo, à filiação de Abrão e do Antigo Testamento e sua fé em um único deus. Assim como o cristianismo, o Islã é entendido como “uma civilização de segundo grau”, cuja biografia apresenta bases e características culturais anteriores a Maomé. (2004, p.62)

Como civilização herdeira, a crença muçulmana traz consigo traços anteriores ao seu surgimento, datado entre os anos de 610 e 612. Esta religião revelada que, assim como o cristianismo foi herdeiro do Império de Roma, se apossará de uma dos mais antigos encontros civilizacionais e de culturas, portanto, o Islã não surgiu de uma tábua rasa, mas

tomou para si algumas características da velha civilização presente naquela região. Portanto, ao unir a moral cristã e islâmica, Malba Tahan nada mais faz do que ligar a última a um dos seus pilares originais. Não apenas traduz os ensinamentos e posições defendidas pelos fiéis islâmicos, mas sim os liga a uma tradição anterior da qual também surgiu.

Para quem abre a obra *O Homem que Calculava* pela primeira vez, o que chama a atenção é a dedicatória que Malba Tahan oferece a sete matemáticos<sup>105</sup> que o mesmo faz questão de denominá-los entre dois grupos: cristão ou agnósticos. Logo abaixo a seguinte afirmação: “Alá se compadeça desses infiéis!” e ainda, ao pé da dedicatória continua a explanação de sua fé com a passagem “Crente de Alá e de seu santo profeta” e assina no ano de 1321. (TAHAN, 1949, p.5)

A dedicatória ainda é o momento em que o autor encontra para homenagear um dos grandes estudiosos da matemática, o árabe Buchafar Mohamed Abenmusa Al-Karismi e estende o ato a todos aqueles que estudam, ensinam e admiram “a prodigiosa ciência das grandezas, das formas, dos números, das medidas, das funções, dos movimentos e das forças”. Ao referir-se a Al-Karismi, Malba Tahan expõe seu desejo de que “Alá o tenha em sua glória!”(Idem)

Outro ponto a destacar na dedicatória é o título assumido por Tahan antes de encerrar a mesma. Ao deixar claro que seu livro é um ato em prol dos grandes matemáticos e para a divulgação daquela ciência assim se intitula: “eu, el-hadj xerife Ali Iezid Izz-Edim Ibn Salim Hank Malba Tahan”. No decorrer da obra o tradutor, Breno Alencar Bianco, no capítulo 13 nota 5, coloca que, o título tomado por Tahan nada mais é do que uma honraria concedida aos príncipes descendentes de Mafona, ou seja, do maior nome do Islã.

---

<sup>105</sup> Descartes, Pascal, Newton, Leibnitz, Euler, Lagrange, Comte.

Como dito anteriormente, a grande temática da cultura oriental destacada pelo autor é a religiosidade, como é percebido ao abrir a primeira página de sua obra mais famosa. Apenas na página dedicada a oferecer a escrita da obra, o termo “Alá” aparece três vezes, entre outros elementos da religiosidade islâmica, como o nome do seu profeta, Maomé. Portanto, para o leitor, a princípio, o esperado ao ler o início da obra protagonizada por Beremiz é adentrar ao campo cultural e religioso árabe-muçulmano.

Contudo, ao longo da leitura do romance o escritor ausenta-se, em certos momentos, da cultura islâmica e volta para a realidade do leitor, ou seja, apresenta aspectos do cristianismo em consonância com a religião maometana. Podemos encontrar a citação de Jesus, para exemplificar, quando o protagonista da obra é surpreendido a relatar a multiplicação mais conhecida da história dos homens em que se figurava apenas um fator. Após refletir sobre a questão levantada, o homem que calculava respondeu ser a “multiplicação dos pães, feita por Jesus, filho de Maria! Nessa multiplicação só figura um fator: o poder milagroso da vontade de Deus”.(TAHAN, 1949, p.209)

Porém, o narrador de *O Homem que Calculava* apronta uma pequena surpresa ao leitor. É no último capítulo que o narrador mostra a conversão de Beremiz Samir, o homem que calculava, para o cristianismo, ou seja, renega sua religião em nome do amor e da presença de sua amada Telassim. Ao relatar a ida do protagonista e sua mulher para Constantinopla, o narrador deixa claro a total conversão daquele que até capítulos anteriores exaltava a grandeza de Alá e de Mohamed: “Devo dizer que Telassim, antes de seu casamento, já era cristã, e ao cabo de poucos meses fez com que Beremiz repudiasse a religião de Maomé e adotasse integralmente o Evangelho de Jesus, o Salvador”. (TAHAN, 1949, p. 240)

A obra d’*O Homem que Calculava*, é dividida em três partes: Dedicatória, em que apresenta suas homenagens, Nota ao Leitor, onde o tradutor Breno Alencar Bianco faz suas

considerações, e o corpo da obra dividida em trinta e quatro capítulos. Em todo o livro a religião é o tema predominante, contudo, a partir dos capítulos finais, ou melhor, nos capítulos 26, 29 e 34 a fé cristã passa a fazer parte do romance de forma mais concreta, ou seja, onde o cristianismo é ligado ao islamismo.

Aparentemente o escrito de Tahan foi preparando o leitor para a mudança de perspectiva, para a virada que ocorre no último capítulo. Inicia seus escritos colocando-se como fiel de Alá, “Crente de Alá e de seu santo profeta Maomé” e termina batizado por bispos conhecedores, além do evangelho, da geometria euclidiana. Começa aguçando a curiosidade pelo diferente, traduz ao longo do seu texto as semelhanças e diferenças entre as duas religiosidades, cita os dois profetas, Jesus e Maomé, contudo, termina próximo à realidade da maioria de seus leitores, cristão.

Para o autor, a negociação da identidade parte para o campo do sociológico e, desta maneira, a mestiçagem ocorre de forma a atender aos critérios político-ideológicos para a manutenção de formas de poder. O modelo de nação pensado pelos intelectuais do início do século XX, “tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada em uma visão eurocêntrica”. (2008, p. 95) Portanto, se Malba Tahan for pensado dentro deste contexto, seu mundo original deve ser entendido também como um relato de um mundo diferente, um mundo construído através da integração das diversidades ou pluralidades culturais.

Ares estes que não foram inaugurados pelo pseudo árabe, mas foram fruto de uma continuidade dentro da literatura nacional, como defende Valter Villar. O que Malba Tahan fez de diferente foi apresentar as qualidades e os aspectos que poderiam aproximar brasileiros e árabes sem, no entanto, descaracterizar aquela cultura. Desta forma diferiu-se de Jorge Amado e mesmo dos célebres e cantado contos de *As Mil e Uma Noites*, dos quais foi grande leitor e inspirado escreveu sua versão de Oriente.

## Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, História e Política: Literaturas de língua portuguesa no século XX*. 2.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

ARANHA, Glauco; CONDE, Guilherme Bezzi. *Reinações de Monteiro Lobato: Literatura e Mercado Editorial*. *Miscelânea*, Assis, vol.6, jun./nov. 2009.pp.112-123.

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. *Nuvem de Mascates: raízes que se rompem*. Programa de Pós-graduação em Educação. (Dissertação). Universidade de Campinas: Campinas, 2002

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e ações dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOMENY, Helena. *Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política*. In *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Helena Bomeny (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 40.ed. São Paulo: Cutrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora Difel/Bertrand, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. 3. ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. Col. Aldus, n.18. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2006.

CAMPOS, Maria José. *Versões Modernistas do Mito da Democracia Racial em Movimento: Estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*. 2007. 371p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CANDIDO, Antonio. *A Educação Pela Noite*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História da Literatura*. 12.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Estado Novo: O que trouxe de Novo?* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 até o apogeu do Estado Novo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*. São Paulo: Ática, 1991.

CORREA, Alexandre Fernandes. *Os Sírios-Libaneses em São Luís e no Maranhão: Relações Inter-étnicas e Processo de Assimilação Cultural de Imigrantes na Sociedade Regional e Nacional*. Entrevista com o professor José de Ribamar Chaves Caldeira. *Ciências Humanas em Revista*, v.7, n.1, São Luis/MA, 2009

CASTRO, Isabelle Christina Somma de. *A Representação de Árabes e Muçulmanos na Folha de S. Paulo e em O Estado de S. Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001*. In: *Semana de Estudos Árabes*, 2008, São Paulo. *Anais Eletrônicos*, São Paulo: Centro de Estudos Árabes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, s/p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlo/pos/downloads/Anais-SemanadeEstudosArabes.pdf>

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus Contrários: etnicidade nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*, São Paulo, 13 (1):143-158, maio 2001.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOTTO NETO, Ignácio. *Prosa Preguiçosa e Exotismo: a literatura de Wenceslau de Moraes*. 2003. 153 p. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo(1937-1945). 2008.139 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

GERALDO, Endrica. *O Perigo “Alienígena”: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)*.2007. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *As Aventuras de Tibicuera: a literatura infantil e História do Brasil na Era Vargas*. Revista Usp, nº.59, p. 116-133, set./nov. de 2003.  
\_\_\_\_\_. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GREIBER, Betty Loeb, et al. *Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo Discurso Editorial, 1998.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HADDAD, Jamil Almansur. *Interpretações das Mil e Uma Noites*. Semana de Estudos Árabes. Centro de Estudos Árabes – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração Árabe: 100 anos de Reflexão*. São Paulo: Editora Ícone, 1985.

INOJOSA, Joaquim. *Discurso de Posse: Malba Tahan o mercador de esperança*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1975.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LORENZATO, Sérgio. Um (re)encontro com Malba Tahan. Zetetiké/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Círculo de Estudo, Memória e Pesquisa em Educação Matemática, ano 3, n. 4, novembro (1995) – Campinas, SP. UNICAMP – FE – CEMPEM, 1995.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol.VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979.

MENEZES, Raimundo. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2.ed. Vol.3. LTC, 1978.´

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTENEGRO, Silvia Maria. Identidades Muçulmanas no Brasil: entre o arabismo e a islamização. *Lusotopie*. 2002/2:59-79.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NAXARA, Márcia R. Capelari. *Historiadores e Texto Literário: Alguns Apontamentos*. História Questões & Debates, Curitiba, n.44, 2007, pp.37-48.

NOGUEIRA, Luciana Persice. A busca do autêntico em L'enfant de Sable e a busca do clichê na publicação de O Menino de Areia, de Tahar Ben Jelloun. Cadernos-Neolatinos, UFRJ. Ano IX, n.6/7, 2009.

OLIVEIRA, Cristiane Coppe. *Do menino "Julinho" à "Malba Tahan": uma viagem pelo oásis do ensino da matemática*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2001.

\_\_\_\_\_. *A sombra do arco-íris: um estudo histórico/mitocrítico do discurso pedagógico de Malba Tahan*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Helena Bomeny (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sinais da Modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 até o apogeu do Estado Novo. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil*. SOCIOLOGIAS. Porto Alegre: ano 4, n.º.7, jan./jun. 2002, pp.254-270.

PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. 3.v. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971-1976.

PIRES, Mônica Kalil. *Tradução cultural através da literatura: entre o mundo árabe e o ocidente*. São Paulo: Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 2008.

REINHEMER, Patrícia. *Identidade Nacional como Estratégia Política*. *Mana* 13 (1), pp. 153-179, 2007.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Transnacionalismo e Etnicidade: A construção Simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *As Cores e os Gêneros da Revolução*. *Revista Pagu*. n.23. Jul/Dez. 2004. pp. 149-197.

SAFADY, Jorge S. *A cultura Árabe no Brasil, Líbano e Síria*. Centro Brasileiro de Estudos Árabes. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1973.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *A Revolução de 30*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Pública na Primeira República*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense: 1995.

SEYFERTH, Geralda. *A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional*. *Maná* 3(1): 95-131, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os Imigrantes e a Campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. *Ali Iezid Izz-Edim Ibn Salim Hank Malba Tahan: episódios do nascimento e manutenção de um autor – personagem*. 2008. Tese (Doutorado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP)

TODOROV, Tzvetan. *A Viagem e seu Relato*. *Revista de Letras*, v.39, 1999, PP.13-24.

TORCATO, Lisa Marina Ofélia. *Sir Richard Francis Burton: Andarilho nas Fronteiras entre o Oriente e o Orientalismo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

TRAÇOS Essenciais da Ordem da Moral Islâmica. Disponível em: [http://www.islam.org.br/a\\_ordem\\_social\\_islamica.htm](http://www.islam.org.br/a_ordem_social_islamica.htm). Acesso em 30, maio 2011.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *O lugar Certo na Época Certa: libaneses e sírios no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, 2001.

TRUZZI, Oswaldo; LOFTI, Carles. *Cultura e Imigração Árabes: Influências na Sociedade Brasileira*. In: Seminário Internacional Relações Entre o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas.

VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia nacional*. *Revista Tempo*, Niterói, v.8, PP.7-22, 1999.

VELLOSO, Mônica P. *A Construção da Nacionalidade: Os Intelectuais e o Poder*, in. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1987.

VILLAR, Valter Lúcio Gonçalves. *A Presença Árabe na Literatura Brasileira: Jorge Amado e Milton Hatoum*. 2008. 109p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

**Fontes:**

ANAIS da Biblioteca Nacional. Bibliografia do Conto Brasileiro (1841-1967) vol.87. Tomo II (M-Z), Rio de Janeiro, 1967.

TAHAN, Malba. *A Sombra do Arco-Íris*. vol I. 7.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1953.

\_\_\_\_\_. *A Sombra do Arco-Íris*. vol II. 7.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1953.

\_\_\_\_\_. *A Sombra do Arco-Íris*. vol II. 7.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1953.

\_\_\_\_\_. *Lendas do Deserto*. 9.e.. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.

\_\_\_\_\_. *Maktub: Estava Escrito*. 9.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1959.

\_\_\_\_\_. *Minha Vida Querida*. 14. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1963.

\_\_\_\_\_. *O Livro de Aladim*. 2.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os Melhores Contos*. 18. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Homem que Calculava*. São Paulo: Saraiva, 1949.

SOUZA, Júlio César de Mello e. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som MIS/RJ, 1973. Disponível em: < <http://www.malbatahan.com.br/ouca.php>>. Acesso em: 03 mar. 2012.